

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

LUIZE STOETERAU NAVARRO

**ENTRE DOIS MUNDOS: CÂMARAS E ESCABINOS NA CIRCULARIDADE DA
CULTURA JURÍDICA NO BRASIL HOLANDÊS
(1630-1654)**

**CURITIBA
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

LUIZE STOETERAU NAVARRO

**ENTRE DOIS MUNDOS: CÂMARAS E ESCABINOS NA CIRCULARIDADE DA
CULTURA JURÍDICA NO BRASIL HOLANDÊS
(1630-1654)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direito Humanos e Democracia, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação da Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira

**CURITIBA
2015**

TERMO DE APROVAÇÃO

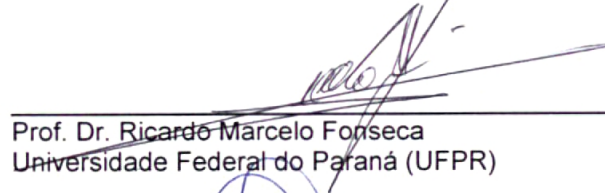
LUIZE STOETERAU NAVARRO

**ENTRE DOIS MUNDOS: CÂMARAS E ESCABINOS NA CIRCULARIDADE DA
CULTURA JURÍDICA NO BRASIL HOLANDÊS
(1630-1654)**

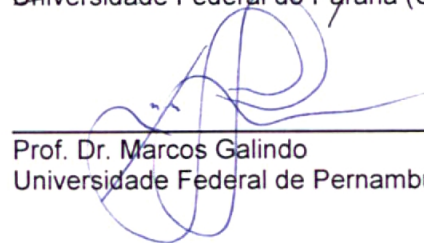
Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos e Democracia, no curso de Mestrado em Direito, Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná.



Prof. Dr. Luís Fernando Lopes Pereira
Orientador – Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Universidade Federal do Paraná (UFPR)



Prof. Dr. Marcos Galindo
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Curitiba, 27 de março de 2015

A minhas irmãs,
mulheres fortes, exemplos e amigas para a vida.

AGRADECIMENTOS

Dissertar nem sempre – ou quase nunca – é tarefa fácil. São muitas dúvidas, muito trabalho e muitas horas de estudo. Privilegiada que sou, pude contar com ajuda e conforto dos colegas, dos amigos e da família toda vez que me deparei com dificuldades no caminho. A todos que fizeram parte dessa travessia, meu muito obrigada.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Professor Luís Fernando. Acredito que sem suas lições e seu incentivo não teria estudado os holandeses, não teria me encontrado como me encontrei. “*Não fosse tanto e era quase*”. Obrigada pelo apoio, pela confiança e por não me deixar desistir.

Também agradeço imensamente ao Professor Ricardo Marcelo Fonseca, por ter me proporcionado o fascínio pela História do Direito já na primeira aula da matéria, em meus dias de caloura. E por ter ajudado a mantê-lo vivo, ao longo de tantos anos.

Ao Professor Marcos Galindo agradeço a compreensão, a disposição em responder meus e-mails mesmo em suas férias, a presença em minha banca e as considerações valiosas sobre o trabalho.

Agradeço também à minha família, pelo apoio diário. Ao meu pai, que me ensinou desde muito cedo o que é responsabilidade; à minha mãe, por uma vida de dedicação e amor incondicional. Me faltam palavras para agradecer. À minhas irmãs, pelo carinho de sempre, amizade sem limites e aquele tipo de compreensão que só existe entre irmãos. À Marcelinha, pessoinha iluminada, por sempre me chamar para brincar e me trazer os sorrisos mais lindos; e ao Pedro, pingou de gente que já roubou meu coração.

Também agradeço aos meus pais postiços e à querida família Vanfraechem, que me acolheu como filha durante minha estadia na Bélgica. Katrien e Ghislain pacientemente me ajudaram no aprendizado da traiçoeira língua neerlandesa, tão decisivo para esse trabalho, e me deram muito mais do que um teto, me deram carinho, compreensão e chocolate durante o ano mais especial da minha vida. *Mama en papa, ik zal jullie voor altijd missen.*

Tantos amigos fizeram parte dessa empreitada. Aos companheiros da História do Direito, com ouvidos sempre atentos e comentários sempre afiados, Michael, Thiago, Judá, Sônia, Rebeca e, especialmente, à Dani, Thaís e Vanessa –

obrigada pela parceria nessa jornada. Ao Maurício, ao Pedro e ao Lucas, amigos mais do que especiais. À Mayara, por 26 anos de cumplicidade. Ao Camarote e seus membros, pelas risadas, desabafos, apoio e discussões, em pequenas ou grandes questões, mas em especial à Indiara, nova grande amiga, e ao João Rubens, pela ajuda com a revisão do trabalho. À Laís, Laura, Paula, Renata e Letícia, amigas essenciais.

Por fim, agradeço ao meu pequeno, ao meu grande. Paulo, obrigada pela alegria de todo dia, por ser meu refúgio e por sempre conseguir me fazer tranquila com umas poucas palavras ou um abraço apertado. E, como diferente não haveria de ser, obrigada também pela paciência ao me ouvir falar tão empolgada sobre os holandeses.

*A lenha com que a casa se rodeia
Com a inoportuna chuva está molhada
O fumo sobe, e o fogo não se ateia,
Segundo era a pressa desejada;
Mas com seco sapé se remedeia,
Com que se viu em breve entressachada,
Já se acende, já sobe a labareda,
E cada qual da casa já se arreda.*

*O fumo cerca a casa incontinente,
Os olhos aos flamengos se lhes cegam,
Um diz com ira, e fúria, Sacramento,
Outros falam blasfêmias, e arrenegam:
Neste entretanto toda a nossa gente
Sobre a casa os mosquetes descarregam,
Todos dão vozes: fogo (a ira é braba)
Olinda viva, pois que Holanda acaba.*

Frei Manuel Calado

RESUMO

Este trabalho busca investigar a organização política, administrativa e judiciária durante o domínio holandês do nordeste do Brasil, entre 1630 e 1654. Para tal, procede-se uma análise da organização político-jurídica em Portugal e nas Províncias Unidas, de forma a buscar a conjuntura do período e descobrir possíveis influências no Brasil. Destaque para os Concelhos Camarários, afinal, sob a vigência da Ordenação de 1629, as Câmaras Municipais portuguesas permanecem atuando mesmo sob domínio holandês. Em 1637, passa a vigor a Instrução e se formam as Câmaras de Escabinos, instituição híbrida e que evidencia a circularidade da cultura jurídica entre Portugal e Holanda. Com o início da revolta e da restauração, gradativamente as câmaras municipais e a vereação portuguesa voltam a atuar, sob a vigência da Instrução de 1645.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil holandês, câmaras municipais, escabinos, cultura jurídica.

ABSTRACT

The following dissertation's objective is to investigate the political, administrative and legal organization during Dutch domination of the northeast of Brazil, between 1630-1654. For such purpose, an analysis of the administrative organization of the Portuguese Empire and the Republic of United Provinces is made, capturing the conjuncture and discovering possible influences of both systems in Brazil. Under the Order of Government of 1629, Portuguese municipal councils remained active. In 1637, with the Instruction of 1637, councils of schepens are formed, a hybrid institution, that shows the circularity of legal culture at the time. With the beginning of the revolt and Portuguese restoration; gradually the Portuguese councils start to appear, under the Instruction of 1645.

KEY-WORDS: Dutch Brazil; municipal councils, schepens, legal culture.

ESCLARECIMENTOS TERMINOLÓGICOS

Antes do início da árdua tarefa de analisar o direito durante a ocupação holandesa do Brasil, há algumas considerações a serem feitas.

Primeiramente, é importante compreender que Holanda e Países Baixos não são sinônimos. Atualmente, o território a que via de regra nos referimos como Holanda é oficialmente chamado de Reino dos Países Baixos. Este país é dividido em doze províncias, dentre estas a Holanda do Norte e a Holanda do Sul.

Durante a Idade Média, as Províncias Unidas dos Países Baixos eram uma confederação formada por sete entidades, sendo a Holanda a mais importante¹. Já na época da dominação do Brasil era comum chamar esta República de Holanda, nome muito mais amigável, daí a grande confusão terminológica que se arrasta até os dias de hoje.

A mesma confusão acontece com o termo “batavo”, vez que Batávia é apenas o nome latino da província de Holanda².

O ideal, metodologicamente, seria utilizar os vocábulos “batavo”, “Holanda” e “holandês” somente quando se tratando da província homônima em questão. No entanto, o termo “Brasil holandês” já foi consagrado no idioma e historiografia brasileiros e grande parte dos autores que tratam do tema utilizam as palavras aqui referidas como sinônimos, motivos pelos quais optou-se por utilizar, neste trabalho, todos indistintamente. Quando houver menção específica à província de Holanda, ou a qualquer outra, isso será devidamente explicitado no texto. Em especial no segundo capítulo, que se dedica a formação da República e trata da trajetória dos países baixos, na qual o papel de determinadas províncias foi primordial, maior atenção será dada a manter a nomenclatura discriminada, para evitar confusões.

Ainda, o termo “flamengo” é por muitos utilizado para designar aquilo que é natural das Províncias Unidas, como bem se nota pelo título de uma das obras da historiografia brasileira do período mais reconhecida: “Tempo dos Flamengos:

¹ MELLO, E. C. de. **O Negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003, p. 19.

² VAINFAS, R. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 147-148.

influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil”, de José Antonio Gonsalves de Mello³.

Muito embora hodiernamente o vocábulo flamengo corresponda somente a aquilo que é proveniente de Flandres, região norte da Bélgica, sendo inclusive o nome dado a variante do idioma holandês ali falado, historicamente a escolha de José Gonsalves pode ser explicada, como ele mesmo afirma em seu livro⁴. Acontece que Flandres foi parte das Províncias Unidas que, com a anexação desta região, herdaram a glória - e o adjetivo - de seus antecessores⁵.

Os holandeses foram muito chamados de flamengos pelos portugueses durante o século de ouro e, por isso, em documentos portugueses dos séculos XVI e XVII relativos ao Brasil o termo é frequentemente utilizado para designar os naturais das Províncias Unidas⁶. Para Ronaldo Vainfas, a frequente confusão entre holandês e flamengo na documentação portuguesa do século XVII é uma imprecisão. Ainda assim, o historiador adota a sinonímia entre os termos, pois acredita que, além de agilizar a narrativa, a escolha é fiel ao modo luso-brasileiro de pensar esses povos⁷. Desse modo também se procederá no decorrer deste trabalho.

³ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979

⁴ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 10.

⁵ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 10.

⁶ MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 25.

⁷ VAINFAS, R. **Traição**: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 147-148.

LISTA DE ABREVIATURAS

FHBH – Fontes para a História do Brasil Holandês, de José Antonio Gonsalves de Mello, 2 volumes.

RIAP – Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

VOC – Companhia das Índias Orientais

WIC – Companhia das Índias Ocidentais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. TEMPO DO REI: PORTUGAL E OS CONCELHOS CAMARÁRIOS	17
1.1. O ANTIGO REGIME EUROPEU E O DIREITO COMUM	17
1.2. O IMPÉRIO DOS CONCELHOS: A ESTRUTURA POLÍTICO- ADMINISTRATIVA PORTUGUESA.....	27
2. TEMPO DA REPÚBLICA: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS UNIDAS.....	41
2.1. CONJUNTURA: A UNIFICAÇÃO DAS PROVÍNCIAS	41
2.2. INSTITUIÇÕES E DIREITO NA REPÚBLICA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS...	48
2.3. A WIC E A EXPANSÃO ULTRAMARINA	62
3. TEMPO DOS FLAMENGOS: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, POLÍTICA E JURÍDICA NO BRASIL HOLANDÊS.....	69
3.1. A INVASÃO E OS PRIMEIROS ANOS.....	69
3.2. O PERÍODO NASSOVIANO, A INSTRUÇÃO DE 1636 E OS ESCABINOS ..	83
3.3. A RESTAURAÇÃO, A INSTRUÇÃO DE 1645 E A QUESTÃO DOS ÍNDIOS	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113
ANEXO I: TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1636.....	122
ANEXO II: TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1645.....	129
ANEXO III: TABELA.....	132

INTRODUÇÃO

Certa vez me disseram que a vantagem da pesquisa acadêmica é a possibilidade de escolher, dentre infinitos temas, aquele que mais gostamos, que nos intriga e nos impulsiona a pesquisar. Um tema que nos faz, de certa forma, feliz.

Quase um ano de mestrado já havia passado quando fui a Brasília, para um congresso de história do direito. Lá, durante um grupo de estudos, uma pesquisadora falava com paixão de suas descobertas: ela estudava escritos espanhóis, e não cansava de ressaltar a importância da fonte primária ainda sem quaisquer interpretações que pudessem decorrer de uma tradução. Nesse momento, o que já era óbvio, mas escondia-se, tornou-se evidente. Cerca de uma semana depois, e do aval do orientador, estava decidido, eu tinha um novo período para estudar, um em que eu usaria meus conhecimentos da língua neerlandesa, um que me empolgava e me fazia feliz: o Brasil holandês.

O período de dominação holandesa do nordeste do Brasil é riquíssimo em fontes. Bons trabalhos historiográficos acerca do período não faltam nas prateleiras, sejam de autores brasileiros ou estrangeiros. No entanto, o legado do período deve ser explorado por diversos ângulos e isso somente pode ser realizado com o trabalho de diferentes historiadores e metodologias.

Ainda não há uma pesquisa de história do direito acerca do período, daí a importância deste trabalho. Atualmente entende-se que uma das funções principais da disciplina é relativizar as certezas e a noção de progresso tão incutidas no discurso jurídico, que acabam por legitimar o direito estabelecido. Compreender o direito enquanto fenômeno social e local é essencial para sua análise crítica, pois entender que o sistema atual não é a única forma possível de organização jurídica permite a reflexão sobre a racionalidade, necessidade e definitividade do direito dos nossos dias⁸.

A tarefa de trazer o Brasil holandês para o campo histórico-jurídico, no entanto, foi, e continua sendo, árdua. Nada me veio fácil e foi necessária muita pesquisa e muito trabalho, já que se trata de uma abordagem ainda não explorada. A bibliografia que encontrei inicialmente tratava, em sua enorme maioria, das grandes guerras ocorridas e da história política e econômica do período. Muitas

⁸ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

vezes me perguntei onde estava o direito nisso tudo, já que é justamente abordagem histórico-jurídica que não se faz tão presente quanto ao tema.

Com descobertas feitas passo-a-passo, como a existência de três regulamentos que vigoraram no Brasil durante o período e seus textos originais, dois dos quais bastante difíceis de se encontrar e ainda não traduzidos para o português, a pesquisa deslanchou com o objetivo de compreender a organização institucional, política e jurídica utilizada durante o domínio holandês. Não são fartas, para aqueles que não podem ir a Haia, as informações sobre os escabinos e o funcionamento das câmaras na época, sobre a relação entre os órgãos institucionais portugueses com o governo holandês, mas, pouco a pouco, um quadro geral foi se formando.

O trabalho trata, no primeiro capítulo, do Antigo Regime português, por sua enorme influência na América portuguesa tanto antes como depois e, por que não, durante, da dominação holandesa. O direito comum europeu é peça chave na compreensão do período, sendo utilizado com fonte do direito, o que também valia na Holanda. Nesse momento, o principal autor utilizado é Antônio Manuel Hespanha, que critica a visão da centralização precoce portuguesa e apresenta uma nova racionalidade para a história do direito, o paradigma jurisdicionalista, que se afasta da noção moderna de Estado, adequando-se melhor a análise do Antigo Regime.

O segundo capítulo, por outro lado, aborda a centralização e o processo de independência da República das Províncias Unidas, que levaram a criação da Companhia das Índias Ocidentais e a tomada de Pernambuco. Nesse capítulo, faço algumas analogias e comparações com o modelo português – que também valia para as colônias do Império e, dessa forma, a América portuguesa – e o modelo holandês, já que ambas mostram traços característicos de Antigo Regime Europeu. O principal autor utilizado para esse capítulo é Jonathan Israel, proeminente pesquisador da história da Europa. Como fonte legislativa utilizo apenas a União de Utrecht, regulamento que constituía e organizava a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.

Por fim, o terceiro capítulo, que trata do período da dominação holandesa no Brasil, é onde se concentram as fontes historiográficas. Nesse capítulo, busco tratar de três períodos separadamente. O primeiro é o período da dominação propriamente dita, das guerras e busca por segurança do domínio. Esse período vai de 1630 a 1636, tempo durante o qual vige a Ordenação de 1629, feita pela WIC para todas as colônias. A lei será analisada, bem como relatos de oficiais holandeses para que se

possa ter uma visão da organização administrativa, política e jurídica do período. Em seguida, uma análise maior é feita do período nassoviano, que vai de 1636 a 1645. Trata-se de época muito bem documentada e do período mais analisado do Brasil holandês, por sua prosperidade e pela centralidade da figura de Nassau, bastante carismática. Por tratar-se da fase em que os holandeses fizeram mais esforços para organizar a colônia, o que inclui uma legislação própria para o Brasil a Instrução de 1636, trata-se também da ocasião em que a circularidade da cultura jurídica se mostra em seu máximo, sendo alvo de maior exploração e análise. Segue-se o período de restauração, que compreende de 1645 a 1654, em que há também uma legislação específica analisada, juntamente com a conjuntura do período.

Permeadas por uma metodologia que trata da circularidade da cultura jurídica, as fontes historiográficas legislativas consistem em: “Regimento do Governo das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais”, de 1629, em tradução de Jose Hygino Duarte Pereira, publicada na Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano de 1886; “Instrução dos Excelentíssimos Senhores dos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos, para o alto e baixo governo da patenteada Companhia das Índias Ocidentais, para a qual devem ser encaminhados e dirigidos todo o governo e assuntos, com sua adesão, que já sejam ou venham a ser da competência das capitanias, cidades, fortes e lugares do Brasil já conquistados e que ainda venham a ser conquistados”, de 1636; “Instrução do comitê da patenteada Companhia das Índias Ocidentais e da reunião dos XIX Senhores para o alto governo do Brasil, que de acordo com ela devem se comportar”, de 1645. As duas últimas foram analisadas a partir do original em holandês retirado do “*Groot Plackaet-Boeck*”, compilação de autoria de Cornelius Cau, pois, como já mencionado, não estão traduzidas para o português.

Além das fontes legislativas, utilizei as “Atas da Assembleia Geral de 1640”, retiradas da Revista do Instituto Pernambucano e o panfleto “Razões pelas quais a Holanda deve tirar do rei da Espanha as terras do Brasil, e isso o quanto antes”. Essenciais foram os documentos apresentados nos dois volumes da obra “Fontes para a História do Brasil Holandês, organizada por José Antonio Gonsalves de Mello, dentre os quais se destacam o “Relatório sobre o estado das capitanias conquistadas no Brasil, apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640”, o “Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas (1638)”; “Memória

Oferecida ao Senhor Presidente e mais senhores do Conselho desta cidade de Pernambuco, escrita por Adriaen Verdonck (1630)”; “Descrição Geral da Capitania da Paraíba, escrita por Elias Herckmans em 1634”; “Notas do que se passou na minha viagem, desde 15 de dezembro de 1641 ate 24 de janeiro do ano seguinte de 1642, por Adriaen van Bullestrate” e “Relatório apresentado por escrito aos nobres e Poderosos Senhores Deputados do Conselho dos XIX e entregue pelos Senhores H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas, sobre a conquista do Brasil (1646)”.

Por fim, utilizo algumas narrativas de época: “Historia ou Annaes dos feitos da Companhia privilegiada das Índias Ocidentais (1644)”, de Johannes de Laet; “Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)” de Johan Nieuhof; “Historia dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1647)”, de Gaspar Barleus; e o “Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade”, do Frei Manuel Calado.

1. TEMPO DO REI: PORTUGAL E OS CONCELHOS CAMARÁRIOS⁹

1.1. O ANTIGO REGIME EUROPEU E O DIREITO COMUM

O presente trabalho irá ocupar-se do período de dominação holandesa no nordeste brasileiro, o que se apresenta como tema precisamente delimitado, seja temporal ou espacialmente – nordeste do Brasil, de 1630 a 1654. No entanto, para que se possa de fato compreender a cultura político-jurídica que se desenvolveu nesse curto episódio da história brasileira, bem como o aparato institucional aqui estruturado pela metrópole para a administração da justiça, não se pode deixar de estudar o contexto maior, de expansão ultramarina, de alargamento das fronteiras comerciais e de dominação colonial europeus, com seus processos políticos, econômicos e sociais.

Não há como compreender a administração holandesa do nordeste isoladamente, pois os neerlandeses se adaptaram as estruturas já existentes, implantadas pelos Portugueses, a uma cultura própria e a incorporação surpreendente dos povos nativos¹⁰. Além do mais, é de vital importância compreender a situação de tais países na Europa no período das invasões, vez que isso pode proporcionar uma melhor compreensão dos motivos que os levaram a buscar no Brasil uma saída e, conseqüentemente, dos objetivos por trás de suas ações e administração nas terras tupiniquins.

Nesse sentido, há dois principais contextos a serem analisados: o de Portugal, “descobridor do Brasil” em sua lógica de Antigo Regime; e o de Holanda, corajosa desafiante da soberania ibérica, que passava por complexas transformações políticas na época da invasão de Pernambuco.

Quanto a Portugal, é relevante entender o processo de sua formação política, pois foi esse o contexto que permitiu e ocasionou as navegações e

⁹ Utiliza-se a expressão “tempo do rei” por ser esta empregada pelos holandeses nas fontes historiográficas para se referirem ao período anterior a sua chegada ao Brasil.

¹⁰ Nos escritos holandeses da época pode-se perceber a convivência com os tupi e os tapuia, sendo os últimos seus principais aliados. Lodewijk Hulsman afirma que “o discurso holandês adotou a divisão entre o povo que falava tupi, espalhado pela costa, e os tapuia, povo que não falava tupi do interior. Os tupi eram chamados de brasileiros e vistos como civilizados, em oposição aos bárbaros tapuia”. Ver: HULSMAN, L. **Brazilian Indians in the Dutch Republic: the remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1656**. Leiden: Grafaria, 2005. p. 51.

consequente expansão marítima, tendo enorme influência na organização das colônias.

Primeiramente, é importante a noção de que as colônias, dentre elas o Brasil, se incluíam na lógica mais abrangente do Império Português, simplesmente porque dele faziam parte. Esse entendimento auxilia a compreensão da "complexidade das redes e conexões que ligam os diferentes domínios ultramarinos, entre si e com o centro da monarquia"¹¹.

A inserção do Brasil no contexto imperial português é essencial, porque evita anacronismos. Com a compreensão de que foi com o passar do tempo que os portugueses incorporaram partes do território americano e a visão, mais acurada historicamente, de que o Brasil ainda não existia como unidade territorial, política e cultural nesses primeiros séculos de convivência com os europeus, pode-se fazer uma análise mais adequada do período. Vislumbrando a América do Sul oriental como parte de um império maior, que incluía territórios na Ásia e África, pode-se buscar compreender seu papel nas redes de comércio e poder que surgiam e se desdobravam no período, trazendo as navegações oceânicas e a própria formação do Brasil para um contexto histórico mundial¹².

A ideia de Brasil surge apenas no século XVIII, com projetos que de fato definem uma realidade político-administrativa brasileira. Até esse momento, o que existe é o Antigo Regime português, um regime monárquico com economia política de privilégios¹³.

Portugal consegue sua independência formal do Reino de Castela, do qual era condado, em 1143, com o Tratado de Zamora, mas a reconquista do território tomado pelos mouros se arrasta até meados do século XIII.

A bibliografia atual indica que a monarquia se formou por meio do uso das tradições feudais, muito mais do que pelo seu rompimento: o rei se fortaleceu na medida em que conseguiu se tornar um senhor mais poderoso. Aos poucos foi se apropriando de funções públicas e de um poder que já existia. Isso se deu pela concessão de privilégios e prerrogativas, que garantiam aos nobres um lugar junto a

¹¹ BICALHO, M. F. Da colônia ao império: um percurso historiográfico. In: BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia Amaral (Orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 91-105.

¹² O estudo de Alencastro é um dos busca relacionar a colônia na América com as africanas, principalmente Angola, e asiáticas. Ver: ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

¹³ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

correr ao mesmo tempo em que diferenciava o poder real. Os grandes instrumentos aglutinadores de poder utilizados pelos Borgonha foram as guerras externas e a propriedade de terras. O rei era forte porque rico e podia, com seu largo patrimônio, sustentar a estrutura bélica. Fechando o ciclo, as guerras permitiam ao rei acumular mais terras e riquezas. Dessa forma, era “senhor da guerra e [rei] senhor das terras imensas” simultaneamente¹⁴.

Em um sistema característico do Antigo Regime, honras e distinções eram oferecidas pelo monarca como graças em troca de serviços prestados, o que acabava por aumentar o poder e o prestígio não apenas daqueles que os realizavam, como também o poder do próprio rei, que acumulava uma legião de cidadãos dispostos a fazer suas vontades. Como bem observa Maria Fernanda Bicalho, trata-se de um círculo vicioso:

O imperativo de dar criava uma cadeia de obrigações recíprocas: disponibilidade para o serviço régio; pedido de mercês ao rei em retribuição aos serviços prestados; atribuição / doação de mercês por parte do rei; engrandecimento / atribuição de status, honra e posição mais elevada na hierarquia social devido as mercês recebidas; agradecimento e profundo reconhecimento / reforço dos laços de submissão, lealdade e vassalagem; renovada disponibilidade de prestar mais e maiores serviços do monarca. Tratava-se, como afirma Olival, de um verdadeiro círculo vicioso. Aquilo que a autora chama de ‘economia da mercê’ tornou-se a base fundadora de uma cultura política de Antigo Regime – tanto na Europa, quanto nos trópicos¹⁵.

Hespanha discorre sobre essa chamada economia e afirma que os atos da graça dos soberanos funcionam como “prerrogativas extraordinárias e muito exclusivas dos vigários de Deus na terra – os príncipes”¹⁶. Por meio deste artifício, replicam a graça de deus na terra e conseguem criar novas normas ou revogar normas antigas, tornar pontualmente ineficazes normas existentes, modificar a natureza das coisas humanas e redefinir o que cabe a cada um, concedendo prêmios ou mercês.

Acredita o historiador do direito, no entanto, que não se tratam de ações arbitrárias e completamente flexíveis do soberano. A sociedade da época era regida pela ideia de ordem natural e, em que pese a liberdade do príncipe, a graça se

¹⁴ FAORO, R. **Os Donos do Poder**: Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1977, p. 19.

¹⁵ BICALHO, M. F. B. **Conquista, mercês e poder local**: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Braziliense, n. 2, p. 21-34, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616>>. Acesso em: 23/11/2015. p. 23.

¹⁶ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

incluía nesse paradigma, consistindo apenas em um nível superior dessa ordem. Para ele, a economia do dom resultava em uma cadeia de vantagens políticas bastante valiosa para os príncipes, vez que exaltava a magnificência, fortuna e poder do benfeitor:

[...] essas pontuações metodológicas permitem adentrar no tema das imagens condutoras das representações da sociedade europeia do Antigo Regime, a propósito da economia dos atos ‘gratuitos’. Seguindo esta linha tentamos mostrar duas coisas: a primeira, que insuspeitadamente nos deparamos com atitudes reguladas que excluem quase que por completo a discricionariedade dos agentes; a segunda, que a suposta ‘gratuidade’ da pé, na realidade, a inversões políticas extremamente potentes, duradouras e todavia mais estruturantes que essas inversões político-jurídicas que estuda a história institucional mais tradicional¹⁷.

No entanto, em que pese o fortalecimento do poder real, a coroa era apenas um dos vários polos de poder existentes – sendo todos autônomos e autorregulados –, ainda que fosse de certa forma mais forte ou superior. António Manuel Hespanha acredita que nos seiscentos e setecentos o poder em Portugal se organizava naquilo que se denomina de “paradigma jurisdicionalista”, e não num contexto estadualista, do qual muitos historiadores partem em suas análises. Para ele, isso ocorre justamente porque o poder não era exclusivo da coroa, havendo uma multiplicidade de núcleos autônomos em relação ao centro, com jurisdição e direito próprios.

Explica-se. O paradigma estadualista está atrelado a noção de estado moderno, o que Hespanha associa a uma instituição que detém com exclusividade o poder de coação legítima e a busca do interesse público. Opondo-se ao Estado, está a sociedade civil, privada de qualquer forma de poder público. O conceito de Estado surge justamente com a progressiva tomada dos poderes políticos pela coroa – o que ocasiona a existência de uma entidade hegemônica politicamente – e tem um viés normativo, já que comanda que o Estado seja separado da sociedade civil, separando o interesse público do privado¹⁸.

A lógica estadualista encontra-se, portanto, em desacordo com o tipo de organização social característico do Antigo Regime. Isso por que os principais atributos dessa forma de organização são o poder com caráter globalizante – o que ocasionava a indistinção entre poder político e poder econômico – e a pulverização

¹⁷ HESPANHA, A. M. **La Gracia del Derecho**: Esconomia de la cultura en la edad moderna. Madrid: Centro de Estudos Constitucionales, 1993, p. 156/157.

¹⁸ HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**: coletânea de textos. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 28.

desse poder, que podia ser encontrado em uma multiplicidade de órgãos sociais. É, por esses motivos, impossível a localização do poder social em uma só entidade, de forma que a distinção entre Estado e sociedade civil, base do paradigma estadualista, torna-se completamente inadequada.

Hespanha destaca algumas consequências, conceituais e classificatórias, dos instrumentais ideológicos e dogmáticos deste paradigma para a historiografia do Antigo Regime. De forma bastante resumida, o que ocorre é a redução de sua alteridade estrutural, pois “as instituições pré-revolucionárias, reinterpretadas a luz dos quadros dogmáticos e ideológicos modernos, perdiam sua autonomia estrutural e funcional e eram reduzidas a antecipações das instituições do Estado burguês-liberal”¹⁹.

O paradigma jurisdicionalista, por sua vez, é típico do sistema corporativo clássico e adequado à lógica do Antigo Regime.

A sociedade corporativa pode mais facilmente ser explicada pela metáfora que a compara a um corpo humano, metáfora comum à época. Cada membro do corpo tem seu papel e funções biológicas, diferentes das dos demais; mas todos os diferentes órgãos são indispensáveis para que se mantenha a integridade ou unidade do ser. Há membros com funções mais dominantes, como a cabeça (rei), mas ainda assim ela não subsistiria não fosse o resto do corpo.

Como bem ressalta Hespanha, “o pensamento medieval sempre se manteve firmemente agarrado à ideia de que cada parte do todo cooperava de forma diferente na realização do destino cósmico”²⁰. Disso decorre a impossibilidade do monarca de centralizar todos os poderes políticos, pois cada membro tem sua importância e sua função na ordem geral. Assim sendo, a Coroa partilhava do poder com os demais corpos.

O governo deveria, por isso, basear-se na autonomia político-jurídica de cada corpo social, respeitando sempre sua predisposição natural para certas tarefas. Isso significa, de acordo com Pierangelo Schiera, que cada corpo deve se autogovernar, resolvendo seus problemas internamente e sem a influência de outros

¹⁹ HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**: coletânea de textos. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 30.

²⁰ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 299.

corpos, especialmente do monarca, autoridade jurisdicionalmente superior ²¹. Ressalte-se que essa superioridade da coroa não remetia a ideia de posse exclusiva ou ilimitada do poder pelo soberano, mas antes a hierarquização dos numerosos núcleos de poder, sendo que um era apenas preeminente ou superior aos demais²².

Nesse contexto, a função da monarquia – representada pela cabeça na metáfora corporativa - não é a destruição da autonomia dos demais corpos sociais, mas sim a de representar justamente a unidade e manter a harmonia de todos os membros, “atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando justiça (comutativa)”²³. Portanto, no paradigma jurisdicionalista, o objetivo último do bom governo era a justiça, entendida como dar a cada um o que é seu.

O conceito de justiça é, assim, central para a ideia de poder no Antigo Regime, uma vez que “a justiça não era apenas uma atividade de poder (...) ela era – enquanto se manteve pura a sua imagem tradicional – a primeira, se não a única, atividade do poder”²⁴. Justamente por isso, os meios do exercício do poder deviam ser, fundamentalmente, juízos proferidos pelas autoridades competentes, motivo pelo qual até o final do século XVIII o exercício da política era praticamente indissociável dos meandros da justiça, sendo, sobretudo, “coisa de juristas”²⁵.

Daí a importância da análise da cultura jurídica, formada a partir da interação da sociedade com as demais configurações sociais – como a política – e seus diferentes graus de conexão com o jurídico²⁶. A falta, no Antigo Regime, de um campo jurídico com autonomia potencializa a circularidade desses valores e a sua influência, recíproca, no direito. Para Luís Fernando Lopes Pereira, a cultura jurídica compreende justamente o

[...] conjunto de práticas, saberes, ritos, crenças, imaginários e técnicas da configuração jurídica, formada não apenas pelos especialistas que

²¹ SCHIERA, P. Sociedade "de estados" ou "corporativa". In: HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984. p. 39.

²² SCHIERA, P. Sociedade "de estados" ou "corporativa". In: HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do antigo regime**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984. p. 38.

²³ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 300.

²⁴ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 217.

²⁵ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 217.

²⁶ PEREIRA, L. F. L. **A circularidade da cultura jurídica**: notas sobre o conceito e sobre método. Artigo. 2012.

compõem o corpo técnico vinculado a essa configuração social, mas por outros que os cercam e mesmo por estranhos de outras configurações²⁷.

Voltando ao paradigma jurisdicionalista, tido como modelo de ação político-administrativa, sabe-se que para além dele há ainda mais duas características que explicam e definem o antigo regime português, de acordo com Hespanha: o governo poli-sinodal (modelo de organização) e o processo burocrático (estilo de processamento de assuntos).

O governo sinodal ou poli-sinodal se realiza por meio de concelhos, tribunais ou juntas, cada um especializado em uma área jurisdicional determinada. Em Portugal, os concelhos tinham grande autonomia frente as decisões da coroa e garantiam que todos os pontos de vista fossem expressados, devido a sua constituição heterogênea. No entanto, acabavam trazendo obstáculos a prontidão e certeza – típicas das decisões individuais – que a administração desejava²⁸.

Os concelhos “dispunham de competência exclusiva, quer para julgar da regularidade do seu próprio funcionamento, quer para apreciar as questões em que qualquer dos seus membros fosse parte”²⁹ e gozavam muitas vezes de privilégios quase majestáticos, como era o caso do Concelho de Estado, do Concelho da Fazenda e do Desembargo do Paço. Tais instituições atribuíam-se poderes como os de dispensar a lei ou até de derrogar o direito escrito, além de elevar o direito praticado a categoria de norma escrita, motivo este pelo qual fala-se de sua capacidade legislativa³⁰.

Por fim, o processo burocrático, que não era mais do que o estilo de processamento do expediente utilizado para efetivar toda essa organização político-administrativa: a forma escrita. Enquanto teve a vantagem de permitir a manutenção de espaços distantes, no próprio reino e no ultramar, sendo suporte para as mensagens políticas e instrumento de centralização do poder, a implantação da forma escrita também consolidou os pontos de vista da burocracia. Ou seja,

²⁷ PEREIRA, L. F. L. **A circularidade da cultura jurídica**: notas sobre o conceito e sobre método. Artigo. 2012, p. 20.

²⁸ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 287.

²⁹ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 288.

³⁰ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 287/288.

[...] a 'consulta' materializa o ponto de vista do tribunal ou do conselho e autonomiza-o em relação a vontade do soberano. Nela, o tribunal objectiva os pontos de vista 'técnicos' (ou os seus pontos de vista políticos), que, assim, ganham autonomia em relação aos pontos de vista 'políticos' do soberano; através dela, e da sua fundamentação, o 'tribunal' pressiona o soberano no sentido de uma certa decisão³¹.

Ainda, para além dessas três principais características, pode-se acrescentar como atributo dessa estrutura de Antigo Regime o carácter natural de constituição da sociedade, que submetia os corpos sociais às leis fundamentais da natureza. Tais leis são a base do Direito Natural, que pressupõe a existência de uma ordem superior no mundo, anterior e mais elevada do que a vontade ou as leis dos homens.

Estando todas as coisas organizadas obedecendo aos estímulos naturais, também a sociedade e os homens obedecem a esses estímulos. Da mesma forma em que as plantas tendem para a luz, as instituições humanas também seguem uma ordem, um impulso maior que os determina e guia e que subordinava também os órgãos da sociedade corporativa e suas manifestações de poder. No âmbito da justiça, por exemplo, isso significava um freio ao mero arbítrio, pois era sempre necessário justificar as decisões tendo em mente a finalidade natural do governo, que compreendia a justiça e a governabilidade em si, faculdades próprias dos reis.

A justiça era concebida como uma expressão da vida social e política, sendo aberta também a religiosidade³² e, em meio a esse contexto social, além da justiça das corporações, vigia o *ius commune*, nomenclatura dada ao direito da Europa Ocidental do século XII ao XVII. Era uma espécie de direito vigente em um âmbito mais amplo e menos particular, propenso ao geral, tido como comum justamente por que fundado na razão natural³³.

Cavanna destaca que a consolidação do modelo do *ius commune* se deu pela jurisprudência, pelo uso, acreditando tratar-se, assim, de um direito jurisprudencial que misturava elementos do direito comum, representados pelas glosas, com o direito canônico: "É a jurisprudência o verdadeiro sujeito ativo, construtor e unificador do típico regime que se tem chamado de 'direito comum'; a

³¹ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 293.

³² WEHLING, A.; WEHLING, M. J. **Direito e justiça no Brasil colonial**: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. P. 27.

³³ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 121-160

jurisprudência é o elemento coordenador e sistematizador, ao ponto de se transformar, mesmo ela, em fonte do direito comum”³⁴.

Caracterizado pela união entre direito canônico, direito romano e direito consuetudinário, o *ius commune* apresentava como característica principal e motivo de seu nome a propensão para a unidade. Isso se deve não somente a união de diversas fontes de direito, como já explicitado, mas também a sua constituição enquanto direito tendencialmente único; a utilização do saber comum; ao seu ensino bastante unificado em universidades por toda a Europa; e a utilização de uma língua universal, o latim³⁵.

Hespanha traz duas especificações quanto a essa unidade atribuída ao *ius commune*. Em primeiro lugar, destaca que a unificação diz respeito, fundamentalmente, ao círculos da cultura jurídica universitária: com o afastamento desse núcleo acadêmico, em direção a culturas jurídicas mais populares, também a unidade vai se dissipando, havendo até mesmo áreas sociais em que o direito culto não chegava. Em segundo lugar, explicita que unidade, nesse caso, não significa homogeneidade. Isso por que no contexto em questão a ideia do direito comum aliava-se ao reconhecimento das especificidades dos direitos locais³⁶.

Num contexto de pluralidades jurídicas, a unidade do *ius commune* não o tornava superior as demais manifestações jurídicas. O direito comum era tido como subsidiário, o que significa dizer que era aplicado somente em casos não solucionáveis com a utilização dos instrumentos e regras das esferas de direitos particulares³⁷. Por isso, a convivência entre os diferentes níveis de direito era central, sempre voltada para a melhor resolução dos casos concretos:

Na arquitetura do *ius commune*, a primeira preocupação era torna-los harmônicos na sua diversidade, sem que isso implicasse que e alguns deles

³⁴ “È la giurisprudenza cioè il vero soggetto attivo, costruttore e unificatore del tipico regime che si è chiamato del ‘diritto comune’: la giurisprudenza ne è l’elemento coordinatore e sistematore, al punto da divenire anch’essa, per antonomasia, fonte del diritto comune”. Cf. CAVANNA, A. **Storia del diritto moderno in Europa**. Milano: A. Giuffrè, 1982, p. 97. Tradução minha.

³⁵ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 114/115.

³⁶ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 115.

³⁷ Paolo Grossi acredita haver uma continuidade ou unidade na experiência jurídica medieval, apesar de algumas diferenças entre as duas fases a que ele chama de “oficina da praxe” e “laboratório de sapiência”. Para o autor, nos dois períodos o direito é plural, factual e reicentrista, além de valorizar a efetividade mais do que a validade, já que aquela é um valor mais próximo das estruturas sociais, de onde emanava o direito. Como consequência disso, também a posse é tida como mais valiosa do que a propriedade. Ver: GROSSI, P. *A Ordem Jurídica Medieval*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

devessem ser absolutamente sacrificados aos outros. [...] Pelo contrário, todas as normas deviam valer integralmente, umas nuns casos, outras nos outros. Assim, cada norma acabava por funcionar, afinal, como uma perspectiva de resolução do caso, mais forte ou mais fraca segundo essa norma tivesse uma hierarquia mais ou menos elevada, mas, sobretudo, segundo ela se adaptasse melhor ao caso em exame³⁸.

Do aparato jurídico-político-administrativo do Império Português emanava um conjunto de regras formais, as Ordenações Filipinas, parte intrínseca desse contexto de direito comum europeu. Consistindo em um conjunto de regras publicadas em 1603, eram cerceadas pelos costumes e demais estatutos jurídicos da conjuntura pluralista em que estavam inseridas. Teriam derivado de um equilíbrio natural e uma ordem espontânea da natureza. De forma geral, eram responsáveis pela delimitação e regulação das atribuições dos ofícios régios, e não tinham a pretensão de controlar as relações individuais³⁹.

Essa racionalidade, embora enfraquecida com o advento da modernidade, permaneceu arraigada à sociedade, persistindo também às grandes navegações e chegando às colônias, fazendo-se presente na América Portuguesa:

[...] as transformações operadas no cenário marítimo, incluindo a gestação de um império colonial e mercantil, não se fizeram acompanhar de mudanças internas significativas. A economia permaneceu basicamente rural, a propriedade da terra conservou seus aspectos patrimonialistas, resistindo à mercantilização. O poder real fortaleceu-se em estreita vinculação com o poder eclesiástico. A economia de privilégios, que no Antigo Regime beneficiava o clero e a nobreza, reforçou-se em Portugal, como na Espanha, por meio de valores ligados à 'pureza de sangue', conceito inseparável dos estigmas contra as chamadas 'raças infectas' de judeus, mouros, mulatos e mestiços. (...) O Brasil colonial herdaria esse quadro, aprofundando seus aspectos mais arcaicos, a começar pela implantação da escravidão, sobretudo a africana, a qual só fez adensar as hierarquias, os privilégios e as exclusões, acrescentando aos protocolos do reino o raciocínio típico das sociedades escravocratas. Por outro lado, a confusão entre o público e o privado na colônia fez-se mais acentuada e favorável ao privatismo senhorial, consequência da fragilidade das agências de poder régias e da própria Igreja, apesar da incansável ação missionária e pedagógica das ordens religiosas, sobretudo a Companhia de Jesus. Tudo agravado pelas distâncias enormes, quer entre metrópole e colônia, quer no próprio interior da América Portuguesa⁴⁰.

³⁸ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 163.

³⁹ SALGADO, G. (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. p 15-16.

⁴⁰ VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. P. 45.

Conclui-se, por todo o acima exposto, que a formação de Portugal e sua organização tem papel central para a compreensão do que acontecia no Brasil, já que este estava incluído na lógica de um espaço muito maior, o Império Português. Ali, valia o Antigo Regime, que dava destaque para particularismos em uma configuração de sociedade corporativista. O direito comum europeu, reconhecido por sua unidade, valia de forma subsidiária aos costumes particulares, sendo aplicado nos concelhos, unidade institucional portuguesa tratada a seguir.

1.2. O IMPÉRIO DOS CONCELHOS: A ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA PORTUGUESA

No intuito de entender a adaptação dos holandeses a organização política, jurídica e institucional que encontraram já estabelecida no Brasil, se fará uma análise do funcionamento do aparato jurídico, político e administrativo no Império português, que será utilizado como base pelos “invasores”.

Em primeiro lugar, é vital compreender a importância das cidades para o Império Português, consideradas por Liam Matthew Brockey os nós do império:

Cidades coloniais eram os nós do império. Eram unidades independentes de organização social e pontos de cruzamento de múltiplas atividades imperiais. Em alguns casos, eram espaços conquistados pela força ou via negociação para servir como centros administrativos ou econômicos, ou como áreas de triagem para empreendimentos mais distantes. Mesmo se fossem novas cidades fundadas em terras desabitadas, cidades coloniais eram sempre ambientes híbridos. Eram o cruzamento de culturas, e foram fortemente marcadas pelas particularidades das áreas que os cercavam. Mas essas cidades foram também resultado das definições de instituições importadas pelos colonizadores europeus [...] Do governador ao bispo, do concelho municipal a confraria de comerciantes, e do aventureiro ao missionário, todos tinham sede dentro dos limites da cidade⁴¹.

As cidades tinham funções variadas, dentre elas as simbólicas e culturais⁴², as mercantis, as militares e as administrativas. Em um contexto de descontinuidade

⁴¹ BROCKEY, L. M.. Portuguese colonial cities in the early modern world. Apud: PEREIRA, L. F. L. **O império português: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica**. Artigo. 2012.

⁴² “Cidade que, sob o prisma da história do direito se complexifica, tornando-se o berço da cidadania [...]. Desta forma a cidade se transforma não apenas em um lugar simbólico, mas também em uma formação político-jurídica que se organiza de forma peculiar e independente do controle dos senhores feudais, desde o medievo. Logo, é local de momento associativo fundamental. Assim, há nela profunda relação com cidadania e também com sua autonomia em meio a um contexto pluralista [...]”.

espacial, como era o caso do Império Português, a centralidade do concelho e das câmaras – instituições municipais – para a administração, ressalta a nuclearidade das cidades. Como afirma Luís Fernando Lopes Pereira,

[...] é inegável o papel que a cidade teve para a colonização portuguesa, seja em que parte do Império for, sendo a principal responsável pelo controle marítimo e militar inicialmente, mas também político e jurídico, em uma monarquia corporativa profundamente enraizada na escolástica e em sua justiça como equidade⁴³.

As principais instituições e organizações tinham sede nas cidades e, em que pese a enorme distância geográfica e dispersão entre pontos extremos do Império, como Macau, Brasil e o próprio Portugal, a estrutura básica e a regulamentação desse aparato administrativo manteve-se bastante homogênea, o que facilita seu estudo. As câmaras municipais foram modelos quase universais e relativamente uniformes de organização local em todo o território da monarquia portuguesa, constituindo instituições fundamentais para a construção e manutenção do Império ultramarino⁴⁴.

Portugal, durante o Antigo Regime, possuía grande uniformidade institucional, sendo os espaços divididos em unidades administrativas, chamadas de concelhos (oficialmente chamados também de vilas, cidades, coutos e honras, sem que isso significasse uma real diferenciação⁴⁵), sendo cada concelho era dirigido por uma câmara.

Nesse sentido, para Schwartz:

A unidade básica da estrutura judicial e administrativa portuguesa era o Conselho. Cada conselho mantinha um certo número de funcionários que exerciam as funções administrativas e judiciais necessárias a vida urbana. Essas funções incluíam o almotacel, o alcaide, o meirinho e o tabelião. Contudo, o oficial de justiça local mais importante era o juiz ordinário, por vezes chamado de juiz da terra⁴⁶.

Cf. PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 15-16.

⁴³ PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 14.

⁴⁴ BICALHO, M. F. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. In: BICALHO, M. F; FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 189-221.

⁴⁵ MONTEIRO, N. G. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1997, vol. 4 – O Antigo Regime, p. 270

⁴⁶ SCHWARTZ, S. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 4.

O sistema de governo municipal de Portugal foi estabelecido já no início do século XIV, em um regimento que data de 1506 e que somente foi reformado em 1822, após a independência política do Brasil⁴⁷⁻⁴⁸. As atribuições camarárias foram definidas formalmente pelas Ordenações Filipinas (1603), que basicamente mantiveram as regulamentações do regimento, e pela legislação extravagante⁴⁹.

Charles Boxer afirma que as câmaras são um dos pilares da sociedade colonial portuguesa e que já no início do século XVI estabeleceu-se essa forma de governo municipal como padrão a ser seguido, o que apenas seria mudado no século XIX:

[...] entre as instituições características do império marítimo português, e que ajudaram a manter unidas suas diversas, havia o Senado da Câmara e as irmandades de caridade e confrarias laicas, das quais a mais importante foi a Santa Casa da Misericórdia. A Câmara e a Misericórdia podem ser descritas, com algum exagero, como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa do Maranhão até Macau. Elas garantiam uma continuidade que os governadores, os bispos e os magistrados transitórios não podiam assegurar⁵⁰.

Sua importância é ressaltada pela bibliografia, que as considera o centro do governo do Império:

Equilibrando autonomia e submissão ao poder central, funcionando como canais administrativos e de cobrança de impostos e contribuições financeiras, ou sendo responsáveis por encargos militares e jurídicos, as Câmaras constituíam elementos fundamentais da vida colonial. Vistas com novos olhos pela historiografia, elas deixaram de ser entendidas como instituições que obstaculizavam o domínio metropolitano ou em que prevalecia o particularismo, para serem consideradas o coração do governo das gentes e da própria governabilidade do Império português⁵¹.

⁴⁷ Muito embora no “Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)” conste a data de 1506, alguns outros trabalhos utilizam o ano de 1504.

⁴⁸ Em 1696, a Coroa alterou o sistema de eleições, para aumentar o coeficiente de funcionários régios, cabendo ao governador ou vice-rei, em última instância, escolher aqueles que serviriam na vereação seguinte. Nesse mesmo ano, a coroa introduziu no Brasil a figura do juiz de fora, incumbido de presidir os trabalhos da câmara. BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁴⁹ MONTEIRO, N. G. Os Concelhos e as Comunidades. In: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1997, vol. 4 – O Antigo Regime, p. 270

⁵⁰ BOXER, C. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 286.

⁵¹ LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.35

As câmaras tinham funções econômicas⁵², além de atribuições judiciais e executivas⁵³, e também supervisionavam o arrendamento de terras municipais e comunais; lançavam e coletavam impostos municipais; fixavam o preço de muitas mercadorias; concediam licenças a vendedores ambulantes e fiscalizavam a qualidade do que era vendido; concediam licenças para construção; asseguravam manutenção de estradas, pontes, fontes, cadeias e outras obras públicas; eram responsáveis pelo policiamento da cidade, saneamento e saúde pública⁵⁴.

Mais especificamente, as atribuições judiciais camarárias diziam respeito, em suma, a primeira instância judicial, que tinha competência de julgamento na maioria das matérias⁵⁵.

Ainda, acredita a recente bibliografia que os concelhos tinham tanto funções judiciais quanto legislativas, utilizando-se terminologia moderna⁵⁶. No que se refere a esta capacidade estatutária dos municípios (ou legislativa, em termos contemporâneos), era reconhecida pelas Ordenações Filipinas (I, 66, art. 29) e tolerada desde que envolvesse assuntos igualmente locais. Para a validade das posturas municipais, era necessário que resultassem de deliberação do Concelho e que, como já dito, fossem restritas a matérias de interesse local, dentre as quais encontravam-se as editalícias, as de polícia e as sanitárias⁵⁷.

De acordo com o regimento citado, cada câmara era composta por dois a seis vereadores, dependendo do tamanho do local, dois juizes ordinários e um procurador⁵⁸. Os cargos eram geralmente ocupados por “cidadãos comuns, não treinados nos caminhos da lei, que se dispunham a servir a comunidade por um ano”⁵⁹. É importante ressaltar que essa falta de treinamento nos caminhos da lei

⁵² PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 22.

⁵³ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 66.

⁵⁴ BOXER, C. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 289.

⁵⁵ HESPANHA, A. M. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**: coletânea de textos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 341.

⁵⁶ Utilizando-se terminologia moderna. Cf. PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 14.

⁵⁷ Caso houvesse vício formal, os Corregedores ou Ouvidores declaravam-nas nulas, já se houvesse vício material, ou seja, elaboradas em desacordo ao “bem comum” ou prejudiciais ao povo, apenas o Rei teria competência para alterá-las ou declará-las nulas.

⁵⁸ BOXER, C. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 287.

⁵⁹ BOXER, C. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 30-32.

significa apenas a ausência de um estudo formal em direito, já que, com a prática os oficiais acabavam por aprender os usos da instituição.

Os juízes tinham funções que excediam o campo jurisdicional, sendo responsáveis por manter a ordem pública, defesa da jurisdição real, conter abusos dos poderosos e funções ligadas ao exercício do poder de polícia. Ademais, socorriam os vereadores e almotacés nos julgamentos de injúrias aos últimos⁶⁰.

Os juízes podiam pertencer a duas classes, juízes ordinários e juízes de fora. Os juízes ordinários, também chamados de juízes da terra, eram eleitos localmente pelo próprio concelho. Sua função era honorária e os cargos, não remunerados, eram ocupados por pessoas sem estudo formal⁶¹. Já os juízes de fora eram oficiais de carreira, letrados e nomeados pelo rei. Em princípio, as atribuições dos dois tipos de magistrados eram iguais⁶².

Os juízes ordinários tinham funções judiciais e administrativas, devendo, de acordo com as Ordenações, realizar uma audiência em localidades com menos de sessenta habitantes e duas, caso contrário. Cabiam-lhes, também, as devassas sobre as atividades de seus antecessores, ocorridas sempre no início do mandato, e a devassa dos vereadores, procuradores, juízes de órfãos, escrivães e demais membros do oficialato⁶³.

Sua jurisdição variava de acordo com o número de habitantes da localidade:

[...] nas localidades de população superior a 200 habitantes, suas sentenças não admitiam recurso (apelação ou agravo) até hum mil reis nos bens moveis e até 400 reis nos imóveis. Sendo o número de moradores inferior a 200 habitantes, a alçada estendia-se a 600 réis nos bens móveis e 400 nos imóveis⁶⁴⁻⁶⁵.

⁶⁰ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 171.

⁶¹ Luís Fernando Lopes Pereira questiona o emprego do vocábulo e do estigma de iletrados para os juízes ordinários, pesquisando a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, em que ocupantes desses cargos, embora sem formação jurídica específica, eram em sua maioria letrados e aprendiam a manejar os instrumentos do mundo jurídico e a compreender sua lógica na prática, poderiam ser considerados letrados. Ver: PEREIRA, L. F. L. Súditos d'El Rey na América portuguesa: Monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro**, v. 452, p. 51-86, 2011.

⁶² HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 170/196.

⁶³ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 52/60.

⁶⁴ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 61.

⁶⁵ “a justiça aplicada pelo juiz ordinário tinha sua jurisdição limitada por duas situações. Uma, de direito, a organização judicial maior, com seus juízes de fora, ouvidores e Relações, que atuavam como instancias originarias ou revisoras, em ambos os casos limitando a atuação da magistratura

Os juízes de fora, cargo trazido para o Brasil apenas em 1696, também são considerados magistrados ordinários dos concelhos, tendo, em princípio, atribuições iguais. No entanto além das atividades judiciais, cabia-lhes a presidência da câmara municipal e uma série de responsabilidades administrativas, como a supervisão de estalagens e medidas de incentivo econômico⁶⁶.

As principais peculiaridades dessa espécie de juiz estavam na nomeação pelo rei, após aprovação pelo Desembargo do Paço; na jurisdição privativa com relação aos corregedores; na maior alçada; e na falta de inspeção pelos corregedores⁶⁷. Acredita-se que por meio dos juízes de fora a coroa buscava promover a vigência do direito comum e régio, além dos padrões oficiais e letrados de julgamento⁶⁸.

Ainda na categoria de magistrados, havia os juízes de órfãos, cargo previsto nas Ordenações Filipinas para cidades com mais de 400 habitantes. Em locais menos populosos, suas atribuições ficariam com os juízes ordinários. Entre as responsabilidades de sua competência estavam cadastrar os órfãos da jurisdição em livro próprio, arrolando bem imóveis e móveis e seus administradores, fazer inventários em caso de herdeiros com menos de 25 anos, assegurar aos órfãos “criação e soldada”, autorizar casamentos e velar pelos seus bens e educação. Também lhes cabia supervisionar a guarda do dinheiro dos órfãos⁶⁹.

Ressalte-se que em vilas e cidades que não dispunham de câmara municipal, o juiz ordinário assumia a função de juiz de vintena. Sua competência, a

local; outra, uma limitação de fato: a da justiça privada, que sempre existiu na colônia, especialmente nas áreas latifundiárias do cultivo de cana e criação pecuarista. O mandonismo rural elaborava suas próprias regras jurídicas, empíricas e violentas, subtraindo da apreciação da magistratura local casos de opressão e abuso de poder ou impondo seus interesses a magistrados intimidados pela presença muitas vezes tirânica do capitão-mor da vila”. Cf. WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 69.

⁶⁶ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 39.

⁶⁷ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 196.

⁶⁸ Para muitos a proliferação do cargo é prova do declínio do municipalismo e das pretensões centralizadoras da monarquia, embora tal visão esteja sendo revista pela historiografia mais recente. Hespânia contrapõe ao argumento de que o juiz de fora era um elemento de centralização da coroa o fato de que poucas terras realmente possuíam o cargo, sendo raros os casos de juízes de fora no Brasil, o que impossibilita que tenha o grande impacto que a historiografia por vezes lhe atribui.

⁶⁹ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 56.

grosso modo, era “uma extensão do juízo ordinário nas áreas mais afastadas do termo municipal”⁷⁰.

Outro grupo de oficiais camarários era formado pelos vereadores. A eles competia, conforme disposto nas Ordenações Filipinas, “ter cargo de todo o regimento da terra, e por que a terra, e os moradores della possam bem viver”⁷¹. Nas câmaras de poucos vizinhos eram em número de dois, nas maiores, de três ou quatro.

Eleitos pelos homens bons do concelho, por meio do sistema de pelouros⁷², os vereadores tinham a função de vereear, observando a conduta do concelho – suas necessidades e abusos –, de cuidar do abastecimento dos mercados, de administrar os bens do concelho, de cuidar do mobiliário da câmara municipal e dos cofres onde eram guardados os pelouros e das arcas e armários onde ficavam os arquivos⁷³. Vereadores e procuradores eram eleitos indiretamente, pois os representantes das melhores famílias da terra indicavam os eleitores, sendo que cada eleitor elaborava uma lista com três nomes para futuros vereadores, se elegendo os mais indicados⁷⁴.

Os procuradores, por sua vez, eram eleitos para agir em nome do concelho em casos de feitos relativos a rendas e bens concelhios e a guardar e arrendar as terças do concelho. Por vezes exerciam também a função do tesoureiro, quando este cargo não estava presente⁷⁵.

Havia ainda oficiais indicados pela vereação, dentre eles os almotacés – responsáveis pela regularidade do abastecimento de gêneros e fixação de pesos e

⁷⁰ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 57.

⁷¹ HESPANHA, António Manuel. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 161.

⁷² Sobre a eleição por pelouros: “Era um tipo de eleição indireta. Os representantes das melhores famílias da terra, os homens bons reunidos na casa da câmara, indicavam seus eleitores. Estes, apartados em três pares, organizavam, cada qual, uma lista tríple com os nomes dos que escolhessem para futuros vereadores. Um oficial régio ou senhorial, em geral o ouvidor, ou, na sua falta, o juiz mais velho em exercício, conferia as listas e formava com os nomes mais votados três róis definitivos que se encerravam em bolas de cera, chamadas pelouros. Na primeira semana de dezembro de cada ano, diante do povo reunido em sessão especial da câmara, era escolhido um menino que torava do cofre contendo os pelouros uma das listas com o nome dos oficiais que exerceriam a governança no ano seguinte”. Cf. BICALHO, M. F. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. IN: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 192.

⁷³ NUNO, G. M. Os Concelhos e as Comunidades. IN: MATTOSO, J. (org). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4 – O Antigo Regime, p. 305.

⁷⁴ BICALHO, M. F. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. IN: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 191/192.

⁷⁵ Ordenações Filipinas, I, 68.

medidas – e os escrivães do judicial ou da câmara, que tinham nomeação vitalícia, ou em alguns casos até mesmo hereditária, sendo responsáveis por inventários, partilhas e administração dos bens dos órfãos.

As ordenações previam ainda cargos subalternos, como o de tesoureiro, encarregado da fiscalização e administração das finanças; promotor, aquele que representava a coletividade municipal no tribunal; o chanceler, responsável por autenticar os documentos municipais; os meirinhos, responsáveis pela execução das decisões do concelho e por fazer observar as posturas e regimentos locais; e até mesmo o de porteiro, encarregado das relações entre a câmara e o público ou demais órgãos⁷⁶.

É importante destacar que a atuação dos magistrados, tanto ordinários quanto de fora (estes bastante raros na América Portuguesa), era submetida a mecanismos de controle, como a verificação periódica do cumprimento das obrigações impostas pelo regimento, feita pelos corregedores e nas colônias pelos Ouvidores de capitania, que exerciam as mesmas funções dos corregedores.

Os corregedores tinham como finalidade principal garantir a observância dos mandos régios, sendo que, para tanto, deveriam realizar correições anuais em todas as vilas de sua jurisdição. Tinham também funções judiciais, como, de acordo com Hespanha, inquirir das justiças locais, defender a jurisdição real e a ordem pública, inspecionar as prisões, conhecer das ações novas ou avocar os feitos em que os juízes pudessem se sentir coagidos, avocar os feitos dos juízes ordinários no raio de duas léguas, conhecer de agravos e decisões interlocutórias das justiças locais, devassar sobre crimes graves, dar cartas de seguro, conhecer dos agravos vindos das justiças senhoriais com fundamento em negação de recurso⁷⁷.

Extrapolando as atribuições judiciais, os corregedores também tinham funções no domínio político, como verificar se as eleições dos juízes e oficiais dos concelhos haviam sido feitas de acordo com as previsões das Ordenações, e no domínio da polícia, como a vigia do contrabando de ouro, prata e cereais panificáveis.

Com tantas atribuições, os corregedores eram considerados os magistrados ordinários da administração real periférica, já que sua competência apenas cedia

⁷⁶ Ordenações Filipinas, I, 69, 70 e 71.

⁷⁷ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 200.

quando confrontada com magistrados com competência privativa. Por isso eram também responsáveis pelas atribuições genéricas não previstas nas Ordenações⁷⁸.

Outro cargo com funções fiscalizadoras era o de ouvidor. Aos ouvidores cabia a neutralização da clientela e do açoitamento pelas pessoas poderosas, o controle sobre o povoamento ou despovoamento, o fomento econômico, a realização de obras públicas⁷⁹. Acredita-se ainda que “os ouvidores são os oficiais senhoriais encarregados de exercerem as funções jurisdicionais que as doações regias cometessem aos senhores; ou seja, em princípio, a ‘justiça intermédia’ – conhecimento das apelações e agravos vindos das justiças das suas terras”⁸⁰. Isso significa que consistiam em uma função superior à dos juízes e inferior à dos tribunais, funcionando os ouvidores de comarca como segunda instância judicial. Percebe-se também o papel primordial que desempenharam os ouvidores na difusão de uma alta cultura letrada (jurídica) portuguesa na América e nas colônias em geral. Passavam em visitas às comarcas mais distantes nas quais deixavam Provimentos que tinham por fim indicar os procedimentos jurídicos e políticos adequados às vilas.

Ressalte-se que, dos ofícios camarários, apenas os cargos de juiz de fora e escrivão eram remunerados, o que leva a crer que “o interesse do desempenho dos cargos estaria, então no prestígio que lhes era inerente” e na possibilidade de, por meio desse prestígio, obter vantagens econômicas⁸¹.

A terceira instância jurídica eram os Tribunais de Apelação, também conhecidos como Tribunal da Relação ou apenas Relação. Em 1580 havia três tribunais da relação funcionando no Império Português: a casa civil em Lisboa; a Relação da Índia, em Goa; e a casa da Suplicação, tida como tribunal superior, em virtude de sua proximidade com a figura do Rei. Em sua composição, mantinham dois magistrados, chamados de corregedores da corte, para julgar os processos dos cortesãos e da comitiva real⁸².

⁷⁸ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 200/201.

⁷⁹ WEHLING, A; WEHLING, M. J. **Direito e Justiça do Brasil Colonial**: O Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004. p. 39.

⁸⁰ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 192/193.

⁸¹ HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994, p. 164.

⁸² SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p 7-8.

De acordo com Schwartz a Casa da Suplicação servia de modelo para os demais tribunais do Império Português:

[...] a organização interna e os procedimentos da Casa da Suplicação serviam de modelo para todos os outros tribunais do império português. Dentro da estrutura da corte, cada cargo, juntamente com suas funções, oferecia certa remuneração e prestígio muito cobiçados pelos magistrados. O corpo principal da corte era formado por desembargadores, divididos em desembargadores extravagantes e desembargadores dos agravos⁸³.

Os desembargadores extravagantes eram geralmente os mais novos, menos experientes e menos importantes, sendo designados conforme a necessidade para as causas que eram presididas pelos desembargadores dos agravos⁸⁴.

Para além da Casa da Suplicação estava o Desembargo do Paço, que ocupava o ápice do sistema judicial do Império⁸⁵, exercendo controle total sobre a magistratura e o oficialato. Até a primeira metade do século XVII, apresentava estrutura simples, tendo em sua composição um presidente, seis desembargadores, um porteiro, sete escrivães e um tesoureiro⁸⁶.

Institucionalizado pelas Ordenações Manuelinas de 1514, era como um conselho governamental que tinha como principal função assessorar todos os assuntos da justiça e administração legal. Seu papel não era, portanto, como o de um tribunal, muito embora algumas causas de mérito especial, que já houvessem passado por todas as demais instâncias, pudessem ser levadas até ele. Também cabia ao Desembargo do Paço escolher os magistrados reais, promovê-los e avaliá-los em seu desempenho. Ressalte-se que todos os membros da magistratura real estavam sujeitos a essa investigação, o que valia também para as colônias⁸⁷.

Membros basilares desta organização, as câmaras estavam presentes em todo o Império com certa uniformidade. Mas deve-se ressaltar que havia alguma variação na composição das câmaras, seja no reino ou no ultramar. Cada câmara

⁸³ SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 8.

⁸⁴ SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 8.

⁸⁵ SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 9.

⁸⁶ SUBTIL, J. M. A Administração Central da Coroa. IN: MATTOSO, J. (org). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 3 – No Alvorecer da Modernidade, p. 80.

⁸⁷ SCHWARTZ, S. **Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial**: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 9/10.

tinha uma organização que lhe era própria e um equilíbrio construído historicamente, na adaptação às estruturas geográficas e ao contexto histórico e social.

No Oriente, por exemplo, pela presente descontinuidade espacial e importância militar e mercantil, havia maior heterogeneidade de instituições. Para cada cidade era nomeado um governador ou capitão que se submetia ao governador ou vice-rei em Goa. Também Macau tinha governadores ou capitães que representavam a coroa. A Câmara de Macau era composta por três vereadores, dois juízes ordinários e um procurador, todos eleitos, e, por quase 3 séculos, consistiu no verdadeiro governo de Macau, cabendo aos governadores ou capitães-gerais o simples comando das fortalezas e da exígua guarnição da cidade. A câmara do Rio de Janeiro também gozou de certa autonomia, havendo provisão régia que lhe permitia escolher o sucessor do governador, em caso de morte, dependendo apenas com aprovação do governador geral da Bahia.

Afirma Boxer que, nas colônias, “de modo geral, mantinha-se, na medida do possível, o modelo metropolitano”, apesar de haver certa variação no número de vereadores, por exemplo⁸⁸.

Tais exemplos mostram a diversidade dos estabelecimentos portugueses em seu império ao redor do mundo e a multiplicidade de suas instituições concelhias ou municipais. Como pode-se perceber, muito embora tivessem pontos em comum com aquelas presentes no reino, as câmaras espalhadas pelas colônias portuguesas adaptaram-se, tendo traduzido em suas instituições as peculiaridades de seus territórios⁸⁹. O que as torna instituições gêmeas, para utilizar vocabulário de Boxer, eram os preceitos sobre os quais se pautava sua composição, ou, dito de outra forma, a qualidade daqueles passíveis de representarem e se fazerem representar nas câmaras.

No estudo do caso brasileiro especificamente, alguns autores se destacam.

Caio Prado Junior vê a administração portuguesa nas terras tupiniquins como caótica. Ele acredita que a máquina burocrática portuguesa não funcionava como deveria, pois não havia divisão de poderes e legalismo⁹⁰. O autor está dentre aqueles que enxergam a câmara como um instrumento de efetivação do poder real,

⁸⁸ BOXER, C. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002, p. 292.

⁸⁹ BICALHO, M. F. As Câmaras Ultramarinas e o Governo do Império. IN: BICALHO, M. F; FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. de F. **O Antigo Regime nos trópicos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 193-194.

⁹⁰ PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

uma vez que acredita que a importância das câmaras municipais durante o período colonial estava justamente na conexão entre a população e os órgãos administrativos do reino⁹¹. Não se acredita em tamanho caos, pois entende-se que numa sociedade regida pelo Antigo Regime, particularismos eram tido como essenciais e não havia ainda uma precisa divisão de poderes e tarefas, o que estava de acordo com a lógica desse período e não impede que a administração seja entendida como bem organizada.

Já Raymundo Faoro acredita que Portugal teve sucesso na transposição de seu aparato político-jurídico-administrativo para as colônias. Para isso, toma como base a centralização precoce de Portugal e o sucesso português na cooptação das elites locais. Quanto ao estudo das câmaras municipais, esse historiador endossa a sua força como representantes do poder local, resistente ao poder central⁹².

Contrariando esses autores, Luís Fernando Lopes Pereira acredita que na América Portuguesa o controle institucional era feito de forma bem estruturada e sofisticada. Para o autor, isso aconteceu a despeito da necessidade de adequação das determinações da metrópole, “que exigia do direito soluções novas e diversas daquelas presentes no ambiente português”⁹³.

Já Hespanha e Santos ressaltam que o Brasil se enquadrava no regime que Portugal dedicava as colônias que pretendia anexar permanentemente, de forma mais integrada ao Reino, estando sujeito desde o início dos seiscentos a uma política diferente de colonização, uma política de ocupação territorial. Para isso, o enquadramento territorial mais fino era essencial: “a extensão ao Brasil da organização municipal, assim como a criação de um conjunto de ofícios reais de controlo judicial (ouvidores corregedores, juízes de fora), militar (alcaldes-mores, capitães das ordenanças), fiscal (almoxarifes, ofícios alfandegários) e económico, realizou este objetivo”⁹⁴. Os autores destacam ainda a criação do cargo de governador-geral, em 1549 e sua conversão na dignidade de vice-rei, ainda no

⁹¹ VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. P. 89.

⁹² FAORO, R. **Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed., rev. São Paulo: Globo, 2001.

⁹³ PEREIRA, L. F. L. Súditos d'El Rey na América portuguesa: Monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. IN: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 452, p. 51-86, 2011, p. 59.

⁹⁴ HESPANHA, A. M; SANTOS, M. C. Os Poderes num Império Oceânico IN: MATTOSO, J. (org). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 4 – O Antigo Regime, p. 80, p. 356.

século XVII, e a criação de tribunais superiores ou Relações na Bahia, em 1609, e no Rio de Janeiro, em 1751.

Quanto a organização judicial, acredita-se que a da colônia era subordinada daquela do reino:

[...] as possessões ultramarinas portuguesas, apesar de distintas por suas condições peculiares e localização geográfica, eram subordinadas ao sistema judicial da metrópole. A lei portuguesa tornava-se a lei dos territórios recém-conquistados e ministros da justiça, similares àqueles de Portugal, tomavam posse dos cargos coloniais a fim de fazer cumprir essa lei. As condições locais e o relacionamento específico da colônia com a Coroa, contudo, determinavam, de certa forma, a natureza da administração judicial⁹⁵.

Assim sendo, a maioria das câmaras se configurava de acordo com o que as Ordenações Filipinas, Livro I, título 65⁹⁶, determinavam. Os juízes ordinários eram responsáveis, no geral, pela primeira instância de julgamentos; a ouvidoria da comarca funcionava como segunda instância e o Tribunal da Relação configurava ainda uma terceira fase para as decisões judiciais.

Após algumas dificuldades no processo, em 1609 criou-se um Tribunal da Relação no Brasil, que ficou conhecido como Relação do Brasil ou Relação da Bahia, já que tinha sua sede em Salvador. Um dos principais motivos para sua implantação foi a grande demora das sentenças e os inconvenientes que dali decorriam⁹⁷. Ressalte-se que os apelos das decisões judiciais das colônias também poderiam ser levados a Casa da Suplicação, tribunal da corte real⁹⁸.

Mais especificamente quanto ao papel da câmaras municipais na América Portuguesa, Maria Fernanda Bicalho afirma que nos seiscentos essas instituições adquiriram maior poder econômico. Isso porque a metrópole exauriu suas rendas com gastos com as guerras de restauração, na Europa, e com os conflitos na colônia, que levariam a expulsão dos holandeses das terras brasileiras. Assim sendo, coube aos colonos financiar sua própria defesa e administrar, por meio das

⁹⁵ SCHWARTZ, Stuart. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus Juízes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 15.

⁹⁶ ORDENAÇÕES FILIPINAS, Título I. disponível em: ORDENAÇÕES FILIPINAS, Livro I, Título LXV. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l1p134.htm>.

⁹⁷ SUBTIL, J. M. A Administração Central da Coroa. IN: MATTOSO, J. (org). **História de Portugal**. Lisboa: Estampa, 1993, vol. 3 – No Alvorecer da Modernidade, p. 79.

⁹⁸ SCHWARTZ, S. **Burocracia e sociedade no Brasil colonial**: a suprema corte da Bahia e seus juízes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 8.

câmaras, o pagamento de impostos, a imposição de taxas, arrendamento de contratos, entre outros.

Os concelhos camarários, enquanto instituições responsáveis pela administração da justiça em âmbito local, configuravam centros de formação de uma cultura jurídica colonial, que não se opunha ao direito dos letrados. O que se percebe é uma boa assimilação das regras formais e técnicas procedimentais, embora cada câmara tenha construído historicamente um conteúdo mais adequado a sua realidade.

Luís Fernando Lopes Pereira destaca, dentro desse contexto jurídico colonial, a figura do juiz ordinário. Vinculado aos interesses da nobreza da terra, o juiz ordinário caracterizava o elemento mais fronteiriço desse período, pois eram indivíduos rústicos que aos poucos conseguiam recepcionar a alta cultura jurídica letrada. Dessa assimilação, “forma-se uma cultura jurídica colonial, onde interesses locais patrimonialistas e trocas de favores em redes de favorecimento eram escondidas sob uma roupagem jurídica com a chancela d’El Rei”⁹⁹, ou seja, o juiz ordinário manejava instrumentos jurídicos a partir de seus próprios interesses e aqueles do grupo que representava, sem acarretar em contrariedade com as disposições da metrópole.

Para compreender o direito aplicado por essas instituições, vale lembrar que as relações entre a metrópole e a América Portuguesa baseavam-se numa rede de interdependência, o que ocasionava um pluralismo de normas. As Ordenações e as leis gerais do Império não tinham a pretensão de totalidade, bem na esteira do pluralismo jurídico que dominava no reino.

O direito aplicado era muito ligado ao pensamento escolástico, decorrente da Segunda Escolástica de Suarez e bastante ligado a ideia de direito natural¹⁰⁰. O Direito português era aplicado através de um filtro, que, apesar de manter intacta sua lógica, selecionava aquilo que se adequava as condições da colônia. Isso acabava por criar um direito novo, melhor adaptado e mais efetivo para os casos brasileiros.

⁹⁹ PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 23.

¹⁰⁰ PEREIRA, L. F. L. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012. p. 20.

2. TEMPO DA REPÚBLICA: FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS PROVÍNCIAS UNIDAS

2.1. CONJUNTURA: A UNIFICAÇÃO DAS PROVÍNCIAS

É importante esboçar o contexto político-jurídico em que se encontravam os Países Baixos durante o período que antecedeu a invasão do Brasil, para que melhor se possa entender os motivos que os levaram a buscar a expansão marítima e as escolhas por eles feitas a partir desse ponto de vista durante os pouco mais de 20 anos de domínio no nordeste das terras tupiniquins.

Se de um lado temos particularidades da organização político-jurídica colonial portuguesa, a partir das câmaras e de um Império corporativo, de outro temos que para os holandeses não apenas o Estado e a unificação eram importantes, mas também o papel da WIC (*West-Indische Compagnie*) para regular a política e o direito no Brasil. Apesar disso, foi bastante comum que os governantes das colônias tentassem ali recriar a organização de sua metrópole.

Os Países Baixos se formaram pela união de províncias vizinhas que ocupavam, a grosso modo, os arredores da área que hoje chama-se oficialmente de Reino dos Países Baixos, bastante conhecida como Holanda¹⁰¹. Durante a idade média, essas províncias, antes isoladas e autônomas, iniciaram um processo de centralização. Isso deveu-se não apenas aos esforços de monarcas que viam na união uma forma mais simples de governar a região, mas também ao contexto da época, em que o comércio marítimo começou a se desenvolver, estimulando alianças entre as províncias¹⁰².

Como Jonathan Israel bem destaca, tratar da questão da unificação dos Países Baixos não é tarefa fácil. O autor, importante historiador da República Neerlandesa, afirma que somente se pode entender o século de ouro - como é

¹⁰¹ De acordo com o site oficial da secretaria de turismo holandesa: "O nome oficial do país é (Reino dos) Países Baixos, que consiste em doze [províncias](#). Duas dessas províncias, a [Holanda do Norte](#) e a [Holanda do Sul](#), formam juntas a Holanda. Devido ao poder marítimo e econômico dessas províncias no século XVII, os Países Baixos passaram a ser conhecidos como Holanda no mundo todo". Disponível em: <http://www.holland.com/br/turismo/informacoes-sobre-a-holanda/sobre-a-holanda/holanda-vs.-países-baixos.htm>. Acesso em: 25/06/2014.

¹⁰² Muito embora historiadores holandeses abordem sempre a luta entre certas províncias e as diferenças e divergências entre norte e sul dos Países Baixos, isso não será minuciosamente analisado, pela pouca relevância para o tema central do trabalho. Ao invés de focar nas diferenças internas, tentar-se-á prover uma visão geral do que aconteceu na região, culminando no século XVII, o que será muito mais proveitoso para a discussão acerca do Brasil holandês.

comumente chamado o século XVII da região – voltando no tempo um pouco mais, pois já no século XIII se inicia a formação do contexto em análise¹⁰³, afinal, foi por cerca de 1200 que o surgimento de sistemas de drenagem possibilitou que a região, que sofria com a proximidade do mar e baixa altitude, sendo facilmente atingida por cheias e enchentes, se tornasse apta para a prática da agricultura. Com o aperfeiçoamento das técnicas de contenção de águas e enchentes, a região foi canalizada por meio da construção de diques e represas, drenada, cultivada e colonizada.

O processo de canalização da água utilizado necessitava de constantes reparos e foi nesse período em que o aparato institucional e jurídico para sua manutenção começou a se formar, sendo portanto, uma questão fundamental para a estruturação político-jurídica da região. Foram criados comitês (*waterschappen* ou *heemraadschappen*)¹⁰⁴ em que as cidades, vilas e nobres tinham seus representantes para tratar do assunto seguindo assim a tendência geral do período pré-moderno, marcado pela descentralização, fragmentação e particularismo no direito e na política (embora com certa centralidade nesta)¹⁰⁵.

Em sua origem, eram locais e espontâneos, mas aos poucos a influência do Conde da Holanda e dos príncipes vizinhos cresceu, principalmente com a criação de jurisdições um pouco maiores, regionais, para supervisionar o trabalho feito localmente. Estes eram os Altos comitês (*hoogheemraadschappen*), que também representavam as cidades, vilas e nobres, mas tinham seus procedimentos definidos pelo Conde.

No século XVII havia muitos destes corpos independentes, aplicando e coletando seus próprios impostos. Essas pequenas instituições também lidavam

¹⁰³ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 9.

¹⁰⁴ Quanto a tradução de termos e nomenclatura do holandês para o português, buscou-se manter as expressões conforme encontradas em documentos originais dos holandeses e literatura holandesa. No entanto, para melhor compreensão, também serão apresentados os termos traduzidos, em português. Para a tradução, foram utilizadas versões dos termos encontradas em documentos portugueses da época e, na falta destes, traduções da bibliografia moderna. Não havendo qualquer precedente para a tradução, foi feita uma tradução literal do termo. Acredita-se que assim a real natureza dos institutos pode ser demonstrada por meio do vocábulo que tradicionalmente o designava, em ambos os idiomas aqui tratados, já que os estudos acerca do período e suas instituições manteve-se coerente nesse aspecto ao longo dos séculos.

¹⁰⁵ Instituições com a mesma nomenclatura, chamados em inglês de 'water boards', permanecem até hoje nos Países Baixos. O de Rijnland, tido como o mais antigo da Holanda, vez que data de 1255, explica em seu site oficial que "comitês de água distritais são organizações governamentais que podem ser comparadas com os conselhos provinciais e locais". Disponível em <http://www.rijnland.net/>. Acesso em: 15/12/2014.

com a justiça local, pois dentre as suas responsabilidades estava punir os poluidores de água e aqueles que não cumprissem sua parte da conservação dos diques¹⁰⁶. Era uma forma de governo local, já que os comitês de água assemelhavam-se administrativamente aos municípios, sendo, em sua maioria, dirigidos pela nobreza local¹⁰⁷.

As cidades cresceram a partir de um deslocamento econômico para o gado e para a pesca. A partir daqui, as corporações aos poucos ganharam certa autonomia. Nelas, a população se dividia em um sistema de corporações (*gilden*), em um sistema que em muito lembra as guildas da Europa central, que reforçavam lá a ideia de uma sociedade corporativa, na qual a metáfora com o corpo estabelece também uma hierarquia (que reproduz uma certa visão acerca do corpo humano) na qual a cabeça é a parte mais importante, possuindo todos os corpos uma cabeça que os representa. Na Holanda esses grupos de pessoas se reuniam de acordo com ocupação que exerciam na comunidade, tendo a nobreza papel destacado nas suas decisões políticas.

Nessa sociedade, típica de uma sociedade de Antigo Regime, a troca de favores e os privilégios eram algo comum e bastante recorrente¹⁰⁸. Nesse aspecto, encontra-se uma aproximação com o Antigo Regime português, em que os sujeitos alcançavam a nobreza por meio da concessão de ofícios, cargos e funções na administração pública, o que dependia sempre da consciência do rei.

Muito embora não houvesse rei nas Províncias Unidas, havia uma influente nobreza, que ocupava os principais cargos oficiais e mantinha essa economia moral de troca de favores de forma ativa. Para Hespanha, tais práticas moldavam a sociedade, já que os “(...) privilégios, além de instituírem pólos autônomos de poder político-jurisdicional, reforçavam o corporativismo e insindicabilidade característicos, como diremos, do corpo de oficiais da época moderna”¹⁰⁹.

Por outro lado, a base econômica que permitiu uma maior estruturação da política holandesa, integrando mais a sua administração, com uma mais

¹⁰⁶ Cada fazendeiro era designado com uma tarefa para auxiliar na manutenção da estrutura hídrica. Em caso de descumprimento, a pena comum era pecuniária, mas existem casos em que foi definida a pena de morte.

¹⁰⁷ RAADSCHELDERS, J. C. N; TOONEN, A. J. **Waterschappen in Nederland**: een bestuurskundige verkenning van de institutionele ontwikkeling. 1ª Ed. Hilversum: Verloren, 1993, p. 79.

¹⁰⁸ LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 31-32.

¹⁰⁹ HESPANHA, A. M. **As vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político – Portugal – séc. XVII. Coimbra: Livraria Almedina, 1994. p. 350.

desenvolvida política fiscal imposta pelo Conde, foi o comércio marítimo. Conjuntamente à política fiscal, aparecem aqui elementos de polícia no sentido de administração voltada à busca de riquezas e a uma manutenção da ordem hierárquica da sociedade¹¹⁰.

Entretanto, no século XV, mais precisamente em 1425, morreu o último conde independente da Holanda e, três anos depois, o norte dos Países Baixos foi integrado a um império europeu maior¹¹¹, sob o comando de Felipe de Borgonha, que buscou unir o sul e o norte, antes completamente separados. Dentre os aparatos criados por Felipe, na tentativa de estimular a união dos territórios que formavam os Países Baixos, encontram-se os Estados Gerais (*Staten Generael*), um conselho de delegados vindos de todas as províncias, outra estrutura típica de Antigo Regime que existia também na maior parte das monarquias européias¹¹².

Anos mais tarde, ainda no período de domínio da casa de Borgonha (1384-1477) devido ao casamento de Maria de Borgonha com Maximiliano, os Países Baixos se uniram ao grande império Habsburgo, que deu mais alguns passos rumo a unificação dos territórios, como o reestabelecimento de um Alto Conselho (*Grote Raad*), que servia como órgão judicial central na maior parte da região¹¹³. Embora pareça pouco compatível com o processo de centralização, quanto a esse conselho foi expressamente determinado que “não deveria nunca receber ordens do soberano ou de seus representantes acerca de suspensão, impedimentos e modificações do processo legal”¹¹⁴, o que significa que havia certa dose de autonomia nas instituições judiciárias.

O processo de centralização foi mais bem sucedido com Carlos V, também conhecido como Carlos I da Espanha. Ele, herdeiro das casas de Habsburgo, Borgonha e Aragão e Castela, governava sob toda a parte ocidental do império dos

¹¹⁰ Afirma Airton Seelaender que “Em seu significado originário, ‘polícia’ remeteria às ideias de ‘governo’ e ‘bom governo’ dentro de um reino ou cidade – e daí às de ‘boa ordem’, ‘ordem’ e mesmo ‘civildade’ e ‘urbanidade’. (...) para as condições das monarquias europeias da Idade Moderna, caberia à ‘política’ ou ‘polícia’ cuidar do governo do reino” (SEELAENDER, A. A Polícia e as Funções do Estado: notas sobre a polícia do antigo regime. IN: **Revista da Faculdade de Direito** - UFPR, Curitiba, n.49, p.73-87, 2009).

¹¹¹ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 10.

¹¹² LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 36-41.

¹¹³ LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 36-41.

¹¹⁴ Geschiedenis van de Grote Raad tot 1838: de ontwikkeling van het institut. Disponível em: <<http://www.rechtspraak.nl/ORGANISATIE/HOGE-RAAD/OVERDEHOGERAAD/Pages/Geschiedenis-van-de-Hoge-Raad.aspx>>. Acesso em 19/09/2014.

Habsburgo, incluindo a Espanha e parte da Itália. Carlos assumiu a frente dos Países Baixos em 1515 e não mediu esforços visando a unificação das províncias. São exemplos de medidas nesse sentido a substituição de algumas das estruturas administrativas das províncias por outras, mais centrais, com a criação três novas instituições de governo em 1531: o *Raad van State* (Conselho de Estado), o *Raad van Finaciën* (Conselho de Finanças) e o *Geheime Raad* (Conselho Privado), que, juntos, eram chamados de Conselhos Colaterais de Bruxelas¹¹⁵.

O Conselho de Estado, o mais importante dos três e o único a permanecer após o estabelecimento da República, era composto por 12 membros, dos quais um era jurista, um era do clero e os demais advinham quase que completamente da nobreza. Sua função era aconselhar o soberano em decisões acerca das principais questões enfrentadas quanto a governo, relações internacionais e defesa¹¹⁶.

O Conselho de Finanças aproximava-se da administração de domínios do soberano, sendo que sua principal função era preparar a solicitação de uma coleta chamada de “*bede*”¹¹⁷, que visava angariar fundos especiais para o monarca. Ainda, o conselho controlava órgãos de finanças mais baixos, de nível provincial. Vale lembrar os ensinamentos de Airtion Seelaender, que aproxima o controle das finanças com a polícia nas sociedades do Antigo Regime:

No contexto da época, a linha divisória entre a “polícia” e a “economia” soava, contudo, um tanto artificial: visto o rei como figura paterna e compreendida a “economia” a partir do modelo da casa senhorial, não era difícil conceber o rei, supremo senhor, como o “pai” e governante da “grande casa do Reino”. Assim sendo, “polícia” e “economia” eram conceitos tendentes a se misturar. Assim como o “pai” podia, no “governo econômico” que exercia, comandar, educar, disciplinar e punir criados e familiares, assim também podia fazê-lo o pai-rei com seus súditos – “filhos”, na grande casa do reino. Do mesmo modo que um “paterfamilias” ou “Hausvater” podia expulsar de sua propriedade um visitante indesejável, podia o rei expulsar da grande casa do reino comerciantes estrangeiros, ciganos, ordens religiosas e companhias mercantis de outros estados¹¹⁸.

¹¹⁵ Parte da bibliografia consultada acredita que trata-se do desmembramento do Alto Conselho existente durante governo dos Borgonha.

¹¹⁶ Disponível em: <http://www.raadvanstade.nl/over-de-raad-van-state/geschiedenis.html>. Acesso em: 20/09/2014.

¹¹⁷ “*Bede*” pode ser traduzido como prece e, apesar de ter surgido como taxa a ser cobrada apenas excepcionalmente, em caso de necessidade do soberano, passou com o tempo a ser um imposto fixo nas vilas e cidades.

¹¹⁸ SEELAENDER, A. A Polícia e as Funções do Estado: notas sobre a polícia do antigo regime. IN: **Revista da Faculdade de Direito** - UFPR, Curitiba, n.49, 2009, p. 74/75.

O Conselho Privado, por outro lado, não tinha membros da nobreza em sua composição, sendo formado por juristas e políticos de profissão¹¹⁹. Muito embora o motivo de seu nome não tenha sido desvendado na literatura consultada, sabe-se que era um órgão consultivo do soberano e que tinha duas figuras principais: o conselheiro fiscal e o presidente. O conselheiro fiscal era responsável pelo fisco e pelos impostos em sentido amplo (abarcando sua face econômica bem como a de autoridade pública); além de ser o grande defensor dos interesses do soberano, já que podia, dentro do conselho, agir em seu nome. Por outro lado, o presidente recebia o selo do soberano, por meio do qual conseguia controlar todos os documentos publicados pelas autoridades governamentais, dando-lhes oficialidade.

Tratando-se todos os três de órgãos consultivos e tendo apenas o Conselho de Finanças uma atividade melhor delimitada, cabe diferenciar os demais:

Em contraste com o Conselho de Estado, que normalmente tinha poderes apenas consultivos, o Conselho Privado conseguiu, na prática, adquirir grande discricionariedade. Isto deveu-se a tecnicidade de muitos documentos, assim como ao aumento do tamanho do trabalho do governo. Não raramente a aprovação do governador não era mais que um caso pro forma. As principais áreas de atuação do Conselho Privado foram Legislativas, administrativas e de direito, que possuía, assim, uma posição-chave na máquina administrativa¹²⁰.

A literatura pesquisada destaca que estes conselhos colaterais, bem como o Alto Conselho, trabalhavam também se relacionando com províncias individuais, e não com um todo centralizado. O soberano, por sua vez, exercia seu poder sobre a províncias ao escolher os ocupantes de cargos de autoridade nas Províncias, caso dos *stadhouders*. Essa relação parece se apresentar também de forma similar a do modelo tradicional do Antigo Regime em que há certo tensionamento entre as estruturas de centralização como os Conselhos e as Cortes Provinciais, que gozavam de autonomia relativa, em uma sociedade na qual vigorava o modelo particularista. Tal particularismo parece evidente no fato de os membros das cortes provinciais serem nominados de magistrados rurais, dos quais se falará no decorrer do capítulo.

LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 36-41.

¹²⁰ VERMEIR, R. **De geheime raad in de Habsburgse Nederland**. Disponível em: <http://www.dutchrevolt.leiden.edu/dutch/begrippen/Pages/staatsinrichting-Geheime%20Raad.aspx>. Acesso em: 20/01/2015.

A disseminação do calvinismo e do luteranismo pelas províncias foi fator importante no aumento das tensões, pois os nobres espanhóis (como Carlos V e seu filho e sucessor Felipe II) eram adeptos do catolicismo e reprimiam as demais expressões religiosas¹²¹. Esse quadro de tensões via de regra é aproveitado para ser usado como fator de integração e unidade, afinal uma guerra e um inimigo externo são elementos clássicos do despertar de sentimentos de pertencimento e unidade. A unidade aqui era, também como em outros locais, linguística e cultural.

Iniciou-se, assim, uma guerra de separação da Holanda contra o domínio espanhol. Em 1579 o Tratado de Utrecht constitui a República das Províncias Unidas, composta por Frísia, Groningen, Gelderland, Holanda, Overijssel, Utrecht e Zelândia, que declaram a independência da República das Províncias Unidas, em 1581.¹²²

Um ano antes, em 1580, iniciou-se a União Ibérica, junção das dinastias que governavam Portugal e Espanha. Com a unidade das Coroas, a cana de açúcar produzida no Brasil que era comercializada com a Holanda, passa a sofrer o embargo da Corte Espanhola que agora defende seus interesses contra os separatistas. De outro lado, a emancipada República, como passa a ser chamada, buscava mostrar força e poder para afirmar sua independência da Espanha, e conflitos territoriais na América portuguesa (agora mais espanhola) eram um meio bastante efetivo para tal fim.

A República se formou, portanto, a partir de uma variedade de fatores, dentre os quais as alianças entre as províncias contra o domínio Habsburgo e a disseminação do luteranismo e calvinismo nos Países Baixos. A formação do complexo aparato jurídico, político e administrativo que viria a ser empregado na República teve início já muito antes de sua consolidação, com a formação de corporações (*gilden*), comitês para cuidar de assuntos de interesse geral, como a contenção da água e construção de diques, e de instituições centralizadoras implantadas pelos soberanos Borgonha e Habsburgo, como os próprios Estados Gerais, que viriam a se tornar o principal órgão unificador da República. O papel central dos particularismos, tão evidentes nesse aparato, sem dúvida, o aproximam

¹²¹ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 10.

¹²² A independência da República das Províncias Unidas foi reconhecida pela Espanha apenas depois da Guerra dos oitenta anos, em 1648, com o Tratado de Münster.

da realidade pré-moderna e do Antigo Regime europeu, com sua lógica corporativista.

2.2. INSTITUIÇÕES E DIREITO NA REPÚBLICA DAS PROVÍNCIAS UNIDAS

Após a formação da República, as instituições políticas dos Países Baixos se modificaram, moldando-se a nova realidade de um grupo de Províncias agora unificadas. Mesmo assim manteve-se a lógica jurídica de Antigo Regime de inexistência de leis centrais válidas para toda a República, sendo a União de Utrecht a única norma escrita que definia as relações entre as províncias. Ainda que a configuração definida pelo documento tenha se modificado ao longo do tempo, a União de Utrecht permaneceu sendo citada durante os séculos XVII e XVIII¹²³.

A República manteve a divisão em províncias e boa parte do aparato administrativo de antes de sua fundação, mas os Estados Gerais emergiram como órgão máximo a nível nacional, ocupando um lugar que antes partilhava com o soberano. Apesar do lugar simbólico ocupado pelos Estados Gerais na hierarquia do poder, cada província manteve grande dose de autonomia, que exerciam por meio de suas próprias instituições, sendo que o mesmo acontecia em nível municipal.

A estrutura de governo da República, portanto, baseava-se em três diferentes níveis de organização: republicano, provincial e municipal, cada qual mantendo certa autonomia e, ao mesmo tempo, sendo intrinsecamente conectado aos demais, principalmente no que dizia respeito a escolha dos líderes e representantes, não permitindo a existência de uma real hierarquia entre os níveis. Como explica Lodewijk Hulsman, “os Países Baixos alimentavam uma tradição de decisões coletivas aliada a um sistema de governo gerido por conselhos que deixava o nível de decisões menos hierarquizado”¹²⁴.

De acordo com o tratado, as províncias formavam uma confederação e deveriam se manter unidas, como se fossem uma província apenas. Entretanto, o documento prevê também que as particularidades de cada cidade e província devem ser mantidas e respeitadas, explicitando nesse sentido “privilégios particulares,

¹²³ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Clarendon Press, 1995, p. 276.

¹²⁴ HULSMAN, L. *Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654)*. In: **Monumenta Hyginia**. Recife, 2005, p. 27.

isenções, direitos, estatutos, costumes aceitos e há tempos praticados, usos e todos os direitos que deles decorrerem”¹²⁵. Com isso reforçava o particularismo anterior mesmo em um período de maior centralização por parte das monarquias europeias como o final do século XVIII. O documento também destaca que as questões relativas a esses assuntos deveriam ser decididas pelas cortes ordinárias de justiça, árbitros ou acordo amigável, sem interferência de outras províncias, cidades ou países, desde que as partes se submetessem aos procedimentos da lei¹²⁶.

Por outro lado, para os assuntos externos, que diziam respeito à manutenção do território, como questões de guerra, paz e tréguas, nos termos do tratado, delegavam aos Estados Gerais, órgão máximo a nível de República, a soberania. Afirmam a bibliografia que “Os Estados Gerais conduziam as relações internacionais, declaravam guerra e paz, administravam marinha e exército, coletavam tarifas. Em resumo, faziam tudo aquilo que dizia respeito ao exterior e ao interesse comum da República. Mas não mais do que isso”¹²⁷.

Na prática, entretanto, os Estados Gerais tornaram-se responsáveis também por decidir acerca da política externa, navegação, impostos, assuntos eclesiásticos e pela administração das terras da generalidade¹²⁸, além de questões que pudessem afetar a existência da confederação. Entende-se, portanto, que, apesar da esfera de atuação delimitada, a instituição acabou por abranger muitos outros aspectos do governo, o que dificulta a compreensão da relação entre governo central e provincial e municipal nos Países Baixos.

Nesse sentido, explica a bibliografia consultada que

Particularmente depois de 1590, o princípio federalista se estendeu para áreas como a regulamentação da navegação, administração de distritos conquistados, negócios eclesiásticos, promoção da expansão colonial, de formas que a União não havia previsto. A melhor maneira de descrever a entidade criada pela Revolta é um cruzamento entre um estado federalista e uma confederação, com mais da confederação em teoria, e mais do estado federalista na substância e prática¹²⁹.

¹²⁵ União de Utrecht. IN: ROWEN, H. H. **The Low Countries in Early Modern Times: A Documentary History**. New York: Harper & Row, 1972, pp. 69-74.

¹²⁶ União de Utrecht. IN: ROWEN, H. H. **The Low Countries in Early Modern Times: A Documentary History**. New York: Harper & Row, 1972, pp. 69-74.

¹²⁷ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 276.

¹²⁸ As terras da generalidade eram formadas por quatro entidades: *State* de Flandres, *State* de Brabante, Maastricht e *Wedde-westerwoldeto*. Nessas áreas, que somavam um terço da República, não eram as províncias, mas a Generalidade que era soberana.

¹²⁹ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 276/277.

Os Estados Gerais eram constituídos por delegações de membros dos conselhos de cada província (*State*). Cada conselho provincial escolhia, em votação interna, dentre seu quadro de conselheiros aqueles que os representariam em nível nacional. Inicialmente, não haviam regras quanto ao número de membros de cada comissão, mas os republicanos acabaram por deliberar pelo máximo de seis e mínimo de dois representantes, conforme a província. Enquanto os representantes da Zelândia ocupavam sua posição de forma vitalícia, nas demais províncias os cargos eram mantidos por dois ou três anos. De qualquer modo, independentemente do número de representantes, cada província tinha direito a apenas um voto, como de praxe na lógica corporativa do Antigo Regime, em que os corpos são representados por suas cabeças.

As decisões da assembleia deveriam ser unânimes. No entanto, Israel destaca que quase nenhuma decisão dos Estados Gerais fez-se sem a oposição de uma ou mais províncias¹³⁰, sendo que acabava prevalecendo a escolha da maioria. Como bem explica Herbert, “o sistema só funcionava quando um Pensionário ou *Stadhouder* conseguia articular um consenso previamente”¹³¹, garantindo a unanimidade.

Havia instituições adjacentes aos Estados Gerais, encarregadas de lidar com assuntos específicos. Eram ramos dos próprios Estados Gerais, subdivisões, e dentre elas estavam o *Generaliteits Muntskamer* (Câmara da Moeda da Generalidade), responsável por regular valores, pesos e conteúdo das sete diferentes moedas, de forma que tivessem o efeito de uma só, abrindo assim os mercados para as 7 províncias; o *Hoge Krijgsraad* (Alto Conselho de Guerra), que funcionava como um grande tribunal militar; o *Generaliteits Rekenskamer* (Câmara de Contas da Generalidade), responsável pelas finanças dos Estados Gerais e coleta de impostos e o colégio dos almirantes, com poder de organização da marinha¹³².

Outra ramificação dos Estados Gerais era o *Raad van State* (Conselho de Estado), que correspondia basicamente a um comitê executivo, tendo dentre suas

¹³⁰ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 277.

¹³¹ ROWEN, H. H. **John de Wit, grand pensionary of Holland, 1625-1672**. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1978, p. 56.

¹³² ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 295.

responsabilidades a realização de um orçamento, a organização do exército e a coleta de alguns impostos. Esse conselho funcionava ainda como corte de justiça, com jurisdição de segundo grau em casos militares ou que envolvessem finanças. Grosso modo, enquanto os Estados Gerais mantinham o poder político e discricionário, o *Raad van State* mantinha o poder administrativo para executar suas decisões. Para Israel, esta instituição se tornou, a partir das Instruções de 1588, um braço dos Estados Gerais, administrando o exército, fortalezas, terras da generalidade¹³³.

O *Raad* da República era composto por doze delegados das províncias, sendo três da Holanda, dos quais um era membro da nobreza; dois da Frísia, Zelândia e Gelderland; e um de cada uma das províncias restantes¹³⁴. Não há, em toda bibliografia consultada, informações precisas acerca do método utilizado para escolha desses representantes vindos das províncias. Acredita-se, no entanto, por ser a regra geral de funcionamento na República, que havia uma pequena votação interna no Conselho Provincial, em que se elegiam os conselheiros que os representariam no Conselho. Por se tratar de membros do conselho provincial, sabe-se que eram também membros de uma seleta elite, como mais a frente se explicará.

Os assuntos que não cabiam aos Estados Gerais decidir ou gerir, ficavam a cargo das assembleias das províncias ou dos conselhos das cidades, que representavam o poder local na República. Também as entidades administrativas locais se desenvolveram após a revolta, adaptando-se a sua nova realidade.

A nível provincial, há discrepâncias na organização das diferentes entidades, mas alguns elementos em comum eram encontrados por toda a República¹³⁵. As principais instituições políticas eram os Estados Provinciais (*State*), nome dado aos conselhos ou corpos representativos das províncias. Deles participavam membros de algumas cidades e da nobreza, ambos vindos de famílias abastadas, que não pertenciam a população em geral, sendo escolhidos pelos regentes e *stadhouders*

¹³³ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 293.

¹³⁴ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 290.

¹³⁵ É difícil precisar em termos gerais qual a organização administrativa da República como um todo, pois cada província tinha suas peculiaridades. Para chegar a características gerais partindo do livro de Jonathan Israel, foram utilizadas informações principalmente acerca das províncias de Holanda, Zelândia, Gelderland e Frísia, algumas das maiores na época estudada e as que serviram de base e exemplo para a organização do Brasil holandês conforme documentos da época, como a *Ordre van Regieringe* de 1629 e as atas da assembleia de 1640.

(governadores), cargos com bastante influência política e jurisdicional dos quais se falará em seguida¹³⁶. Fechando uma forma de ciclo, cabia aos conselhos das províncias escolherem os regentes das cidades, bem como os *stadhouders*¹³⁷, o que garantia a manutenção da elite no poder, já que mantinham seus cargos e prestígio nomeando uns aos outros.

Parte da bibliografia destaca que os conselhos de províncias importantes acabavam por ter mais poder na realidade do que os próprios Estados Gerais. A Província da Holanda, por exemplo, era responsável pelo financiamento de mais de metade do orçamento dos Estados Gerais, e, muito embora tivesse direito a somente um voto, tinha grande influência sobre as demais províncias, devido a sua força e prosperidade, o que muitas vezes acarretava na vitória de suas demandas. Para endossar seu poder, o conselho da Holanda escolheu como forma de tratamento a expressão “Seus nobres e grandes e poderosos senhores”, que contrasta com o “Altos e Poderosos Senhores” utilizado para referência aos membros dos Estados Gerais.

Os conselhos provinciais também contavam com uma instituição complementar, nos mesmo moldes em que o *Raad van State* auxiliava os Estados Gerais. Trata-se do *Gecommitteerde-Raden* (Conselho Comissionado), que funcionava como a organização administrativa dos *State*, sendo formada principalmente por representantes nomeados diretamente pela nobreza e cidades. Sua principal função era publicar e fazer cumprir os regulamentos e leis dos *State* provinciais, além de controlar as suas finanças. Dentre seus poderes, estava o de convocar reuniões dos conselhos provinciais.

Os *stadhouders* também faziam parte da administração das províncias. Na bibliografia consultada utiliza-se normalmente o termo governador para se referir a essa posição. O cargo foi mantido desde seu surgimento no período Habsburgo, em que era preenchido por alguém da confiança do soberano para que o representasse na província. Com o estabelecimento a República, o poder dos governadores passou aos *State*, mas algumas prerrogativas foram mantidas, como a de selecionar os *schepenen* (escabinos), como eram chamados os magistrados das cidades, a partir de uma lista de nomeações feitas pelos conselhos municipais. Os

¹³⁶ Não foi encontrada indicação na bibliografia acerca da maneira em que se dava essa escolha,

¹³⁷ TEMPLE, W. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsupo00tempgoog>. Acesso em 30/08/2014.

governadores também exerciam outras funções, como supervisionar as eleições do conselho municipal e intervir em casos de irregularidade¹³⁸. Há quem afirme que parte de sua função no período da República era manter a ordem pública¹³⁹.

Como já mencionado, os governadores eram escolhidos pelo *State* da província que viriam a representar, o que indica uma certa predominância do poder regional quanto a administração da justiça, já que os magistrados locais eram escolhidos pelos *State*. Muito embora cada província pudesse designar alguém para o cargo, frequentemente um mesmo *stadhouder* acumulava as funções relativas a mais de uma província¹⁴⁰, o que é um indicativo bastante forte da influência da centralização nas províncias, já que um oficial era capaz de exercer seu cargo em diferentes províncias ao mesmo tempo, ultrapassando as diferenças regionais.

Como desde a fundação da República não havia mais monarquia nos Países Baixos, o *stadhouderaat* acabou evoluindo para uma chefia de Estado e culminando, décadas mais tarde, na nova monarquia holandesa¹⁴¹, sob o comando da família de Oranje¹⁴².

Não bastasse a já grande oligarquia existente na sociedade neerlandesa, havia ainda um corpo restrito de membros representantes da nobreza, o *ridderschap* (cavalaria), presente na maioria das províncias. Como já mencionado, membros da nobreza estavam presentes em boa parte dos conselhos e instituições, tendo neles um lugar assegurado e até mesmo direito de voto. Esses membros eram escolhidos sempre do *ridderschap*. O *ridderschap* é chamado por Evaldo Cabral de Mello de bancada da nobreza¹⁴³ e estava frequentemente presente nas instituições provinciais – um dos emissários da província da Holanda no *Raad van State*, por exemplo, era sempre membro desse seleto grupo.

Sendo os nobres os maiores detentores de terras e fazendas, seus representantes nos Conselhos também representavam a bancada rural e as

¹³⁸ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 310.

¹³⁹ TEMPLE, W. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsupo00tempgoog>. Acesso em 30/08/2014.

¹⁴⁰ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 301.

¹⁴¹ A República se inicia em 1579 e vai até 1795, quando as Províncias Unidas retornam a condição de reino.

¹⁴² A realeza holandesa descende uma família de *stadhouders*, a família de Orange, que começou a exercer as funções do *stadhouderaat* na Zelândia.

¹⁴³ MELLO, E. C. de. **O Negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003, p. 49.

pequenas cidades, em oposição as grandes cidades, como Amsterdam, que levavam seus próprios representantes¹⁴⁴.

Deve-se esclarecer que a nobreza não era entendida como membro da República, assumindo uma posição central no sistema, mas, pelo contrário, surgia localmente, agrupando-se em nível provincial e daí se espalhando para as demais instituições centrais. Tampouco eram os nobres subordinados dos Estados Gerais nos moldes em que isso aconteceria com o soberano numa monarquia, como a do Império Português, talvez até mesmo por que os precediam cronologicamente. Em estudo sobre a monarquia na província de Holanda, Nierop afirma que a presença de nobres nos quadros da administração diminuiu drasticamente durante a República. Isso por que o domínio desses cargos tornou-se, para eles, pouco atrativos, devido ao aumento do preço do aluguel de terras, principal fonte de renda da nobreza. Assim, as funções administrativas de um Estado em formação, e, portanto, que passava por grandes e constantes mudanças, não atraíam a nobreza local, que assegurava sua riqueza e influência por outros meios¹⁴⁵.

A presença de membros do *Ridderschap* em votações do *State* era, de qualquer modo, obrigatória e a influência da bancada nobres nas decisões não diminuiu proporcionalmente ao seu interesse pelos cargos oficiais, permanecendo grande seu poder. Isso somado ao desinteresse pelos cargos administrativos ocasionou uma mudança no próprio colégio, que acabou tornando-se um corpo mais representativo de classe e a nobreza evoluindo de uma elite de poder político para uma elite de status¹⁴⁶.

A nobreza também se fazia presente em outra esfera de governo, a administração municipal, que gozava de grande autonomia, apesar da força dos Estados Gerais e das províncias, que ocasionavam algumas limitações internas ao poder dos conselhos municipais. Havia, por exemplo, restrições práticas no plano interno, como a dependência da milícia local, cujos integrantes vinham das camadas médias da população, mas, no quadro geral, a soberania nos Países Baixos emanava das cidades.

Sobre a supremacia do poder municipal, Martim destaca que

¹⁴⁴ NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland**: from knights to regents, 1500-1650. London: Cambridge University Press, 1993, p. 161-169.

¹⁴⁵ NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland**: from knights to regents, 1500-1650. London: Cambridge University Press, 1993, p. 161-169.

¹⁴⁶ NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland**: from knights to regents, 1500-1650. London: Cambridge University Press, 1993, p. 169.

[...] como a União de Utrecht indica, a base do poder das Províncias Unidas era derivada das cidades. Sendo os Países Baixos altamente urbanizados e economicamente bem sucedidos, uma grande classe média, cuja lealdade era voltada para as cidades, cresceu sem os grilhões das monarquias e aristocracias. O conceito de nacionalismo ainda não tinha se desenvolvido. Cidadãos estavam acostumados a tomar decisões nesse nível e não estavam dispostos a permitir que um corpo governante central usurpasse esse controle. A maioria dos melhoramentos urbanos foi conquistada em nível local [...]¹⁴⁷.

O poder local, portanto, era a grande força motriz dos Países Baixos e, nas suas cidades, o elemento principal da administração era o conselho municipal, que contava com diferentes denominações nas diferentes províncias: *vroedschap*, na Holanda; *raad*, nas províncias do nordeste; *magistraat* ou *wet*¹⁴⁸, em Brabante. Isso reforça a proximidade da organização aqui das demais partes da Europa durante o Antigo Regime e, em particular com Portugal onde, como já dito, as câmaras municipais eram os órgãos mais eficazes e importantes.

Os membros dos conselhos municipais eram chamados de *regenten*, ou regentes, e seu número variava de quatorze a quarenta. Cabia aos regentes a eleição do burgomestre (*burgemeester*), presidente do conselho e responsável pela gestão cidadina, e dos escabinos (*schepenen*), responsáveis pela administração da justiça nas cidades¹⁴⁹. Nesse sentido, aproximava-se a organização daquela de Portugal, em que a cidade tinha grande importância na organização do Império, sendo administrada pelas câmaras e pelos vereadores, tendo também os juizes ordinários importante função da gestão municipal.

O regentes monopolizavam os cargos da administração a nível municipal e, como bem explicita Evaldo Cabral de Mello, faziam parte de uma elite política recrutada no setor mais rico da sociedade, ou seja, comerciantes e industriais¹⁵⁰. No entanto, apenas a riqueza não bastava, pois para tornar-se regente era necessário ser nativo da província e preferencialmente da cidade de cujo conselho se faria parte.

¹⁴⁷ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 301.

¹⁴⁸ Destaca-se a utilização do termo “wet” para designar os conselhos municipais, já que a palavra é a mesma utilizada para significar “lei”.

¹⁴⁹ TEMPLE, W. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsupo00tempgoog>. Acesso em 30/08/2014.

¹⁵⁰ MELLO, E. C. de. **O Negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste**. 3º edição revista. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003, p. 49.

Os *schepenen*, ou escabinos, como foram mais tarde chamados pelos portugueses, eram encarregados de tarefas administrativas e judiciais. Tinham como uma de suas principais funções julgar causas cíveis e criminais em primeira instância, funcionando assim como um grupo ou bancada de magistrados (*schepenbank*).

Os escabinos eram escolhidos para atuar apenas por um determinado período de tempo, da mesma forma como se procedia com o juiz ordinário em Portugal, e poderiam ser exonerados se não executassem seu serviço a contento. Somente membros de uma classe chamada “*schepembare mannen*” (homens escabináveis, literalmente) poderiam se tornar escabinos, sendo todos bem nascidos e com recursos¹⁵¹. No entanto, com o passar do tempo, foram escolhidas para o cargo pessoas que não possuíam essas qualificações¹⁵², conforme aponta Wessels. A semelhança com o modelo português nesse quesito é grande, já que para as câmaras portuguesas também deveriam escolhidos os homens bons, mas houve abertura para outras camadas da sociedade.

O autor também se esforça em diferenciar os burgomestres dos escabinos e destaca que a função dos primeiros era lidar com todas as questões políticas, tanto na administração das propriedades e nas finanças da cidade quanto em assuntos relacionados com o bem-estar geral e a paz na cidade, enquanto que os segundos, via de regra, cuidavam da administração da justiça criminal e civil, exercendo jurisdição em casos grandes e pequenos ¹⁵³.

Outra função administrativa municipal presente nas Províncias Unidas era a de escolteto (*schout*). Sabe-se que tinham deveres administrativos e judiciais e que, com o passar do tempo, os deveres judiciais ganharam importância. Wessels afirma apenas que “nas cidades, escoltetos e escabinos cuidavam do bem-estar dos cidadãos, asseguravam que a cidade estivesse bem policiada e faziam regulamentos”¹⁵⁴.

Já Temple esmiúça um pouco mais a questão e acrescenta que

¹⁵¹ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p.159

¹⁵² WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 160

¹⁵³ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 164.

¹⁵⁴ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p.163.

[...] os escabinos são a Corte de Justiça de cada cidade. Em Amsterdam, são nove em número; dos quais sete são escolhidos anualmente; [...] São juízes soberanos em todas as causas criminais. Nas causas civis, ultrapassado certo valor, pode haver apelação para a Corte de Justiça da Província. Mas eles passam sentença de morte sobre homem algum sem antes consultar com os burgomestres; mas, após esta formalidade, podem proceder por si mesmos e não são obrigados a seguir a opinião do burgomestre, mas sua própria consciência [...]. Abaixo destes magistrados soberanos, os subordinados ao chefe na cidade são os tesoureiros, que recebem e expedem todos os dinheiros que são renda da bolsa da cidade; o Escolteto, que toma conta da paz, apreende todos os criminosos e executa as sentenças de justiça, e cuja autoridade se assemelha a de um xerife em um condado nosso [...]. O Pensionário, que é um advogado civil, versado nos costumes, registros e privilégios das cidades, de acordo com os quais informa os magistrados na ocasião e os vinga em disputas com outras cidades; ele é um servo do senado e do burgomestre [...].¹⁵⁵

Acredita-se tratar o escolteto do detentor do poder de polícia, de uma forma análoga ao que acontecia com a almotaçaria em Portugal, que inclusive também tinha jurisdição própria sobre questões de polícia, demonstrando aqui mais um ponto de contato com as formas do Antigo Regime.

Enquanto não letrados, os magistrados locais tinham a sua disposição um instituto tipicamente neerlandês, o *Hofvaart*. Trata-se da prática que permitia aos escabinos de cidades pequenas consultar cortes de cidades maiores acerca de casos para os quais não encontravam solução nos estatutos locais¹⁵⁶. A prática não era usada para questões de fato, mas sim de direito. Isso se explica por que, de acordo com Wessels, para julgar as questões de fato, os escabinos eram considerados tão aptos quanto qualquer outro cidadão, mas, quanto ao direito, nas cidades maiores sempre havia leigos e eclesiásticos treinados em Direito Romano. O autor explica que em omissões dos estatutos locais “eles recorriam ao sistema que eles melhor conheciam: o Direito Romano”¹⁵⁷. Vale ressaltar que os escabinos apenas consultavam os membros de cortes de cidades maiores, não perdendo o direito de julgar e decidir o caso por si mesmos.

Após a formação da República, os responsáveis pelos julgamentos de segunda instância em âmbito civil e penal eram cortes estabelecidas provincialmente. Na província da Holanda, o conselho em questão, cuja jurisdição

¹⁵⁵ TEMPLE, W. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Cap. 2. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsupo00tempgoog>. Acesso em 30/08/2014.

¹⁵⁶ LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 30-45

¹⁵⁷ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 109.

acabou abrangendo também as províncias da Frísia e Zelândia¹⁵⁸, era chamado de *Hof van Holland* (Corte da Holanda). A corte holandesa era também responsável por julgar determinados assuntos em primeiro grau, como casos que envolviam direitos e privilégios dos *States*, direitos e privilégios de nobres e outros membros desses *States*. Wessel resume as demais funções da Corte Provincial:

A corte da Holanda servia como corte de primeira instância para todos os oficiais da própria corte, como secretários, registrários, advogados. Casos trazidos por viúvas, órfãos, pobres e outras pessoas com privilégios podiam ser ouvidos perante a Corte Provincial enquanto primeira instância. Todas as mulheres solteiras, mulheres em necessidade também poderiam ultrapassar seu juiz ordinário e ir direto a corte Provincial. A Corte Provincial também era uma corte de apelação e revisão em todos os julgamentos, civis e criminais¹⁵⁹.

Havia ainda uma Corte Suprema (*Hooge Raad*), inicialmente criada por Felipe, o Bom. Após a revolta, essa corte parou de exercer jurisdição sobre as províncias do norte, locais em que foi substituída pela *Hooge Raad van Holland, Zeeland en Friesland*, permanecendo sua atuação nas demais províncias, que, mais tarde, também criaram suas supremas cortes provinciais próprias¹⁶⁰. Com isso, foi extinta a autoridade jurídica central que havia remanescido nas províncias após a revolta.

Todos os julgamentos das cortes provinciais poderiam ser levados as Supremas Cortes – que, como seu viú, também existiam a nível provincial – para apelação ou revisão. O mais usual, na prática, era que fossem ouvidos primeiro os magistrados locais, depois as Cortes Provinciais e por fim as Cortes Supremas, em um sistema de julgamento de três graus. Algumas cidades, no entanto, podiam levar suas apelações diretamente do escabino para a corte suprema, pulando uma etapa.

Destaca-se que também a Corte Suprema poderia servir como primeira instância, em determinados casos: disputas entre mercadores estrangeiros que residissem em sua jurisdição; questões em que, por lei ou costume, não pudesse haver apelação; casos envolvendo oficiais da marinha¹⁶¹.

¹⁵⁸ Como essas três províncias eram as que seriam usadas como base e modelo para a organização judiciárias no Brasil, optou-se por tratar apenas deste modelo.

¹⁵⁹ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 170.

¹⁶⁰ Não fica claro em nenhum dos livros consultados o que acontece com a corte criada por Felipe, o Bom após a criação das cortes provinciais.

¹⁶¹ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 172.

Por fim, o *Raad van Staaten*, um corpo administrativo de toda a República, que funcionava como primeira instância de julgamento para casos que envolvessem propriedades públicas e renda estatal, e como corte de apelação para casos das colônias.

No que tange ao direito aplicado, vigia na República o que os neerlandeses costumam chamar de direito romano-holandês. Quanto a sua formação, Lesaffer afirma que o sistema jurídico holandês, por ser autônomo, não pode ser acompanhado até logo antes do período moderno. No entanto, faz parte da tradição do *civil law* e, por isso, sua história mais antiga coincide, até certo limite, com a da Europa Ocidental¹⁶².

O direito romano-holandês, que vigeu durante os séculos XVII a XVIII nada mais é do que uma variante do direito comum europeu. O *ius commune*, por sua vez, é a união do direito medieval, a grosso modo costumeiro, com o direito romano e regras de direito canônico que se formou na Europa no período tardo-medieval. O direito comum surge como uma norma geral que, no entanto, não tem pretensão totalizante, sendo aplicado de forma subsidiária aos costumes locais¹⁶³. Não era um sistema fechado de níveis normativos cujas relações estavam definidas de forma definitiva, mas constituía uma relação aberta e flexível de ordens, cuja arquitetura só podia ser fixada face ao caso concreto.

António Manuel Hespanha afirma que

[...] o direito da Europa ocidental entre os séculos XII e XVII tem recebido designações muito variadas [...]; mas a designação hoje mais usada é a de 'direito comum' por se referir à característica central deste direito: a de que ele tende para a unidade – (i) quer enquanto unifica varias fontes do direito (direito justinianeu, direito canônico e direitos locais); (ii) quer enquanto constitui um direito tendencialmente único (ou comum) a todo espaço europeu ocidental; (iii) quer ainda enquanto 'trata' este direito de acordo com os cânones de um saber jurídico comum; (iv) forjados num ensino universitário do direito que era idêntico por toda a Europa; e (v) vulgarizados por uma literatura escrita numa língua então universal – o latim¹⁶⁴.

Destaca o autor português que a unidade a que se refere diz respeito aos círculos de cultura jurídica universitária, fundamentalmente, e que está longe do

¹⁶² LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAKAEMA, H. S. (Ed.), **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004, p. 30.

¹⁶³ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 154.

¹⁶⁴ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 115.

significado de homogeneidade, pois, mesmo no nível da alta cultura universitária, o direito comum compatibilizava-se com o reconhecimento das particularidades jurídicas regionais, muito levadas em conta no edifício do direito comum¹⁶⁵.

Como no direito comum europeu, essencialmente pluralista, nos Países Baixos o direito aplicável era um complexo corpo de regras costumeiras - escritas ou não - e estatutárias. Respeitavam-se os estatutos locais, que consistiam em regras e costumes, mas a influência do direito romano e canônico também era sentida em todas as províncias.

O direito romano tinha grande importância, embora não se possa precisar ao certo como e quando passou a ser utilizado nas províncias. Há quem acredite, como Wessels, que a autoridade do direito romano nos Países Baixos cresceu apenas após a introdução do Cristianismo na região¹⁶⁶. Mas sabe-se que muitos dos condes estudavam no exterior, em universidades como as de Pisa, Bologna, Pádua Perugia e Veneza, em que o estudo do direito praticamente se resumia ao estudo das fontes romanas. Também os estudantes neerlandeses iam, frequentemente, estudar direito na Itália e França após o século XII, o que, por si só, já é motivo para acreditar que conheciam, foram influenciados e aplicavam o código de Justiniano, a partir das glosas feitas em Bologna.

O século XII foi central para a recuperação europeia do direito romano, e os séculos que se seguiram assinalaram a busca e a demonstração de seu reconhecimento por parte dos reinos europeus. Na Holanda, em 1504, com a criação do *Hooge Raad* de Felipe II, o direito romano foi elevado a condição de direito suplementar, tendo sua importância formalmente reconhecida, e assim permanecendo durante a República.

Foi grande o contato dos neerlandeses com a escola dos glosadores, no século XIII, que tinha como principais características a fidelidade ao texto justinianeu e o caráter analítico e não sistemático¹⁶⁷. Para os membros da escola, a atividade do jurista consistia em esclarecer o sentido das palavras dos textos romanos, tarefa de interpretação cuidadosa, normalmente feita por meio de glosas interlineares ou

¹⁶⁵ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 115.

¹⁶⁶ WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908, p. 97.

¹⁶⁷ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio**. Coimbra: Almedina, 2012, p. 198

marginais no próprio texto em análise. Como não se tratava de interpretação literal, o trabalho dos glosadores era também de criação de direito.

Com o estabelecimento de universidades nos Países Baixos ao longo dos 1600, o número de juristas com formação acadêmica, em direito romano, começou a crescer ainda mais. A universidade de Leiden, a primeira da República, criada em 1575, foi responsável pela introdução do pensamento humanista nas Províncias Unidas. O alcance dessa corrente de pensamento foi tamanho nos Países Baixos que os neerlandeses acabaram por formar uma escola própria, a Escola Elegante de Jurisprudência, com clara influência humanista.

Hespanha afirma que segundo a corrente humanista ou elegante, que prevaleceu na França e nos Países Baixos

[...] passa-se a encarar o direito romano-justinianeu com um interesse apenas histórico-filológico, negando, implícita ou explicitamente, o seu caráter de direito vigente. Ao mesmo tempo, procura-se reduzi-lo à sua pureza originária, da época clássica do direito romano, limpando-o dos 'acrescentos' das sucessivas interpretações atualizantes, levadas a cabo por justinianeu ou medievais. O que, como se dirá, prejudicava decisivamente a sua aplicabilidade prática, que era justamente possibilitada pelas interpretações atualistas¹⁶⁸.

A Escola Elegante Holandesa não defendia uma abordagem meramente histórica do Direito romano, como haviam feito as primeiras gerações de humanistas no século XVI. Os membros dessa escola combinavam acuidade filológica e histórica no estudo do direito romano com um forte interesse pelo direito contemporâneo. Foram responsáveis por uma grande contribuição na construção de uma jurisprudência para a lei aplicável, pois anexaram o direito costumeiro aos sistema e métodos da tradição romanista¹⁶⁹ e um dos juristas neerlandeses mais famosos de todos os tempos é um humanista, Hugo de Grott, também chamado de Hugo Grotius, autor de *O Direito da Guerra e da Paz*.

Lessafer ressalta que a Escola Elegante não foi unânime no estudo do direito nos países baixos, pois o *usus modernus pandectarum* também era utilizado, ainda que nas províncias mais próximas da Alemanha. Esse sistema propunha a aplicação do código justinianeu como direito contemporâneo, não dando importância

¹⁶⁸ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 235.

¹⁶⁹ LESSAFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. In H. S. Taekema (Ed.), **Understanding Dutch Law**. (pp. 31-58). Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, p. 48.

as realidades históricas que o embasaram. Como bem explica Hespanha, a corrente em questão partia das pandectas mas as resinificava e completava, de acordo com o direito moderno da época:

Outra corrente, vivaz naqueles domínios e naqueles países em que os direitos próprios eram demasiado vivos para serem escamoteados pelo saber jurídico tradicional, o pensamento jurídico dedicou-se a uma inserção desses direitos nos quadros conceituais dos comentadores, utilizados até onde eles fossem adequados a nova matéria e supridos no restante, com figuras dogmáticas novas. É o *usus modernus pandectarum* (uso moderno das *Pandectas* [=Digesto]), corrente que refundiu (pondo-o de acordo com os novos direitos próprios) e completou (desenvolvendo os princípios que ele levava implícitos) o sistema de direito construído pelos comentadores¹⁷⁰.

De forma resumida, tem-se portanto que com a formação da República, as instituições holandesas passaram por uma adaptação a nova forma, com os Estados Gerais emergindo como órgão superior central e substituindo em grande parte o papel de um soberano, até mesmo na sua importância simbólica. As cidades e províncias, no entanto, contavam com certa dose de autonomia, pois organizavam em assembleias com poder de decisão em suas próprias esferas, de forma que o sistema permaneceu não hierarquizado.

Os administradores da justiça local eram os escabinos, responsáveis pelos julgamentos de primeira instância, comparáveis aos juízes ordinários portugueses; e os escoltetos, chefes da polícia, análogos aos almotacés lusitanos. A nível recursal, as causas poderiam subir para as cortes provinciais e para as cortes supremas. Todos aplicavam o direito comum europeu, em que regras costumeiras e costumes locais eram respeitados, cabendo ao direito romano, papel subsidiário.

2.3. A WIC E A EXPANSÃO ULTRAMARINA

A expansão marítima holandesa e a colonização de cidades e regiões nas Américas do Norte e do Sul se deve a uma conjuntura de fatores. O mais importante, no entanto, é a criação da Companhia das Índias Ocidentais, empresa inaugurada pelos Estados Gerais justamente com o objetivo de explorar a navegação marítima. A WIC, durante o domínio holandês do nordeste, exerceu grande influência direta

¹⁷⁰ HESPANHA, A. M. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012, p. 236/237.

sobre os acontecimentos em terras brasileiras, tendo seus membros funções de governo e até mesmo funções jurisdicionais. Não se pode, portanto, deixar de discorrer acerca do contexto que levou a sua formação e de sua organização interna.

O início das navegações neerlandesas em águas orientais ocorreu no final do século XIV. No entanto, o contexto da época era o da rebelião das províncias neerlandesas contra o domínio Habsburgo. Felipe II e seus conselheiros anteviram e aproveitaram a ideia de utilizar o comércio com Portugal como uma forma de repressão das províncias rebeldes¹⁷¹, estratégia que continuou com seu sucessor e deu origem a dois grandes embargos aos navios, bens e mercadores neerlandeses.

O primeiro embargo entrou em vigor em 1585, sendo geral e voltado para republicanos e ingleses. Historiadores discutem se essa proibição de comércio foi de fato efetiva¹⁷².

O segundo embargo data de 1598. A bibliografia encontrada sobre o assunto afirma que este tinha como objetivo principal privar os mercados de peixe neerlandeses do sal português e abster seus comerciantes do escoamento de produtos na península ibérica. A proibição não passava de estratégia para barrar a rebelião das Províncias Unidas, transformando o comércio em instrumento da guerra¹⁷³.

Seus efeitos também são controversos e discutidos pelos historiadores, mas sua aplicação foi mais rigorosa do que na primeira tentativa. A medida, no entanto, teve o resultado oposto do que esperavam os ibéricos, pois os Países Baixos se sentiram impelidos a investir massivamente no tráfico com as Índias. Ou seja, os cidadãos da República foram estimulados pelo embargo a buscar as mercadorias na fonte, traçando suas próprias rotas comerciais¹⁷⁴.

Surgiram, nesse período, muitas companhias comerciais nas Províncias Unidas que buscavam fazer esse tipo de comércio internacional e, com isso, a oscilação nos preços e lucros era grande. Foi a partir dessa conjuntura que os

¹⁷¹ EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy (1550-1630). Leiden: Brill Academic Publishers, 2008, p. 46.

¹⁷² Fernand Braudel e Henry Kamen estão entre os que acreditam que o embargo não era devidamente cumprido, sendo frequentemente contornado. No entanto, Christopher Ebert destaca que, de qualquer forma, há ampla evidência de trapaça ao embargo por parte dos holandeses.

¹⁷³ EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy (1550-1630). Leiden: Brill Academic Publishers, 2008, p. 48-53.

¹⁷⁴ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic**: its rise, greatness and fall, 1477-1806. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 239.

neerlandeses criaram em 1602 a *Vereenigde Oostindische Compagnie* (VOC), chamada em português de Companhia das Índias Orientais.

Tratada pela bibliografia como uma companhia majestática¹⁷⁵, a VOC era regida por um estatuto construído pelos Estados Gerais. Também era a República que assegurava seu formato inovador: a VOC era uma sociedade de ações, sendo seu capital dividido em quotas iguais e transferíveis. Desmembrada em câmaras¹⁷⁶ que mantinham seu capital próprio separado do das demais, a VOC possuía um quadro de diretores, os *Heeren XVII* – literalmente, os Dezesete Senhores – que estipulavam diretrizes gerais e políticas para todas as câmaras. As vagas de direção eram ocupadas pelos govenadores das câmaras, com a ressalva de que, das dezesete vagas disponíveis, oito deveriam ser ocupadas pelos governadores de Amsterdã, como contrapartida pelo maior investimento feito.

De forma geral, foram os Estados Gerais que criaram formalmente e regulamentaram a VOC, mas, uma vez assinado seu estatuto, a Companhia adquiriu grande liberdade de ação. Os governadores da VOC deveriam, entretanto, prestar contas periodicamente aos Estados Gerais e seus comandantes faziam um duplo juramento ao aceitar o cargo: juravam lealdade aos Estados Gerais e à Companhia¹⁷⁷. Embora não se tenha encontrado na bibliografia consultada o motivo para esse duplo juramento, acredita-se que ele apenas ressalta a importância da Companhia e o alto grau de soberania e independência que a empresa tinha para tomar decisões, a serem respeitadas pelos seus oficiais, nas terras além-mar.

As primeiras conquistas dos Países Baixos no Oriente ocorreram em 1605, com a tomada de ilhas de especiarias na Indonésia. Com o início da trégua dos doze anos, os *Heeren XVII* escolheram um governador geral e um *raad* (conselho) para administrar suas fábricas e suas conquistas na Ásia. Em muitos documentos o governador geral é chamado de vice-rei, mas Israel destaca que as duas funções tinham pouco em comum: o governador geral das colônias holandesas na Ásia não era um governante, muito menos a cabeça de uma corte quase-monárquica ou um nobre de qualquer tipo. O historiador acredita que isso se deve ao fato de as

¹⁷⁵ As companhias majestáticas, também chamadas companhias privilegiadas ou companhias de carta (do [inglês](#) *chartered company*), eram companhias privadas portadoras de carta de [concessão](#) de um governo que lhes conferia o direito a certos privilégios comerciais.

¹⁷⁶ A VOC era formada por seis câmaras: Amsterdam, Zeeland, Enkhuizen, Delft, Hoorn e Rotterdam.

¹⁷⁷ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 340.

Províncias Unidas serem uma República, de maneira que as formas políticas por elas utilizadas não correspondiam àquelas das monarquias europeias¹⁷⁸.

O governador geral apenas podia agir conjuntamente com seu conselho e somente dessa forma tinha qualquer autoridade. Os escolhidos para serem governadores vinham, inicialmente, de famílias de regentes, sendo que com o tempo tornou-se frequente a escolha de membros da própria companhia, pelo saber que haviam acumulado durante os anos de trabalho.

O embargo de 1598 também influenciou grandemente a navegação neerlandesa para as Américas, sendo que após essa data navios das Províncias Unidas começaram a aparecer com maior frequência nas rotas do atlântico. Em 1606 surge o apoio das companhias de comércio da República que ali atuavam para que se criasse uma organização análoga a VOC, com o intuito de administrar as trocas mercantis dos Países Baixos com a América e África Ocidental. O discurso de seus maiores apoiadores se pautava nos recursos e riquezas que poderiam advir da tomada das colônias portuguesas e espanholas. Willem Usselincx, grande economista dos países Baixos, foi um dos grandes incentivadores para a criação da uma companhia de comércio neerlandesa nas Américas. Acreditava ele que a melhor forma de fortalecer o comércio e a navegação da República era o estabelecimento de colônias, que seriam povoadas pelos neerlandeses e proveriam a metrópole com seus produtos e manufaturas.

Em junho de 1621 é criada a *West-Indische Compagnie*, a WIC ou Companhia das Índias Ocidentais. Com monopólio de comércio inicial de 24 anos previsto em seu estatuto para a costa ocidental da África, desde o Trópico de Câncer até o Cabo da Boa Esperança; Américas do Norte e do Sul e para o Oceano Pacífico, a leste da Nova Guiné, a WIC tinha tarefas administrativas e políticas. A companhia tinha, por exemplo, a autoridade para construir fortes, atuar em guerras, escolher governadores e criar alianças com os povos nativos dos lugares que alcançasse. Isso tudo sempre sob a supervisão dos Estados Gerais, que a auxiliariam com armas, munição, tropas e navios¹⁷⁹.

De acordo com o Segundo artigo de seu estatuto, a WIC tinha o direito de

¹⁷⁸ ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic: its rise, greatness and fall, 1477-1806**. Oxford. Claradon Press, 1995, p. 352.

¹⁷⁹ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasiliense, v. 312) p. 78.

[...] escolher governadores, gente de Guerra e oficiais de justiça. A companhia tem permissão para empregar pessoal para todas as demais tarefas necessárias para proteger os lugares ocupados, para manter a ordem pública, polícia e justiça, de forma a promover o livre comércio. O pessoal pode ser empregado, transferido e dispensado, se assim achar necessário a Companhia. Além do mais, a Companhia tem o direito de fundar povoados em territórios férteis e não habitados e a fazer tudo que sirva aos interesses nacionais e seja necessário para garantir os lucros e promover o comércio.¹⁸⁰

A Companhia foi organizada nos mesmos moldes da VOC, também sendo repartida em câmaras. Eram cinco câmaras, sendo que cada qual manteve seu próprio capital: Amsterdã, com quatro quinhões do total da Companhia; Zelândia, com dois quinhões; Rotterdam¹⁸¹; Zona norte¹⁸² e Frísia¹⁸³, cada qual com um quinhão¹⁸⁴. Cada câmara tinha seus diretores próprios, eleitos pela magistratura das províncias e das principais cidades, dentre os acionistas mais importantes¹⁸⁵.

A política geral da WIC era determinada por um quadro federal de administração, os *Heeren XIX* (dezenove senhores)¹⁸⁶, composto pelos membros das câmaras, na seguinte proporção: 8 para Amsterdã, 4 para Zelândia; 2 para cada uma das restantes e 1 membro dos Estados Gerais, este último sendo a quem cabia a decisão final em questões envolvendo guerras. O conselho reunia-se periodicamente na República e era responsável pela administração geral e manutenção das relações entre os membros da WIC¹⁸⁷.

Em comum, WIC e VOC tinham a parceria entre capital privado e os Estado Gerais¹⁸⁸. Mas Charles Boxer afirma que o estatuto das duas companhias de comércio neerlandesas não era idêntico, pois na versão ocidental havia mais

¹⁸⁰ RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis**: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654). Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazilië-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014.

¹⁸¹ Não se trata apenas da cidade de Rotterdam, mas de um *quartier* formado pelas cidades da região do rio Maas, composto pelas cidades de Rotterdam, Dordrecht e Delft. A câmara é, no entanto, chamada de câmara de Rotterdam por Jonathan Israel e trata-se de termo de mais fácil compreensão do que Maasquartier.

¹⁸² Norderquartier ou quarto do norte, formado por Hoorn e Enkhuizen – esta última cidade também chamada de Frísia Ocidental. Boxer chama esta câmara de Zona norte, vocábulo que se adotara aqui por ser mais familiar em língua portuguesa.

¹⁸³ Nessa câmara também se inclui o distrito de Groningen, de acordo com Charles Boxer.

¹⁸⁴ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasiliense, v. 312) p. 78-79.

¹⁸⁵ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasiliense, v. 312) p. 12.

¹⁸⁶ Na tradução brasileira da obra de Boxer consta a expressão para “*conselho dos dezenove*”.

¹⁸⁷ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliense, v.123), p. 79.

¹⁸⁸ EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy, 1550-1630. p. 58

influência dos acionistas na escolha dos diretores de cada câmara, responsáveis pela prestação de contas que deveria ser feita a cada seis anos. Também ressalta a existência de um membro dos Estados Gerais no conselho dos *Heeren XIX* e a fiscalização mais rigorosa por parte do órgão máximo do governo da República¹⁸⁹. Acredita-se que isso torna a WIC mais próxima dos Estados Gerais e da República do que a VOC, o que ocasionava também uma maior influência governamental no funcionamento da Companhia Ocidental. A WIC também era mais suscetível a esse tipo de influência por que recebia maior financiamento do governo da República, o que se justifica pelos seus objetivos, tratados a seguir.

A WIC tinha um viés militar que sua irmã do leste, preocupada unicamente com o comércio com as Índias, não possuía. A República incumbiu a companhia de atacar as possessões da Espanha no Novo Mundo, transformando-a em instrumento principal na guerra contra o império espanhol, de forma que caíram para segundo plano seus objetivos mercantis e econômicos¹⁹⁰. Guerras são bastante custosas e isso fazia com que a WIC fosse muito mais dependente dos Estados Gerais e seus subsídios do que a VOC.

Embora as duas companhias tenham sido fundadas a partir do mesmo molde, ambas possuíam finalidades bastante diferentes, em que pesem nomes e aparências¹⁹¹. Enquanto a VOC apenas “propunha-se a exercitar principalmente o tráfico mercantil”¹⁹², o que fazia com bons resultados, a Companhia das Índias Ocidentais possuía um duplo objetivo ambicioso: “duma parte a fundação de colônias e promoção da prosperidade nacional por meio dos lucros a realizar com o desenvolvimento do tráfico. Doutra parte, deslocar as lutas do teatro da guerra holandez, mudando-lhes o cenário para as regiões ultramarinas”¹⁹³.

Trata-se a WIC, portanto, de uma companhia de comércio no nome e de uma corporação armada e semi-independente na realidade, que buscava o lucro pela

¹⁸⁹ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasíliana, v. 312) p. 1-19.

¹⁹⁰ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasíliana, v.123), p. 80.

¹⁹¹ “[...] era mais uma sociedade de armadores coligados, para combater os espanhóis, do que uma companhia de comércio: - seus resultados provinham quasi exclusivamente das presas feitas ao inimigo”. Cf. NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942 (Brasíliana, v.220), p. 51.

¹⁹² WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasíliana, v.123), p. 75.

¹⁹³ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandez no Brasil: um capítulo da história colonial do século XVII**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasíliana, v.123), p. 73

guerra, e não pela paz¹⁹⁴. E foi justamente a guerra com a Espanha que trouxe os holandeses para o Brasil, buscando não somente a vitória, mas também assegurar certa margem de lucro com a formação e manutenção de uma colônia em terras tropicais, em um alinhamento claro de valores com a Companhia.

¹⁹⁴ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasíliana, v.123), p. 83.

3. TEMPO DOS FLAMENGOS: ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, POLÍTICA E JURÍDICA NO BRASIL HOLANDÊS

3.1. A INVASÃO, OS PRIMEIROS ANOS E A ORDENAÇÃO DE 1629

Não há dúvidas de que os flamengos deixaram influências e marcas no Brasil, “profundos sulcos, perceptíveis ao mais negligente exame”¹⁹⁵, mas muitos questionam os motivos que levaram os holandeses a tentar a sorte na colônia portuguesa. Isso porque esse plano foi o escolhido pelos Estados Gerais e pelos diretores da WIC dentre muitos outros cogitados, como a tomada da Guiana, do Chile, do Panamá e até mesmo de Cuba¹⁹⁶.

Na época, o debate acerca da viabilidade da invasão do Brasil e dos lucros que os holandeses poderiam dela tirar foi acirrado. Usselincx, por exemplo, um dos idealizadores da Companhia das Índias Ocidentais, acreditava que a conquista do Brasil era “projeto por demais ambicioso, e superior aos meios de que dispunha a Companhia”¹⁹⁷.

Por outro lado, Jan Andries Moerbeek publicou um panfleto em 1624 intitulado “Razões pelas quais a Companhia das Índias deve tentar tirar do rei da Espanha a terra do Brasil, e isso o quanto antes”¹⁹⁸, em que esmiúça a questão do custo-benefício de uma guerra com os portugueses e espanhóis pelo Brasil. Nesse pequeno estudo, destacam-se as poucas fortificações existentes na Bahia e em Pernambuco, o que, acreditava-se, aumentava consideravelmente a possibilidade de sucesso na empreitada. Além disso, afirmava o comerciante holandês que o Brasil tinha capacidade para produzir 60 mil caixas de açúcar por ano, do que se estimava, já descontados custos com carga e despesas de caixa, um lucro de 10 toneladas de

¹⁹⁵ FREYRE, G. In: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 13.

¹⁹⁶ BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 19-20.

¹⁹⁷ BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 21.

¹⁹⁸ Há uma versão traduzida, ainda que de forma incompleta, no livro “O Brasil Holandês”, organizado por Evaldo Cabral de Mello. A versão original em holandês (“Redenen waeromme de West-indische Compagnie dient te trachten het landt van Brasilia den coninck van Spangien ontmachtigen, en dat ten eersten”) foi retirada de: <http://www.s4ulanguages.com/11.html>. Acesso em: 18/04/2014.

ouro para a WIC¹⁹⁹. Também o pau-brasil poderia trazer uma tonelada de ouro; e outras mercadorias, mais 3 a 4 toneladas:

Tudo isso junto importa em cerca de 77 toneladas de ouro que a Companhia das Índias Ocidentais poderá tirar anualmente destas terras. Deduzindo-se desse total as despesas anuais para a guerra tanto no mar como em terra, a fim de manter em sujeição tais lugares e defende-los contra o rei da Espanha, as quais importarão aproximadamente em 27 toneladas de ouro, restaria ainda a companhia um lucro anual de cinquenta toneladas líquidas de ouro, obtidas com emprego de capital menor do que essa quantia²⁰⁰.

Joan Nieuhof destaca em seu ensaio “Memorável Viagem Marítima e Terrestre” a posição estratégica do nordeste do Brasil, considerada por ele como superior àquela do caribe e há também aqueles que acreditam que a escolha dos holandeses se deveu ao fato de o Brasil ser uma colônia portuguesa sob cuidados dos espanhóis, que, por isso, certamente não a defenderiam tão cuidadosamente²⁰¹.

A WIC fez uma primeira tentativa de invadir o Brasil em 1624/1625, pela Bahia, e fracassou. Ainda assim, os desdobramentos dessa empreitada foram muitos. Meuweise aborda, por exemplo, a ida de chefes indígenas para a Holanda após a derrota – ressalte-se: por vontade própria –, o que julga ter ocorrido pelo medo da represália portuguesa, já que os tapuias apoiaram os neerlandeses na batalha, e pelo desejo de uma aliança contra aqueles. Para o autor, Antônio Paraupaba, Pedro Poty²⁰² e mais alguns brasileiros passaram anos estudando nas Províncias Unidas e tornaram-se fluentes no idioma holandês, o que diminuiu em muito a dificuldade de aproximação entre eles já durante o domínio de Pernambuco, pois fizeram o papel de mediadores interculturais entre os dois povos, facilitando as

¹⁹⁹ Muito embora não se queira defender a centralidade da economia na história, como ocorre na historiografia marxista, para o caso holandês, a questão econômica parece ter centralidade dentre os motivos que levaram a invasão de terras na América portuguesa.

²⁰⁰ MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 32.

²⁰¹ NIEUHOF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: Liv. Martins, [1942].

²⁰² “Em dois documentos holandeses do começo da década de 20, seis potiguares do nordeste do Brasil são mencionados como estando na República com o seguintes nomes: ‘Caspar Paraupaba, do Ceara, 60 anos de idade,’ ‘Andreas Francisco, do Ceara, 50 anos de idade,’ ‘Pieter Poty, 20 anos de idade,’ ‘Antonio Guirawassauay, da Paraíba, 30 anos de idade,’ ‘Antonio Francisco’ e ‘Luis Caspar.’ Exceto pelos nomes com sonoridade tupi de Paraupaba, Poty e Guirawassauay, todos os primeiros nomes e sobrenomes sugerem claramente que eles tinham sido batizados pelos missionários católicos antes da chegada da frota da WIC a Paraíba” (MEUWESE, M. **For the Peace and well-being of the country: intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil (1600-1664)**. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Program in History, University of Notre Dame, Indiana, 2003, p. 84).

relações diplomáticas²⁰³. No apoio dos povos nativos estava uma das grandes vantagens dos holandeses contra os portugueses e é quase impossível acreditar que não se tratava de algo planejado e utilizado pelos holandeses de forma estratégica, já que, como ressalta Meuwese, “um precisava do outro”.

Johannes de Laet explica as razões para a segunda tentativa de invasão do Brasil pela WIC, após o fracasso na Bahia:

[...] a companhia, achando-se agora bastante prospera por ter capturado a esquadra da Nova Espanha [...] e tendo adquirido tantos meios para prosseguir nos seus desígnios sobre as possessões do rei da Espanha, começou a tratar de saber qual delas deveria conquistar. Várias regiões da América foram lembradas, mas, depois de refletirem bem, lançaram as vistas sobre o Brasil. [...] As razões para a conquista do Brasil foram na maior parte as mesmas que moveram a companhia a atacar a Baía. Não acharam bom conselho fazer segunda tentativa no mesmo ponto por causa de alguns embaraços e, principalmente, porque estavam ali prevenidos, e assim foi deliberado que se dirigissem ao norte do Brasil e especialmente a Pernambuco, por causa da sua situação e do rico tráfico que ali se faz do açúcar e do pau-brasil²⁰⁴.

Independentemente dos motivos que levaram a isso, em 15 de fevereiro de 1630 a armada holandesa surgiu no nordeste brasileiro, preparada para a guerra e com um objetivo bastante ambicioso: tomar posse do que acreditavam ser o centro econômico da colônia portuguesa. Muito bem organizados e com alguns anos de estudo sobre a capitania de Pernambuco, levaram apenas alguns dias para conquistar Recife e também Olinda²⁰⁵.

Foram ao todo 24 anos de dominação, durante os quais a região passou por grandes mudanças e sua população sofreu largamente as influências do povo batavo. No ápice do poderio holandês, estavam sob seu domínio seis capitanias: Sergipe-d’El-Rei, Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, Potigí ou Rio Grande e Siará ou Ceará²⁰⁶. A capitania do Maranhão também chegou a estar sob domínio da Companhia, mas foi abandonada em 1644.

²⁰³ Meuwese também busca quebrar alguns estereótipos do senso comum acerca das colônias holandesas, seja nos Estados Unidos ou no Brasil. A visão de que estavam apenas preocupados com a economia e o comércio, deixando de lado a evangelização dos nativos é um deles, assim como a ideia de que os holandeses não tinham relações íntimas com mulheres indígenas.

²⁰⁴ LAET, J. de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, Vol. 1, p. 313.

²⁰⁵ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 35.

²⁰⁶ NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942 (Brasiliiana, v.220), p. 172.

Para Gilberto Freyre, anos em que os batavos governaram o nordeste proporcionaram contato entre grupos e culturas antagônicas, que foram impelidos a descobrir zonas de confraternização, ou, ao menos, de interpenetração²⁰⁷. O autor destaca que, para muito além do uso de tijolos, da manteiga e do queijo, vieram da Holanda pessoas²⁰⁸: soldados, artistas, técnicos, rabinos, judeus. Pessoas das mais variadas origens, que deixariam descendência numerosa no país, afetando sobremaneira os modos de viver e a cultura da América portuguesa²⁰⁹.

O período de domínio holandês no Brasil é normalmente dividido em três fases distintas pela historiografia. A primeira, que vai da tomada de Olinda em 1630 a 1637, ano do abandono das tropas do Rei católico de Pernambuco rumo a Bahia, consiste na guerra de resistência. A segunda fase compreende o período de 1637 a 1645, ano em que se iniciam os levantes contra os invasores, corresponde basicamente ao governo de Maurício de Nassau (1637-1644). A última fase corresponde a guerra de restauração, abrangendo o período de 1645 a 1654, data da expulsão dos holandeses. Nesse capítulo, os três períodos serão analisados do ponto de vista de sua organização político-jurídica, dando-se ênfase ao período nassoviano, por ser aquele em que os holandeses colocaram mais esforços na organização da colônia.

Vale lembrar, com Wätjen, que:

[...] o quadro da Administração da Nova Hollanda e sua organização não é fácil de recompor, pois faltam muitas peças constructivas para os anos de 1630 a 1636; e mesmo para o período dos Statthalters (governadores) o material existente é muito lacunoso. (...) no Brasil, só se pode dizer que houve uma administração regularizada, depois que João Maurício chegou ao paiz. Antes de sua vinda os negócios eram geridos por um governo provisório²¹⁰.

Ainda assim, pode-se construir um panorama da organização política, administrativa e judiciária mesmo deste período inicial de dominação holandesa.

²⁰⁷ FREYRE, G. Introdução. In: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 13.

²⁰⁸ O número de casas e Recife aumentou de 150 em 1630, data da chegada dos holandeses, para 2.000 em 1639 Cf. MAIOR, P. S. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 10.

²⁰⁹ FREYRE, G. Apud: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 20

²¹⁰ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliense, v.123), p. 292.

Com a conquista inicial dos holandeses passa a vigor no Brasil o “Regimento do Governo das Praças Conquistadas ou que Forem Conquistadas nas Índias Ocidentais”, de 13 de outubro de 1629, ao qual chamaremos de Ordenação de 1629²¹¹. Trata-se de um regulamento da própria Companhia das Índias, feito pelos XIX senhores e aprovado pelos Estados Gerais, que estabelecia normas gerais para controle de todas as terras conquistadas e que ainda pudessem vir a ser conquistadas²¹². A Ordenação deveria ser a fundação do governo, contendo normas sobre instituições governamentais, lei e jurisprudência para todas as colônias holandesas²¹³.

Afirma a recente bibliografia que a Ordenação de 1629 tinha dois propósitos principais. O primeiro era a ideia de um governo central para todas as colônias holandesas, com instituições baseadas naquelas das Províncias Unidas; o segundo, a uniformidade de leis entre as colônias e a República, o que possibilitaria que as mesmas leis holandesas fossem aplicadas a todas as colônias²¹⁴.

Havia, portanto, uma pretensão centralizadora que não obteve completo sucesso, devido as permanências dos particularismos característicos das sociedades do Antigo Regime, de forma bastante similar ao que acontecia no Império Português. Em que pese haver o intuito de unificar a organização político-

²¹¹ A opção pelo vocábulo “ordenação” deve-se ao nome original do documento, “*Ordre van Regieringe zoo in Politie als Justitie, inde plaetsen veroveret, ende te veroveren in West-Indien*”. Como “*ordre*” deve ser traduzido para “ordem”, acredita-se que esta seja uma melhor aproximação de seu significado. Além do mais, o vocábulo Ordenação já está assimilado pela historiografia brasileira, em sentido que acredita-se bastante similar ao pretendido neste regimento: “termo associado às antigas compilações jurídico-legislativas portuguesas. O seu uso mais vulgarizado, no plural, explicitou a referencia a um corpo de leis – as leis gerais do reino”. VAINFAS, R. (dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 436-137.

²¹² A Ordenação de 1629 é o texto legal geralmente tratado por lei orgânica do Brasil Holandês em boa parte da bibliografia nacional. Por estar disponível já em versão traduzida na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, é de mais fácil acesso. As demais legislações utilizadas no trabalho (as Instruções de 1636 e 1645) não foram encontradas em versão traduzida e foram de difícil acesso, o que talvez possa explicar sua rara menção nas obras brasileiras consultadas.

²¹³ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jusrisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 73.

²¹⁴ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jusrisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 74.

jurídica das colônias, nem Portugal nem Holanda conseguiram ultrapassar as idiossincrasias de cada território ou sociedade conquistada e alcançar a unidade²¹⁵.

Chamada por muitos de constituição ou lei fundamental da WIC para as colônias no oeste, a Ordenação de 1629 traz em si “se não todo o sistema holandês de governo, legislatura, jurisprudência e lei, então, pelo menos sua maior parte”²¹⁶. Pode-se dizer, dessa forma, que foi o fio condutor do sistema holandês para as Américas.

A Ordenação regulava a organização do governo e da justiça nas possessões da WIC, estabelecendo inicialmente para o governo de cada colônia um quadro composto por nove conselheiros escolhidos pelas suas diferentes câmaras. A câmara de Amsterdam poderia designar quatro destes conselheiros; a de Zelândia dois, e as demais (Rotterdam, Zona Norte e Frísia) um cada, o que explicita a influência e centralidade da Companhia para o governo das colônias. Isso também se revela no fato de que os conselheiros deveriam prestar juramento aos Estados Gerais e a Companhia.

Esses nove conselheiros²¹⁷ formavam o Conselho Político e deveriam ser escolhidos dentre “pessoas honradas”, nascidas nas Províncias Unidas ou que lá tivessem residido por pelo menos 7 anos, devotas da Religião reformada e versadas em política, justiça e comércio. Todos os 9 eram considerados iguais em hierarquia e se alternariam no poder, cada qual presidindo o Conselho pelo período de um mês²¹⁸. A relatividade no exercício das funções oficiais era também bastante característica nas câmaras portuguesas, em que as funções dos diferentes oficiais muitas vezes se sobrepunham.

²¹⁵ No caso holandês, há diferenças entre a organização da colônia na América Portuguesa e a chamada Nova Holanda, onde atualmente fica Nova Iorque, apesar de ambas fazerem parte do Império Atlântico da WIC. Uma das divergências consiste na tardia criação de conselhos locais no norte, chamados de “Conselhos de Burgomestres e Escabinos”, em oposição ao uso das câmaras de vereadores já existentes e posterior criação das câmaras de escabinos, no sul. Ver: MEUWESE, M. **For the Peace and well-being of the country: intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil (1600-1664)**. 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Program in History, University of Notre Dame, Indiana, 2003.

²¹⁶ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 74.

²¹⁷ Os membros deste conselho são referidos como “*raden*” durante o texto do regimento, o que, na tradução da RIAP é traduzido por conselheiros. Para evitar confusões desnecessárias com outros conselhos das Províncias Unidas e da América Portuguesa aqui se deixará expresso tratar-se dos nove conselheiros.

²¹⁸ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. IN: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 291.

Os nove conselheiros tinham poder supremo para todas as questões de governo, incluindo finanças, administração da justiça e da polícia e assuntos militares, cabendo-lhes “manter e conservar a ordem pública, a paz e a concórdia entre toda a sorte de pessoas, como moradores, soldados, marinheiros e outras, qualquer que seja a sua nacionalidade, estado ou condição, que se achem sob sua autoridade”²¹⁹.

A eles também era garantido o direito de legislar, editando posturas e regulamentos relativos a pequenos assuntos, como mercados e tabernas, pousadas, pequenos negócios e comércio, que, no entanto, deveriam ser aprovados pelos Estados Gerais. Aqui, um ponto em comum entre o Conselho e as câmaras portuguesas, que também asseguravam a seus vereadores a capacidade de editar ordenanças.

O cumprimento das ordens do Conselho Político era mandatório e sua desobediência poderia ser punida, podendo até mesmo os culpados serem enviados a Holanda para receber o castigo: “todas as pessoas [...] são obrigadas a cumprir e observar as suas resoluções, ordens ou preceitos proibitivos, sob pena de serem punidas nesses mesmos lugares, ou enviadas para cá, conforme as circunstancias”²²⁰.

Em 14 de março de 1630 o Conselho Político foi efetivamente instalado em Olinda, segundo as ordens da metrópole. Neste mesmo ano, a sede do conselho foi transferida para Recife²²¹.

Em que pese o Regimento tenha sido válido até 1637, quando foi substituído por outro regulamento, em nenhum momento a composição do Conselho Político chegou a 9 membros²²². De acordo com a bibliografia consultada, na maior parte do período, governaram o Brasil holandês 5 conselheiros mais o governador, sendo que houve bastante rotatividade nos cargos. Quanto as funções que de fato executavam, acredita-se que

²¹⁹ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 293.

²²⁰ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 292.

²²¹ LAET, J. de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, Vol. 1.

²²² MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 11.

[...] um dos cinco comissários do conselho político civil acompanhava sempre as forças no campo de operações a fim de sustentar o princípio da direção civil. Outro supervisionava a exportação do açúcar e o aprovisionamento das tropas, prestando habitualmente maior atenção a primeira em detrimento do último. Os outros três conselheiros superintendiam a administração de diferentes regiões nas capitâncias conquistadas [...]²²³.

Também está prevista a existência de um assessor, subordinado aos nove conselheiros. Esse cargo deveria ser preenchido por um jurista²²⁴ escolhido pelos XIX Senhores²²⁵ para exercer as seguintes funções: dar pareceres quando requisitado, escrever as memórias e registros, expedir as cartas e assinar os demais atos; ou seja, o assessor exercia os cargos de pensionário, secretário e notário para os negócios da justiça e da polícia, seguindo-se o exemplo das “boas cidades destas Províncias Unidas”²²⁶.

A fazenda ficava a cargo de dois tesoureiros, nomeados pela Assembleia dos XIX e subordinados ao colégio de conselheiros. A eles cabia administrar e receber as rendas de todos os imóveis, domínios e direitos senhoriais que por ocupação ou confisco fossem de propriedade da WIC, bem como os dízimos, tributos, foros e censos que forem percebidos pelos seus cofres. Para Jose Antônio Gonsalves de Mello, os tesoureiros eram dois dos próprios 9 conselheiros do colégio político²²⁷.

A função de governador, pelo texto da lei, aproxima-se das questões militares e por vezes até se assemelha a alguma patente. Charles Boxer aproxima-se dessa visão, associando o cargo de governador ao comando das forças de terra e mar:

[...] a partir de março de 1630, Olinda e Recife passaram a ser governados por um conselho político (Politick Raad), de conformidade com as instruções baixadas em 1629 pelos Heeren XIX, com vistas ao governo da projetada colônia. Este conselho era constituído a princípio por comissários civis, aos quais vieram depois juntar-se mais dois. Depois da partida de Loncq, em maio de 1630, o comando das forças de terra e mar passou para as mãos do mais velho dos oficiais do exército, o coronel Diederick van Waerdenburgh. A ele foi conferido o título de governador, bem como assento e voto no conselho político, mas não lhe foi permitido assumir a

²²³ BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 92.

²²⁴ Termo traduzido na RIAP por jurisperito.

²²⁵ Quadro diretivo da Companhia das Índias Ocidentais.

²²⁶ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: RIAP, n. 31, Recife, 1886, p. 290.

²²⁷ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 10.

presidência, que devia recair nos comissários a serem revezados mensalmente. Waerdenburgh era ainda assistido por um conselho militar, parecendo no final das contas que os elementos militares trabalharam sempre em boa harmonia com os civis²²⁸.

No entanto, parte da bibliografia consultada discorda. Afirma-se que em cada colônia, deveria ser escolhido um governador e formado um pequeno governo local, sempre subordinado ao colégio dos nove conselheiros. Tal governador teria acesso as reuniões do colégio e seria convocado para reuniões que envolvessem questões de guerra, importantes expedições e construção de fortes, nestas exercendo função consultiva²²⁹.

Buscando dar fim às disputas entre os membros do conselho político e do então governador em exercício, Dierick van Wandeburch, em 1632 os Heeren XIX publicaram uma resolução que determinava a escolha de dois diretores para assumir o governo supremo no Brasil Holandês. Os diretores, chamados juntos de Diretoria Delegada, seriam escolhidos dentre os próprios XIX senhores e assumiriam o cargo pelo período de dois anos²³⁰.

A partir do artigo 48 o regimento passa a tratar da demarcação de jurisdição das cortes de justiça civil e penal, as quais distingue com bastante clareza e trata por justiça ordinária. Há ainda a previsão de um concelho de guerra, cujas competências abrangiam o julgamento de abusos e delitos puramente militares praticados pelos oficiais e soldados²³¹.

Quanto a justiça criminal, o regimento estabelece que os delitos puníveis segundo as leis naturais, divinas e ordinárias, praticados por todas as pessoas, não importando nacionalidade ou condição, seriam julgados pela justiça ordinária²³². Para os soldados e marinheiros, a intervenção do general e do governador é possibilitada.

²²⁸ BOXER, C. R. **Os Holandeses no Brasil (1624-1654)**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 69.

²²⁹ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 75.

²³⁰ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 11.

²³¹ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 304.

²³² No texto da Ordenação percebe-se que era feita a distinção entre justiça militar e justiça ordinária. Tudo aquilo que não se enquadrasse nos casos militares ou marítimos deveria ser julgado pela justiça ordinária, de acordo com seu artigo 51 (REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 304).

Há previsão legal da nomeação, pelo Conselho Político, de um escolteto para cada uma das jurisdições. Tendo a sua disposição três beleguins ou quadrilheiros, o escolteto tem entre suas atribuições a responsabilidade de prender criminosos, promover a execução das sentenças, assistir a execução destas mesmas sentenças, velar sobre a observância das ordenanças e regulamentos civis decretados pelos Estados Gerais ou pela WIC e punir os agressores:

Prender criminosos, promover a execução das sentenças, assistir a mesma execução, velar sobre a observância das ordenações e regulamentos civis, que forem decretados tanto pela Companhia como pelo Conselho, e fazer punir as transgressões²³³.

Aos escoltetos cabia também a função de prestar queixa ou acusação, o que daria início aos tramites da justiça criminal, sendo, portanto, os responsáveis pela função de chefe de polícia²³⁴, aproximando-se bastante da figura do almotacé²³⁵ da América portuguesa.

Para o desenvolvimento dos procedimentos relativos a casos criminais²³⁶, consistente na acusação pelo escolteto e posterior julgamento em diferentes instâncias, o colégio de conselheiros, em composição plena, seria convertido em tribunal e se tornaria responsável pelo andamento do processo e pela possível revisão das sentenças, em segunda instância.

Afirma o regimento, por fim, que

[...] quanto ao processo criminal, tortura, julgamento dos criminosos e execução da pena, se observarão os usos ordinários das Províncias Unidas, e o direito commun escripto, applicando-os, como pedirem as circunstancias, de modo que os maus não fiquem impunes, nem haja também mui grande rigor²³⁷.

²³³ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 305.

²³⁴ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 31.

²³⁵ Mais sobre o assunto em: ARAUJO, D. R. W. de. **A almotacaria e o direito na Vila de Curitiba (1737-1828)**. 2011. 252f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito.

²³⁶ Optou-se por não utilizar a expressão “processo criminal”, muito embora a divisão entre procedimentos para casos cíveis e criminais já vigorasse nos Países Baixos e o termo seja utilizado na tradução da Ordenação, para evitar a associação com as matérias jurídicas atuais. No caso de Portugal, o processo que tratava de crime era chamado de devassa.

²³⁷ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 304.

Vale ressaltar que a lei de processo criminal utilizada pelos holandeses era baseada em “costumes legais das Províncias Unidas e no *Ius Commune*”, de acordo com o artigo 55 do regimento. Os costumes legais em questão são duas ordenações de Felipe II, de 5 e 9 de julho de 1570, com as quais o imperador buscou unificar o processo criminal nos Países Baixos. O direito comum deveria ser usado subsidiariamente, caso as ordenações e costumes locais não provessem uma resposta ao caso concreto em análise, de forma idêntica à que se procedia no Império Português²³⁸.

Portanto, seguindo os passos daquilo que acontecia na Holanda, ao buscar aplicar a lei a um caso concreto, dever-se-ia primeiramente buscar uma norma aplicável nas leis escritas e, subsidiariamente, nas leis não escritas ou nos costumes, que atuavam assim como fonte subsidiária de direito. Caso ainda assim não houvesse uma solução, passava-se ao Direito Romano, que atuava como lei suplementar, sendo chamada de lei escrita geral, termo que aparece frequentemente nos textos jurídicos da época do domínio holandês²³⁹.

Tais preceitos também valiam para os casos civis, que, de acordo com o regimento, deveriam ser processados da forma mais célere possível, desde que não negando o direito das partes a justiça²⁴⁰. As Ordenações de 1629 são pouco mais extensivas quanto a justiça civil e começam sua previsão determinando que toda ação jurídica real ou pessoal deveria ser administrada por três comissários do colégio de conselheiros, a serem determinados pelo próprio Conselho de três em três meses, garantindo rotatividade²⁴¹.

O direito a ser aplicado é, nos termos exatos do Regimento, o procedimento comum das Províncias Unidas ou o que a Assembleia dos Dezenove decidir implementar. Esse processo comum, acredita-se, faz referência a uma ordenação neerlandesa de 1 de abril de 1580, intitulada “Ordenança a respeito da justiça nas

²³⁸ RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis**: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilie (1630-1654). Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazili-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014. p. 10.

²³⁹ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jusrisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 76.

²⁴⁰ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jusrisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 76.

²⁴¹ REGIMENTO do Governo das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. IN: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 306.

idades e campo da Holanda”, que descreve o procedimento para casos civis em 32 artigos²⁴².

Há possibilidade de apelação das sentenças definitivas ou decisões interlocutórias dadas pelos três conselheiros designados em causas cujo valor exceda 25 florins, sendo tais recursos julgados então pelo conselho pleno. Da decisão do conselho pleno, no entanto, não existe recurso cabível previsto no Regimento.

É importante esclarecer que, durante o período do Brasil Holandês, as causas jurídicas eram divididas entre justiça militar e comum. A justiça comum, por sua vez, repartia-se em criminal e civil. Havia ainda a divisão por valores, como a que acima se identificou. Some-se a isso a possibilidade dada aos portugueses de utilizarem suas próprias leis e costumes, bem como aos indígenas, e tem-se um alto grau de particularismo, bastante característico do Antigo Regime.

Vale ressaltar também que no modelo Português, havia possibilidade de recurso aos tribunais da metrópole, o que significa que mesmo a organização judiciária era entendida como um sistema total, vigente em toda a extensão do Império. O mesmo não acontecia nos modelos holandeses, em que a colônia era tida como núcleo separado das Províncias Unidas, sendo que os casos jurídicos tinham nas terras tropicais seu começo e fim.

Voltando ao Regimento de 1629, ele define que para matérias de casamento, direitos dos cônjuges, sucessões, testamento e matérias afins deverá ser observada a Ordenação política da Holanda, do ano de 1580. No entanto, o ano mencionado no regimento é 1582, o que indica a possibilidade de um equívoco, conforme ressaltado pela bibliografia consultada: “o ano de 1582 mencionado é um engano, deveria ser lido como 1580”²⁴³. Além desta norma escrita, o regimento também é expresso em mencionar a utilização dos usos e costumes da Zelândia e Holanda do Sul, “porquanto esses são os mais conhecidos, podem ser facilmente observados, e darão lugar a menos dúvidas e alterações”²⁴⁴.

²⁴² SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 76.

²⁴³ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 76.

²⁴⁴ REGIMENTO do Governo das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 307.

Importante ressaltar que a historiografia acredita que os casamentos já haviam se tornado uma questão de governo civil na Holanda, e não um instituto simplesmente religioso. Isso porque a Igreja Reformada Holandesa não considerava o casamento como um sacramento. Por esse motivo, a ordem política mencionada no Regimento é bastante minuciosa, trazendo normas sobre consentimento parental, impedimentos ao casamento, idade mínima e punição em casos de adultério²⁴⁵.

Também no âmbito civil o direito a ser aplicado englobava o direito comum: “61: Em todos os tratos e contractos se observara também o dito direito comum”²⁴⁶, que acaba se mostrando importante fonte de Direito para a época.

Não há, no entanto, em toda a extensão do regimento, menção alguma a administração em âmbito local ou municipal intendida pela WIC para as praças conquistadas ou a serem conquistadas. No Brasil, acredita-se, como não havia órgão algum previsto e implementado para substituir as câmaras municipais portuguesas, estas permaneceram em pleno funcionamento.

Corroborando com esta ideia, Elias Herckmans afirma que o regime português de governo se manteve até o ano de 1637, “em que S. Excia., o Conde Mauricio de Nassau, e o Alto e Secreto Conselho, de acordo com as instruções²⁴⁷ dos Senhores Diretores, substituíram o que estava estabelecido pelos portugueses por uma nova forma, semelhante a que geralmente se observa nas Províncias Unidas Neerlandesas”²⁴⁸.

Além do mais, vale lembrar que se trata de período de guerra entre holandeses e portugueses, em que os batavos buscavam afirmar sua supremacia nas terras já invadidas e conquistá-la ainda nos arredores, o que leva a crer que de fato a maior parte da sua energia estava direcionada militarmente e que a organização e jurisdicionalização da colônia foram negligenciadas nesses primeiros anos de dominação.

Nesse sentido,

²⁴⁵ SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, Nova Iorque, vol. LXX, n 4, p. 76.

²⁴⁶ REGIMENTO do Govêrno das Praças Conquistadas ou que forem Conquistadas nas Índias Ocidentais. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 307.

²⁴⁷ embora na tradução consultada o termo instruções não receba nenhum significado maior, acredita-se que se trata de menção a legislação de 1636, posta em vigor em 1637, chamada pelos holandeses de ‘Instructie’.

²⁴⁸ HERCKMANS, E. Descrição Geral da Capitania da Paraíba. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 68.

A documentação holandesa revela que as Câmaras que preexistiam no Nordeste a invasão de 1630, formadas por moradores luso-brasileiros (se não todas, pois não há evidência nesse sentido, pelo menos algumas), continuaram a funcionar após a invasão ou foram então restabelecidas antes da criação das Câmaras de Escabinos. [...] É certo, porém, que as Câmaras continuaram a funcionar após a invasão, com sua organização regida pelas Ordenações do Reino de Portugal, com seus juízes ordinários e vereadores²⁴⁹.

A ata da sessão do Conselho Político de 1636, no Recife, também engrandece essa conjectura, vez que ali compareceram juízes, vereadores e o procurador da câmara da capitania de Itamaracá, relatando o assédio sofrido pelos moradores da vila por parte dos holandeses e seus índios aliados²⁵⁰.

Ainda, em ata da sessão do Conselho²⁵¹ de maio de 1637, a própria Câmara de Olinda expõe uma série de questões ao governo holandês, todas de nítido interesse da comunidade portuguesa e católica. Dentre as indagações, o 4º quesito questionava acerca da manutenção dos privilégios que lhes haviam sido concedidos pelo rei de Portugal e se permaneceriam sendo regidos pelas Ordenações do Reino. A esses questionamentos, o Alto e Secreto governo respondeu que deveriam indicar os privilégios a que se referiam e que, quanto a justiça, deveriam guiar-se pelas leis, usos e costumes da Holanda, Zelândia e Frísia Ocidental. Indagações semelhantes foram feitas pelas câmaras da capitania da Paraíba e de Vila Formosa do Serinhaém, sendo que esta última incluía um neerlandês como um de seus dois juízes ordinários, “talvez como solução de conciliação”²⁵².

Assim sendo, bem como é certo que novos cargos à moda holandesa, como o do escolteto, foram implantados, sabe-se que as câmaras de vereadores portuguesas permaneceram ativas, embora não seja possível precisar sua relação com o governo holandês e reais atividades nessa fase inicial. Tampouco ha maiores informações sobre a convivência e divisão de tarefas entre os escoltetos, conselheiros políticos e oficiais das câmaras de vereadores. Acredita-se que, na falta de uma regularização, cada qual executava suas funções sem grandes interferências dos demais nesse período, a baila da importância dos particularismos no Antigo Regime.

²⁴⁹ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 22.

²⁵⁰ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 22.

²⁵¹ Mais tarde tratado, por estar previsto na Instrução de 1636, apenas.

²⁵² MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 22/23.

A bibliografia consultada e as fontes trabalhadas quanto ao Brasil holandês pré-nassoviano tratam, via de regra, de questões de guerra, deixando enormes lacunas que permeiam a área da história do direito, ainda a serem preenchidas com mais extensos estudos. Pode-se afirmar com alguma certeza, no entanto, que vigia a Ordenação de 1629, que governava um Conselho Político composto por 9 holandeses honrados e que as câmaras de vereadores pré-existentes permaneceram ativas com seus oficiais da vereação.

3.2. O PERÍODO NASSOVIANO, A INSTRUÇÃO DE 1636 E OS ESCABINOS

Em 1637, já passado o período principal de conquista e manutenção de território, entra em vigor um novo regimento, feito pela WIC especialmente para o Brasil. A Instructie²⁵³ – ou Instrução – foi promulgada em 23 de agosto de 1636 e seu vigor coincide, basicamente, com o governo nassoviano, período de “relativa paz entre dois períodos de guerra”²⁵⁴. Como bem explica Gonsalves de Mello, “somente no segundo semestre de 1637, quando os problemas militares mais urgentes foram resolvidos, deram início o Conde e o Alto e Secreto Conselho à organização das varais jurisdições administrativas e judiciais da conquista, segundo o modelo holandês”²⁵⁵.

Johan Maurits van Nassau-Siegen chegou a Pernambuco em 1637, como governador geral, capitão e almirante general, para mais tarde se tornar o símbolo dos anos de ouro do domínio holandês no Brasil. Sob seu governo, Recife cresceu de vila para cidade portuária fortificada, ainda que as custas da vizinha Olinda, que foi destruída. Nassau também fundou uma nova cidade na ilha de António Vaz, a que chamou de Maurícia (Mauritsstad).

Nassau construiu para si duas residências, Huis Vrijburgh e a Fazenda da Boa Vista. Ele trouxe consigo para o Brasil toda forma de acadêmicos e artistas, dentre os quais estavam Frans Post e Albert Eckhout, responsáveis por algumas das

²⁵³ A tradução dos principais artigos utilizados neste trabalho está disponível no anexo I.

²⁵⁴ MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 161.

²⁵⁵ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 22-23.

mais importantes pinturas e quadros da época. Também havia cartógrafos, arquitetos, e “vários outros homens de valor intelectual”²⁵⁶²⁵⁷.

A escolha de Nassau como governador geral mudou drasticamente a organização da colônia, que passou a ser guiada pela Instrução de 1636. Esse regulamento é muito mais longo e detalhado do que seu antecessor, contando com 99 artigos que tratam dos mais variados assuntos, o que leva a crer que a experiência dos anos anteriores foi assimilada e levada em consideração na elaboração de uma legislação feita especificamente e sob medida para a colônia brasileira²⁵⁸.

Muito embora autores estrangeiros, como Herman Wätjen, apontem a Instrução de 1636 como regras “para a nova governação do Brasil”²⁵⁹ e José Honório Rodrigues acredite ser esta a lei orgânica para o período de dominação holandesa²⁶⁰, o regulamento é pouco citado pelos autores nacionais²⁶¹, que mencionam apenas sua antecessora de 1629.

Mario Neme a aborda²⁶², mas acredita que, mesmo após 1637, a Ordem de Governo de 1629 permaneceu sendo a lei orgânica do Brasil Holandês. Há fortes indícios para acreditar justamente no contrário: a- trata-se da primeira legislação

²⁵⁶ NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942. 290p., il. (Brasiliana, v.220), p. 151.

²⁵⁷ “Realmente, ao partir para o Brasil, Mauricio levava consigo, como medico, o celebre naturalista Piso, de Leyde e, recomendado por Johan de Laet grande amigo das ciências, tomou também a seu serviço um naturalista alemão, Marcgraf. A Historia naturalis Brasiliae, de Piso, e a Historia Brasiliae, de Marcgraf, constituem ainda hoje obras do mais vivo interesse” (NETSCHER, Pieter Marinus. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942 (Brasiliana, v.220), p. 177).

²⁵⁸ RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis**: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654). Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazilië-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014. P. 5.

²⁵⁹ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliana, v.123), p. 298.

²⁶⁰ RODRIGUES, J. H. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Dep. Imp. Nacional, 1949.

²⁶¹ Nesse aspecto, vale citar os pensamentos de Ricardo Marcelo Fonseca, que percebe na cena da história nacional um menosprezo pelas especificidades do Direito. Isso por que os juristas brasileiro não estão acostumados a ver o Direito como fenômeno temporal: “se excetuarmos esse aproveitamento duvidoso que se faz do direito romano, pouca coisa sobra de todo o passado histórico no trabalho intelectual que fazem os juristas na compreensão do direito. (...) E isso para não falar do modo como se ignoram as especificidades da historia brasileira (iniciada por um processo de conquista e de exploração, pela eliminação dos índios e pela mancha da escravidão, que deixou mais sinais em nossas instituições e em nosso direito do que se pode inicialmente suspeitar) na compreensão do direito” (FONSECA, R. M. **Introdução Teórica à Historia do Direito**. Curitiba: Juruá, 2009).

²⁶² NEME, M. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: Ed. Univ. S. Paulo, 1971, p. 197/218.

feita especificamente para o Brasil; b- em seu texto não há nenhuma menção ou remissão a lei de 1629; c- trata de todos os assuntos que concernem a organização do Brasil, deixando pouco, ou melhor, nenhum espaço, para a atuação do regulamento anterior; d- durante seu texto, muitas vezes é mencionado que os governantes e oficiais devem por ela se basear; e- é ainda mais abrangente do que a ordem de 1629, trazendo minúcias acerca de procedimentos cíveis e criminais.

Vale ressaltar também que a Instrução é bastante citada na Assembleia Geral de 1640, em remissões que o Alto Governo holandês faz a regras que devem ser seguidas, não havendo nenhuma menção a Ordem de Governo. Exemplos: “(...) declarando todos os gravames, injustiças, roubos que forem cometidos e toda violação das nossas instruções (...)”²⁶³; “os Snrs. Escabinos já se acham no gôso do que pedem, mas o título nós não podemos dar-lhes por força das nossas instruções”²⁶⁴; “este artigo está compreendido nas instruções dos oficiais”²⁶⁵; “as instruções aos ditos administradores explicam suficientemente o que respeita ao seu officio”²⁶⁶.

A partir dessa mudança legislativa, o Alto Governo da colônia holandesa no Brasil passa a ser constituído, portanto, pelo governador geral juntamente com o Alto e Secreto Conselho, instituído pela Instrução: “O Alto Governo nas terras do Brasil, pela Companhia das Índias Ocidentais conquistadas, e ainda por conquistar, deverá consistir em um governador e em três altos e secretos conselheiros, escolhidos pelos XIX Senhores [...]”²⁶⁷.

Ao governador geral, nomeado por uma carta patente de Amsterdam de 8 de agosto de 1636, foi conferido poder sobre todos os lugares conquistados e ainda por conquistar no Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais, assim como sobre todas as forças de terra e mar que a mesma ali tiver e vier a ter²⁶⁸. Ainda, é expressa a determinação de que ele poderá fazer tudo aquilo que é esperado de alguém na sua função²⁶⁹.

Toda questão que envolvesse assuntos de governo público, como exploração das terras conquistadas, deslocamento de tropas, exportação da

²⁶³ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 203.

²⁶⁴ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 225.

²⁶⁵ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 228.

²⁶⁶ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 223.

²⁶⁷ INSTRUÇÃO de 1636. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

²⁶⁸ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 13.

²⁶⁹ INSTRUÇÃO de 1636, art. X.

produção e construção de fortes passaria pelo aval do governador. Em questões que exigissem uma decisão conjunta do Governador e do Alto e Secreto Conselho, assim se procederia, sendo que o voto de Nassau seria critério de desempate, podendo assumir valor duplo:

III: [o governador] deverá, nessa qualidade, presidir as reuniões do Alto e Secreto Conselho, e deverá ali consultar-se e decidir sobre todos os assuntos do governo público e que dele decorram ou a ele sejam referentes, sobre toda a exploração de terra e água, construção de novos fortes, estabelecimento e deslocamento de tropas, exportação daquilo que foi produzido por eles mesmos ou por outros, sentenciar aquilo que exige uma decisão conjunta, posicionar Comandantes acerca de locais e fortalezas particulares, e em caso de empate deverá ter voto duplo²⁷⁰.

Ao Conselho cabia a administração da polícia, finanças e tudo mais de que dependesse a administração pública²⁷¹. Os três altos e secretos conselheiros também eram escolhidos pelos *Heeren* XIX, conforme previsão do artigo XI. Suas funções envolvem consultar e decidir sobre a exploração de água e terra, estabelecimento e deslocamento de tropas, construção de novos fortes, deslocamento e demolição dos velhos, escolha de um local de residência. O texto da lei menciona que a vontade de um não deve se sobrepor a dos outros, sendo que somente devem comunicar suas decisões quando chegarem a um consenso²⁷².

Por fim, a Instrução autoriza o Governador e o Alto Conselho “a fazer, publicar e fazer cumprir censuras e ordenações acerca de mercados, hospedarias, pequenos negócios, profissões e ofícios e outros, quando a polícia e a boa ordem forem necessários; [...]”²⁷³.

Há ainda a previsão do cargo de assessor, que manteve basicamente as funções designadas a ele na Ordem de Governo de 1629, ou seja, aconselhar quando requisitado, trabalhar como notário, pensionário e secretário do Alto e Secreto Governo. Também o assessor deveria ser escolhido pela Assembleia de diretores da WIC²⁷⁴.

O Conselho Político permaneceu atuando, mas passou a ser subordinado ao Alto e Secreto Conselho e suas atribuições se modificaram grandemente com o

²⁷⁰ INSTRUÇÃO de 1636, art. III.

²⁷¹ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 13

²⁷² INSTRUÇÃO de 1636, art. XII.

²⁷³ INSTRUÇÃO de 1636, art. LV.

²⁷⁴ INSTRUÇÃO de 1636, art. XX.

novo regimento. Manteve-se, no entanto, em nove membros, escolhidos pelas câmaras da WIC de forma semelhante ao disposto na Ordem de 1629:

XXIII: O conselho político nas terras conquistadas e ainda por conquistar no Brasil consistira de nove conselheiros, cada qual escolhido por uma câmara respectiva da Companhia reunida na Assembleia dos XIX, devendo ser pessoas honestas, nascidas nas Províncias unidas ou que lá tenham morado pelo período de 7 anos, adeptos da Religião Reformada e com experiência nos assuntos de polícia, justiça e comércio, devendo saber tudo aquilo que for possível de pelo menos um dos assuntos. A câmara de Amsterdam escolherá quarto, a Zelândia dois, Zona Norte, Frísia e Rotterdam um cada, sendo que todos deverão ser trazidos a uma reunião dos XIX para aprovação no exercício da função, depois de feito o juramento receberão conveniente comissão e instrução, e assim cada um estará vinculado, sem dever receber nenhuma ordem de qualquer câmara em particular ou de fora²⁷⁵.

O Conselho Político recebeu, a partir de 1636, uma posição central para a administração e direção da Justiça, tanto criminal quanto civil. Nos termos da Instrução: “XXV – O próprio Colégio deverá ter a direção e administração da Justiça, tanto em casos criminais quanto civis, para que os administrem e dirijam de acordo com as ordens e regulamentos, conforme daqui para frente será esclarecido”²⁷⁶.

Os responsáveis pelo Alto Governo relatam em um relatório que devido as atribuições do Conselho Político seria conveniente que os conselheiros fossem juristas, não apenas que tenham frequentado a academia, mas que também possuam já alguma experiência com tribunais, para que sejam “instruídos na prática e com experiência nela”²⁷⁷.

Afirma Wätjen, com base no texto da lei²⁷⁸, que as decisões do Conselho Político ainda eram recorríveis, devendo os recursos ser julgados pelo Alto e Secreto Conselho:

[...] pertenciam a jurisdição do Conselho Político todos os processo civis e criminaes, bem como as appellações contra julgamentos finaes dos

²⁷⁵ INSTRUÇÃO de 1636, art. XXIII.

²⁷⁶ INSTRUÇÃO de 1636, art. XXV.

²⁷⁷ BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**, vol I, Recife: CEPE, 2004, p. 97.

²⁷⁸ “L – Aqueles que tiverem objeção a sentença ou decisão interlocutória proferida pelos escabinos, em casos por eles conhecidos, podem apelar ao Colégio dos Conselheiros Políticos, os quais deverão também proceder de acordo com os costumes, dar conhecimento a causa e sentenciar, de forma que julguem condizente com o direito, sem isso, a mesma sentença poderá cair nas implicações da provocação. Nesse caso, o Governador e o Alto Conselho devem ser procurados pelas partes que se julgarem agravadas e aconselhadas pelo Mandamento de Revisão, para que lhe concedam uma proposição de erro. Os revisores e adjuntos devem ser em mesmo numero dos Conselheiros Políticos que deram a sentença”.

Conselhos de Escabinos – instância considerada imediatamente inferior. Se autores e rós não se conformassem com o veredicto judiciário do Conselho Político, poderiam appellar para o Alto Conselho, como tribunal supremo da colônia²⁷⁹.

Ficou determinado que cinco dos nove conselheiros estabeleceriam sua residência no mesmo local do Alto e Secreto Conselho (Recife), para que ali pudessem tomar conta dos atos quotidianos da Justiça, como “seguir com os processos iniciados, sentenciar e executar as sentenças na forma de seu conteúdo”. Os quatro conselheiros políticos restantes seriam locados em diferentes regiões, escolhidas pelo Alto Conselho; mas todos os nove deveriam intercambiar suas posições a cada ano²⁸⁰.

O Conselho Político também ficava responsável por julgar os casos civis e criminais em segunda instância. Sua enorme aproximação com as causas judiciárias nesse segundo modelo de organização do Brasil holandês fez com que, na década de 1640, passasse a se chamar Conselho de Justiça.

Adriaen Van der Dussen ocupou o cargo de alto e secreto conselheiro até o ano de 1639. Em seu “Relatório Sobre o Estado das Capitanias Conquistadas no Brasil” afirma que, na data de sua partida, faltavam dois conselheiros políticos para completar o número previsto. Para ele, o desfalque nos quadros do governo acabava por impedir o correto funcionamento da justiça e a fiscalização dos armazéns que também competia aos conselheiros políticos. No relatório, endereçado aos XIX Senhores, faz uma reclamação:

[...] no Recife residem somente três Conselheiros Políticos, a saber: os Srs. Elias Herckmans, van der Voorde dirigem, como tesoureiros, a Contadoria de Finanças e nessa qualidade assistem a todos os pagamentos das guarnições próximas, com cujo serviço estão sempre ocupados que os casos de justiça não são despachados com a presteza que eles desejam e que é necessária. Do mesmo modo, é necessário, ainda, que os armazéns de viveres secos e molhados, de mercadorias e de artilharia estejam sob fiscalização de um dos Conselheiros; podem verificar assim V. Ex.^{as} quão necessário é que, no mínimo, o numero de Conselheiro seja completado, visto que o Sr. De With ou outro Conselheiro Político não pode fiscalizar tudo isso²⁸¹.

²⁷⁹ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliense, v.123), p. 301.

²⁸⁰ INSTRUÇÃO de 1636, art. XXVII.

²⁸¹ VAN DER DUSSEN, A. Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**, vol I, Recife: CEPE, 2004, p. 193.

Para a organização da justiça nas capitanias e cidades, foram criadas as câmaras de escabinos, compostas por grupos de pelo menos 5 pessoas escolhidas pelos conselheiros políticos. Essas câmaras, análogas àquelas de vereadores, portuguesas, seriam responsáveis pela justiça local e de primeira instância, fosse civil ou criminal.

Desde 1637 iniciou-se, no nordeste brasileiro, a implantação das câmaras de escabinos. No processo, os holandeses aproveitaram a divisão em capitanias e suas jurisdições já existente na colônia²⁸², bem como as sedes das câmaras municipais, que foram conservadas apenas com algumas modificações, como a transferência da câmara da capitania de Pernambuco de Olinda para Maurícia²⁸³. No total, pode-se encontrar registro da existência de 10 câmaras nas fontes portuguesas e holandesas no período entre 1630 e 1654: Olinda (depois transferida para Maurícia), Serinhaém, Igararassu, Porto Calvo, Alagoas, São Francisco, Santo Antônio do Cabo, Itamaracá (ou Goiana), Paraíba e Rio Grande²⁸⁴.

Com isso a administração da justiça municipal foi delegada para cortes de magistrados locais²⁸⁵:

XLVIII – Os escabinos ou Administradores da Justiça Civil e Criminal deverão ser pelo menos 5, ou mais, dependendo do tamanho da cidade ou localidade, e caso um conselheiro político esteja presente, este poderá presidi-los se assim julgar necessário²⁸⁶.

A instrução acaba por citar tanto os conselheiros políticos quanto os escabinos como administradores da justiça. No entanto, acredita-se que não há incoerência, vez que cada um teria funções diferentes nessa administração: os escabinos seriam os responsáveis pela administração local, enquanto que os

²⁸² No “Breve Discurso”, a capitania de Pernambuco aparece dividida em quatro jurisdições: Olinda, Igarassu, Serinhaém e uma quarta que vai da última até o rio São Francisco; Van der Dussen e Barleus falam ambos em seis jurisdições: Olinda, Igarassu, Serinhaém, Porto Calvo, Alagoas e São Francisco (BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**, vol I, Recife: CEPE, 2004).

²⁸³ Há uma famosa disputa pela sede da câmara entre Recife e Olinda, que será abordada no decorrer do trabalho.

²⁸⁴ LUCIANI, F. T. **Municípios e Escabinos: Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)**. 2007. 181 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. p. 87.

²⁸⁵ RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654)**. Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazilië-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014.

²⁸⁶ INSTRUÇÃO de 1636, art. XXVII.

conselheiros, pela geral. Além do mais, quanto a competência para julgar, os escabinos ficavam com a primeira instância e o Conselho Político com a segunda.

Ainda, o artigo XLV menciona que em certos casos a Assembleia dos XIX senhores poderia suprir a atuação do Conselho Político, dando sequência aos casos a eles direcionados. Acredita-se, nesse caso, embora faltem maiores evidências, tratar-se de julgamentos de segunda instância, já passada a fase reservada aos magistrados locais. Isso por que a lei é clara em afirmar que a substituição seria com relação aos conselheiros políticos – responsáveis pelos recursos e apelações – não havendo qualquer menção aos escabinos.

A escolha dos escabinos exigia inicialmente a seleção de um grupo de pelo menos vinte eleitores. Estes eram designados pelos conselheiros políticos e podiam variar em número de acordo com o tamanho da cidade, não podendo, no entanto, ultrapassar trinta. Os eleitores deveriam ser cidadãos qualificados, honestos e confiáveis, podendo ser tanto holandeses quanto portugueses, a serviço da WIC ou não, e exerceriam a função de eleitor de escabinos por toda a vida²⁸⁷.

Judeus, uma minoria presente e importante na colônia, não são explicitamente mencionados ou vetados no artigo que trata das prerrogativas dos eleitores. Acredita-se, no entanto, que não eram membros bem vindos desses quadros, pois quando um foi escolhido para eleitor na jurisdição de Olinda, uma objeção foi colocada e o judeu retirado imediatamente da instituição²⁸⁸.

Todo ano, em junho, esse colégio eleitoral deveria prover uma lista com nomes de cidadãos para ocupar os cargos de escabinos. Essa lista deveria conter três vezes o número de vagas e a partir dela o Governador Geral e os conselheiros secretos deveriam escolher os magistrados²⁸⁹.

Seguindo aquilo que acontecia nas Províncias Unidas, as eleições para escabinos na colônia eram altamente elitistas. Na Holanda, apenas uma pequena parcela da população podia votar e ser votada (os *escabináveis*), causando monopólio dos cargos por um pequeno número de famílias. Acredita-se que o mesmo critério restritivo foi trazido para o Brasil, já que “os 47 lugares de escabinos da câmara de Olinda-Recife-Maurícia, nos 7 exercícios que vão de 1637 a 1645, são

²⁸⁷ INSTRUÇÃO de 1636, art. XXVI.

²⁸⁸ RUSSEL, P; RUSSEL, R. **Qua patet orbis**: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654). Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazilië-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014. p. 6.

²⁸⁹ INSTRUÇÃO de 1636, art. XLVII.

ocupados por apenas 30 indivíduos”²⁹⁰. Vale lembrar que o critério elitista existia também na América Portuguesa, já que os chamados homens bons é que poderiam ocupar cargos oficiais e de prestígio, critério que permaneceu com a população portuguesa durante o domínio holandês, de forma que a presença de escabinos portugueses e locais não quebrava o monopólio das elites.

Os escabinos deveriam seguir “o estilo e a maneira de proceder determinada no Regimento da Holanda de 1580, sobre a organização das cidades e planícies, ou deverão buscar algo semelhante com os XIX Senhores, com aprovação dos Estados Gerais”, sendo-lhes também recomendado tornar os procedimentos judiciários tão céleres quanto possível desde que sem acarretar em prejuízo as partes²⁹¹.

Percebe-se, portanto, que as câmaras de vereadores foram absorvidas pela nova organização dos holandeses, que aproveitou as sedes, alguns membros e até mesmo o nome de suas antecessoras, dando-lhes, entretanto, contornos próprios e um tempero tipicamente republicano. Trata-se, assim, claramente de uma instituição híbrida, que une elementos da cultura jurídica portuguesa, como a organização em câmaras e conselhos, com elementos neerlandeses, os escabinos e os escoltetos. Até mesmo o direito a ser aplicado girava em torno de Ordenações de ambas as comunidades. Essa construção bastante característica e multi-cultural é exemplo absoluto de circularidade da cultura jurídica.

De acordo com Luís Fernando Lopes Pereira, que trata da relação entre a alta e baixa cultura jurídicas, a circularidade acontece quando elementos de uma esfera migram para outra: “o que temos é na verdade uma circularidade, um influxo recíproco”²⁹². O conceito pode, entretanto, ser perfeitamente aplicado a influência de uma cultura na outra e é precisamente o que pode-se perceber com o advento das câmaras de escabinos.

Quanto a determinação de seguir o direito holandês, é importante esclarecer que tal tarefa era complicada para os escabinos portugueses, pela barreira linguística e também cultural que nisso se colocava. Nassau explica que nos

²⁹⁰ NEME, M. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: Ed. Univ. S. Paulo, 1971. P. 244.

²⁹¹ INSTRUÇÃO de 1636, art. XLIX.

²⁹² PEREIRA, L. F. L. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

primeiros anos essa exigência acabou sendo relativizada, enquanto não era feita uma tradução das ordenações das Províncias Unidas para seu uso:

Há alguns meses que os Colégios de Escabinos se acham instalados e funcionam, mas até o presente não tem sido possível que procedam conforme as ordenações e o estilo da Holanda e Frísia Ocidental, primeiro porque é coisa muito grave fazer com que um povo inteiro mude de leis, ordem e estilo, e aprenda um novo estilo; e segundo, por causa da diferença da língua, e por ser difícil verter as nossas ordenações do holandês para o português, no que entretanto estamos muito empenhados, e em breve lhes daremos traduzidas em português as ordenações sobre as coisas de justiça, tanto quanto forem concernentes a esses colégios²⁹³.

Elias Herckmans, holandês que ocupou o cargo de conselheiro político, confirma a observância da Instrução, pois afirma, em seu célebre “Descrição Geral da Capitania da Paraíba”, de 1639, que

[...] o Conselho Político, autorizado para nomear os eleitores, escolheu 16 moradores da Capitania, assim holandeses como portugueses, para serem eleitores, e estes elegeram dentre si e dentre os demais habitantes quinze pessoas, cinco das quais foram nomeadas por S. Excia., e o Alto Conselho para servirem de escabinos. Compete a esses escabinos administrar justiça durante um ano; tendo expirado esse prazo, o número tríplice apresentado pelos eleitores consta somente de nove indivíduos, dos quais são escolhidos três novos escabinos, ficando dois dos velhos e saindo os demais; e assim até o presente se tem continuado a observar²⁹⁴.

O oficial holandês também menciona a função exercida pelos escabinos na Paraíba:

[...] os escabinos tomam conhecimento de todas as causas para administrar justiça de primeira instância, e de suas sentenças pode-se apelar para o Conselho Político de Pernambuco, do qual não cabe mais apelação, podendo, todavia, as partes que se sentirem agravadas pedir revista da sentença do dito tribunal, o que tudo se regula pela ordenação do foro da Holanda²⁹⁵.

Quanto ao ponto da revisão por parte do Conselho Político, surge uma famosa disputa interna entre Olinda e Recife. O Conselho Político localizava-se em Recife, onde, pela não existência uma corte de magistrados locais, atuava também

²⁹³ BREVE discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil, pelos holandeses, 14 de janeiro de 1638. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**, vol I, Recife: CEPE, 2004, p. 97.

²⁹⁴ HERCKMANS, E. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 69.

²⁹⁵ HERCKMANS, E. *Descrição Geral da Capitania da Paraíba*. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 69.

como a primeira instância de julgamentos. Os magistrados de Olinda, câmara cuja jurisdição formalmente abarcava também Recife, acreditavam tratar-se de violação de jurisdição e chegaram a protestar perante o Alto e Secreto Conselho.

O Alto conselho sugeriu aos XIX e decidiu provisoriamente que Recife deveria se desligar da jurisdição de Olinda, por possuir maior população, e autorizou o Conselho Político a receber os processos dos moradores do Recife e de Antônio Vaz. Nesse caso, os processos estariam sujeitos a uma só instância de julgamento, não cabendo apelação. Seria também possível apresentar as causas inicialmente a Câmara de Escabinos, cuja sede permaneceria em Olinda, o que possibilitaria a revisão em segunda instância pelo Conselho²⁹⁶.

No entanto, o conselho dos XIX optou não pelo desmembramento da jurisdição de Olinda, mas simplesmente pela transferência da sede da câmara de escabinos da região para a ilha de Antônio Vaz, com o que Olinda deixou de ser a capital de Pernambuco. Não optou-se por Recife por que ali “não é possível obter uma casa satisfatória para Paço da Câmara, todos os terrenos estando ocupados”. Os magistrados, no entanto, continuariam a ser chamados de ‘escabinos de Olinda’²⁹⁷.

Em que pese a determinação nas Instruções de que não houvesse preconceito e prejuízos contra portugueses e nativos²⁹⁸, fica claro que um dos principais argumentos utilizados foi privilegiar os holandeses²⁹⁹:

[...] em 3º lugar vem em consideração a razão já acima referida: que se aqui no Recife não vierem a ser escolhidos escabinos e todas as causas de seus moradores forem levadas perante o Conselho Político então nenhuma dignidade poderá advir para a nossa burguesia que ainda ficara em situação inferior a dos moradores portugueses do Brasil³⁰⁰.

²⁹⁶ GENERALE Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639. IN: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 65-67.

²⁹⁷ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 68-69.

²⁹⁸ “LI – Os conselheiros e escabinos cuidarão da administração judiciária das justiças civil e criminal, sem nenhum ódio, troca de favores ou parcialidade, sem prestigiar pessoas de qualidade, também para e entre os portugueses e outros moradores, bem como para aqueles da nossa ou de outras terras e nações, também em negócios da companhia, que por sua natureza e conveniência sejam assunto da justiça comum”.

²⁹⁹ Os holandeses se estabeleceram em Recife, principalmente, enquanto que os portugueses permaneceram privilegiando e reconstruindo Olinda.

³⁰⁰ GENERALE Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639. In: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 66-67.

Na mesma ocasião, decidiram os *Heeren* XIX por aumentar o número de escabinos ali presentes de 5 para 9, elevando também a proporção de escabinos holandeses:

[...] além dos cinco escabinos, que anualmente servem, devemos escolher mais quatro, de modo que sejam em numero de nove, compondo-se de cinco holandeses e quatro portugueses; que os atuais escabinos sendo três portugueses e dois holandeses deveremos escolher mais 3 holandeses e um português³⁰¹.

Vale ressaltar aqui que inicialmente o número de escabinos portugueses nas câmaras era superior ao número de holandeses, proporção bastante curiosa considerando-se a luta pela hegemonia entre os dois povos. Volta-se, aqui, ao elemento da circularidade da cultura jurídica, propiciado também pelo contato diário entre holandeses e portugueses.

Quanto a efetividade dessa união e os problemas de comunicação que dela decorriam, Frei Manuel Calado discorre sobre um escabino português que não se satisfazia em assinar um despacho em língua holandesa que não pudesse entender:

[...] quando os escabinos Portugueses se ajuntavam todos, se punham os Flamengos a falar uns com os outros na sua língua e davam o despacho como lhes parecia, e o punham diante dos Escabinos Portugueses, os quais por força, ou por grado, assinavam o que os Flamengos queriam. O que vendo Joao Fernandes Vieira, que foi eleito escabino, à primeira vez que lhe pareceu mau aquele modo de despachar, e à segunda disse, que para por o seu sinal lhe haviam de ler primeiro em língua portuguesa a demanda, e o despacho dos Holandeses, porque não havia de assinar sentença que não fosse muito justa, e da terceira vez, ou quarta, prometeu de não se ajuntar mais em Conselho³⁰².

Ainda, afirma Gonsalves de Mello que a preocupação com a questão do uso da língua neerlandesa era uma constante para o Conselho dos XIX, muito embora Nassau relativizasse a sua imposição: “Em 1641 o Conde de Nassau e o Alto Conselho informam que tinham determinado o uso da língua holandesa nas Câmaras de Maurícia, Itamaracá e Paraíba, nos casos em que houvesse demandantes de uma ou outra nacionalidades; quando fossem ambos portugueses podiam usar sua língua”³⁰³.

³⁰¹ Dagelijkse Notule de 14 de novembro de 1639. In: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 68.

³⁰² SALVADOR, M. C. **Valeroso Lucideno**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 146,

³⁰³ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 26.

Pelo relato, acredita-se que a postura de João Fernandes Vieira era excepcional, de forma que a maioria dos escabinos portugueses acabava por acatar as decisões dos flamengos, ainda que sem entender o teor da demanda. Assim, muito embora houvesse a presença dos portugueses, sua voz nem sempre era ouvida, talvez por que assim não desejassem os holandeses, excelentes diplomatas cientes da importância de fazer o povo dominado contente, ou talvez por que não fosse mesmo possível superar as barreiras linguísticas.

José Antônio Gonsalves de Mello adverte que as câmaras de escabinos foram um dos instrumentos mais eficazes em tirar o poder dos senhores de engenho portugueses, o que foi um importante passo na manutenção do poderio holandês:

[...] o poder político tinha-lhes escapado, passando para as mãos dos moradores da cidade e, principalmente, para as dos comerciantes ricos, para a dos agentes de firmas da Holanda, para a dos judeus. Todos eles, em um governo nitidamente burguês – com várias instituições a restringir o poder do príncipe de Orange – passaram a predominar e a influir nas resoluções e nas diretrizes dos Conselheiros Supremos do Brasil. O instrumento mais valioso para isso foram as Câmaras de Escabinos³⁰⁴.

A Instrução trata, em alguns aspectos, separadamente das justiças civil e criminal. Quanto a criminal, destaca-se que a figura do Escolteto³⁰⁵, já introduzida nos quadros administrativos brasileiro pelo Regimento de 1629. Os escoltetos eram escolhidos pelo Governador General e pelo Alto e Secreto Conselho em todas as localidades em que houvesse uma câmara de escabinos e suas funções aproximavam-se das de polícia:

XLIII – Para a apreensão de criminosos, levar adiante a execução de sentenças, para administrar e aferir o cumprimento das Ordenações, tanto dos XIX Senhores, quanto do Governador e Alto Conselho, para corrigir aqueles que as ultrapassarem, o Governador e o Alto Conselho, aconselhados pelo Conselho Político, deverão escolher um Escolteto, ou substituto de fiscal, e, abaixo deste, mais três servidores, e isso em cada lugar em que houver um tribunal de primeira instância ou em que haja administração da justiça³⁰⁶.

As reclamações quanto aos escoltetos eram muitas e por diversas vezes envolviam abusos por parte desses oficiais. De acordo com Adriaen Van der

³⁰⁴ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 118.

³⁰⁵ INSTRUÇÃO de 1636, art. XLII.

³⁰⁶ INSTRUÇÃO de 1636, art. XLIII.

Dussen, um dos altos e secretos conselheiros, que, após o retorno a Holanda, recebeu a incumbência de escrever uma descrição sobre o Brasil Holandês:

Em cada jurisdição há, também, um escolteto, que zela pelos direitos da Companhia, fazendo inquéritos a respeito de todos os abusos e com os demais encargos que lhe são atribuídos na pátria. Os encargos do escoltetos são intoleráveis aos moradores portugueses, que dizem que se trata de função desnecessária e supérflua, cuja única atribuição é meter a mão na bolsa dos moradores. Também não suportam que alguém faça inquéritos sobre as suas maquinações; é certo que, em ocasiões passadas, alguns escoltetos praticaram abusos, excedendo-se, mas já se deu remédio a isto³⁰⁷.

Nesse aspecto, as atas da Assembleia de 1640 se mostram como fonte valiosa. Ali, reiteradamente surgem reclamações dos representantes portugueses acerca dos exageros dos escoltetos e oficiais de justiça neerlandeses, cometidos na forma de extorsões e violências. A câmara de Maurícia chega a propor uma serie de medidas a serem respeitadas por aqueles que viessem a ocupar tais cargos, todas aprovadas pelo Alto Governo³⁰⁸. São elas:

[...] que cada escolteto que prender alguma pessoa, sem dae parte dentro de 24 horas ao collegio dos escabinos, e não cumprir o que neste particular lhe for ordenado, fique privado do seu emprego sem remissão. Que o escolteto ou outro official que insultar algum escabino por palavras ou obras, perca o seu emprego sem remissão. Que o collegio dos escabinos seja autorisado a despachar as petições dos escolteos e outros officiaes de justiça, e tomem disso o conhecimento, sem ordem ulterior do Supremo Concelho. Que os mesmos escabinos possam proceder por informação, sentença e multas contra taes officiaes e escoltetos, e os que não lhes obedecerem percam o seu emprego³⁰⁹.

Para Wätjen, a função do escolteto unia as prerrogativas de um promotor, de um chefe de polícia e de um exator da fazenda. Sabe-se que o poder de polícia conferido aos escoltetos era por vezes abusado, causando até mesmo temor nos moradores portugueses. Muitas vezes executavam prisões arbitrárias e podiam interferir nos julgamentos dos escabinos. Como bem resume Gonsalves de Mello “por seus encargos e, ainda, pelo fato de que vários deles não tinham escrúpulos de prender e extorquir os moradores luso-brasileiros, sob falsos pretextos, foram os

³⁰⁷ VAN DER DUSSEN, A. *Relatório sobre o estado das Capitanias conquistadas no Brasil*. In: MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. I, Recife: CEPE, 2004, p. 194.

³⁰⁸ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 213/214.

³⁰⁹ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 212/213.

escoltetos os funcionários mais odiados e temidos de toda a administração holandesa no Brasil”³¹⁰.

Por fim, a Instrução traz informações expressas sobre o direito material a ser aplicado em casos criminais: os costumes das províncias Unidas e o Direito Romano: “XLVIII – Na política da justiça e processo criminal, tortura e execução referente aos crimes devem seguir o costume das Províncias Unidas e o direito comum escrito”³¹¹.

O mesmo valia para os procedimentos cíveis, sendo que há especificações em matéria de casamento, determinando que seja observada a ordenação da Holanda de 1582, que assume força de lei; especificações sobre hipotecas, alienações e heranças:

LII – Em matéria de casamento, de direitos entre o marido e a esposa, de sucessões *ab intestato*, da escrita de testamentos e do que disso depender, para tudo será observada a ordenação da Holanda de 1582, que terá força de lei e de direito.

LIII – Todas as alienações e encargos, hipotecas, gerais ou particulares, herança de casas, terrenos e terras, para poder usufruir da propriedade ou do direito realizado, devem passar pelos escabinos nomeados e pelos seus secretários³¹².

Também para a justiça civil os Estados Gerais e a WIC deixam expressa a validade do Direito Romano: “LIII – Em outros assuntos de contratos entre cidadãos e outras operações, deverá ser seguido o direito comum escrito”³¹³. Assim sendo, no Brasil Holandês, como nas Províncias Unidas e em Portugal, vigia o direito comum enquanto direito subsidiário, aplicável nos casos em que o direito local não fosse suficiente.

De forma geral, a lei portuguesa foi excluída como fonte de lei durante a vigência da Instrução. No entanto, costumes locais e práticas poderiam eventualmente se tornar leis estatutárias, depois da aprovação dos XIX Senhores: “LVI: Se os portugueses vivendo sob o domínio dos Estados Gerais e da WIC desejarem confirmar seus próprios costumes e práticas, eles deverão notificar os XIX Senhores e pedir sua aprovação”³¹⁴⁻³¹⁵.

³¹⁰ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 31.

³¹¹ Forma a que se referem ao Direito Romano, por mais de uma vez durante a lei.

³¹² INSTRUÇÃO de 1636, art. LI e LII.

³¹³ INSTRUÇÃO de 1636, art. LIII.

³¹⁴ INSTRUÇÃO de 1636, art. LVI.

Nesse quesito, vale mencionar a Assembleia de 1640, em que há o pedido, por parte dos representantes da câmara de Maurícia, de que haja sempre nas decisões do Conselho Político – responsável pelos julgamentos de segunda instância – que envolverem parte portuguesa, um escabino português que possa auxiliar com as dificuldades dos conselheiros, todos holandeses, em enfrentar a língua e a lei dos lusos, o qual servira para informar, ler e explicar os atos e as escrituras portuguesas, sem ter voto de julgamento, mas sendo sua ausência motivo para nulidade da sentença³¹⁶. Justificam os escabinos:

Com boa razão de Estado assim devia ser; porquanto os moradores portugueses são em maior numero e não é razoável que as questões de uma nação sejam julgadas por juízes de outra, sem que entre eles haja uma voz da nação conquistada, donde não se segue nenhum effeito de concordia e boa alliança, o que alias pretendem S. Exc. e o Supremo Concelho, como temos observado nas proposições que nos foram apresentadas. E pois não ha presentemente no collegio dos conselheiros políticos nenhum portuguez para julgar, que haja ao menos um para informar, ou seja como auxiliar, vice-conselheiro ou syndico, ou com o titulo que a S. Exc. e ao Supremo Concelho lhe aprouver dar³¹⁷.

A proposta não foi imediatamente aprovada, mas sim levada a Assembleia dos XIX para deliberação, mas, ainda assim, fica evidente nesse trecho que a dificuldade de convivência entre os povos atingia também as vias administrativas. Entende-se que a necessidade de explicação da lei dos lusos deve-se aos casos em que seus costumes tenham sido alçados a condição de leis estatutária e também aos pedidos das demandas dos cidadãos portugueses, que sem dúvida alguma baseavam-se no direito com o qual estavam mais acostumados, ainda que este não fosse aplicado nas decisões.

Ainda, tem-se notícia de uma solicitação, em 1637, por parte dos escabinos da câmara de Olinda, de que lhes fossem apresentadas as normas de direito segundo as quais deveriam administrar a justiça e a polícia. Explica Gonsalves de Mello que as autoridades reuniram um pequeno grupo de oficiais para “com base nas ordens e decretos dos Estados da Província de Holanda, fizessem excertos daquilo que fosse útil à manutenção da justiça e da ordem civil, especialmente em

³¹⁵ Não encontrou-se, na bibliografia consultada, elementos ou informações que pudessem determinar se de fato houve algum costume português elevado ao status de lei estatutária, mas a simples possibilidade expressa para que isso pudesse acontecer já é elemento de valor para este estudo.

³¹⁶ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 210/211.

³¹⁷ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 211.

matéria de casamento (onde, segundo eles, se observava aqui grande desordem), acomodando a matéria à natureza e condições do país e submetessem a redação final à aprovação do Conde e do Conselho”³¹⁸.

No entanto, consta que em maio de 1642, a versão ainda não estava pronta. O que nos leva a crer que os escabinos portugueses pouco sabiam acerca do direito que deveriam aplicar nos casos com que lidavam diariamente e provavelmente acabavam por aplicar seu próprio direito enquanto, aos poucos, absorviam questões e conceitos do direito das Províncias Unidas.

Durante essa segunda fase do domínio holandês do Brasil, ocorreu a Assembleia Geral de 1640, já citada algumas vezes no decorrer do trabalho, que consiste em uma das peculiaridades da administração holandesa. Ali, a partir do dia 1 de setembro, no Palácio de Vrijburg, se reuniram “moradores eleitos representantes das capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba”³¹⁹.

A Assembleia deveria ser composta pelos membros das câmaras de escabinos e moradores locais da freguesia, totalizando 55 membros, todos portugueses, a exceção de Nassau e do Alto Governo que a presidiam, dentre os mais nobres³²⁰:

O príncipe, julgando-se livre de qualquer futura veleidade de levantamento por parte dos Portuguezes, e com o intuito de congraçar a raça vencida, julgou a ocasião azada para formar corte, reunindo os representantes daquele povo em torno de si e do Supremo Conselho, afim de deliberarem em comum sobre os negócios públicos. Convocou pois uma assembleia geral dos povos conquistados, a qual se comporia de delegados das Câmaras de Escabinos representantes eleitos pelos moradores portugueses dos respectivos districtos³²¹.

Nas atas da reunião pode-se perceber que haviam representantes de 5 jurisdições: 26 para Maurícia, 6 para a Parahyba, 6 para Itamaracá, 6 para Iguarassu, 6 para Porto Calvo e 5 para Serinhaém.

Como bem ressalta Pedro Souto Maior, estava ali reunida a elite da população portuguesa³²², o que permite questionamentos acerca dos interesses ali defendidos, que, certamente, não seriam os da população em geral. Os próprios

³¹⁸ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 25.

³¹⁹ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil 1624-1654**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 166.

³²⁰ CALADO, M. **O Valeroso Lucideno**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

³²¹ SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 46.

³²² SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 47.

escabinos eram membros de uma seleta elite, peneirada em um sistema de eleição de duas fases, o que fazia com que os eleitorados e, conseqüentemente, as câmaras, via de regra fossem constituídos por senhores de engenho e lavradores de cana.

Cada jurisdição apresentou suas propostas e reclamações para o governo holandês, participando ativamente, o que permite uma boa visão da situação popular e administrativa da época. Jose Hygino Duarte Pereira chega a afirmar que:

Este documento se recomenda ainda ao nosso estudo, por ser talvez o que nos dê a ideia mais ajustada da situação do Brasil holandês em 1640. Ahi se acham indicados todos os males que padecia o corpo social e os remédios que, a juízo dos conquistados e dos conquistadores, se lhes devia oppor. As propostas da Assembléia versam sobre o culto, a administra caí da justiça, a policia, assumptos econômicos, e especialmente sobre a administração local³²³.

Em um primeiro momento da Assembleia, coube ao Alto Governo expor as propostas forjadas pelos holandeses para a colônia, para serem aprovadas por unanimidade pelos representantes das jurisdições³²⁴. São, no total, 5 propostas, que, muito embora afirmem ser “todas tendentes ao bem da República e proveito dos moradores do Brazil”³²⁵, permitem perceber que visam claramente pacificar as relações com os portugueses.

Em um segundo momento, cada jurisdição teve a oportunidade de expor seus requerimentos e motivos para aprovação por parte do Alto Governo.

Com propostas que iam da contenção de soldados indisciplinados, “que ora vão as casas, e, a pretexto de pedir comida, tomam tudo, maltratam e fazem grandes vexames aos moradores”³²⁶ até a cobrança de impostos e taxas, passando por questões de liberdade religiosa, foi também determinante para a questão da justiça.

O Alto Governo, por exemplo, adiantando-se as reclamações acerca da postura dos escoltetos, propõe que os escabinos sejam obrigados a fazer um livro contendo tudo aquilo que vier a ocorrer em suas jurisdições, anotando também a culpa dos escoltetos e dos oficiais da milícia nos acontecimentos, declarando injustiças, roubos, violações das Instruções, todos os casos de morte, por onde os

³²³ PEREIRA, J. H. D. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 35.

³²⁴ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 179.

³²⁵ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 179.

³²⁶ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 193.

culpados mereçam ser punidos com penas graves e até mesmo pena de morte. A cada três meses o livro, que contava com fé pública, era levado ao Alto Conselho que o analisara e por meio das coisas ali escritas, puniam os culpados. Se algum escolteto, secretário ou outro oficial fosse julgado culpado de algo no Livro, perderia imediatamente seu emprego. Todas as jurisdições acataram essa proposta sem nenhuma observação³²⁷.

Algumas câmaras fazem um pedido expresso para que se escolha um procurador português para as câmaras, em que pese isso já ter sido deliberado e aprovado na primeira parte da Assembleia, e tratado nesta dissertação, dentre elas Maurícia e Igarassu. Ressaltam os delegados das câmaras que sua função seria a de “intérprete ao povo”^{328 - 329}, o que evidencia a grande barreira linguística enfrentada na época, além das diferenças entre o direito aplicado pelos portugueses e pelos holandeses em si.

A quarta sugestão feita pelo Alto Governo traz informações que nos fazem repensar a ideia muito repassada de que os holandeses eram aclamados e amados pelo povo brasileiro. Inicialmente, os holandeses assumem a pouca afeição – “*não diremos ódio*”³³⁰ – que tem dos portugueses devido aos muito danos causados pela guerra. Logo após, afirmam que tais temores são infundados e só podem causar mal aos moradores portugueses e a todos, pois “a nossa disposição para com os de vossa nação portuguesa, pelo contrário, é tal que desejamos tirar-lhes toda ocasião de damno, e fazer-lhes todo o bem, afim de que se unam connosco, e nos congrademos mutuamente, de modo que possamos reconhecer-nos por um só povo”³³¹.

A proposta em si trata da implantação de, em cada distrito ou freguesia, inquiridores ou espias, os quais teriam a função de fiscalizar e dar conhecimento aos holandeses de todo comércio. Em caso de desobediência das ordens emanadas do governo flamengo, trazida a seu conhecimento por informação fidedigna, más práticas, encoberta dos inimigos ou demonstrações de desafeto aos batavos, a pena seria o banimento das terras com todos os seus bens, sem nem ao menos dar-lhes

³²⁷ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 222.

³²⁸ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 224.

³²⁹ A resposta dos holandeses foi de que a proposta seria encaminhada a Assembleia dos XIX para deliberação. Não se sabe o que daí decorreu.

³³⁰ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 197.

³³¹ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 198.

possibilidade de defesa: “essas pessoas banidas nunca mais voltarão a este Estado, e desde agora as declaramos inábeis para habitarem conosco”³³².

Pedro Souto Maior chama tal proposta de Lei dos Suspeitos, vez que dava ao governo poderes discricionários³³³. Mais uma vez, somente os representantes da câmara de Maurícia apresentam objeções, pedindo que se conceda, então, um perdão geral a todos os aliados e se acharem ausentes, qualquer que seja sua nacionalidade, para os crimes cometidos até o dia em questão. Pedem também que as informações quanto a futuras desobediências sejam tomadas por pessoas da mesma nação, tementes a Deus e dignas de credito, que os banidos tenham tempo para vender seus bens e sejam enviados a Holanda³³⁴.

O perdão geral é concedido pelo Alto Governo, qualquer que tenha sido o crime praticado, desde que os culpados se apresentem a câmara mais próxima dentro de 3 meses da publicação do perdão. No entanto, excetuam aqueles que se encontrassem na Bahia e aqueles que depois da publicação continuassem com os levantes e as pilhagens. Com as demais requisições feitas, o Conde e os altos conselheiros concordam integralmente. Questão do perdão que remete ao uso, por parte do soberano ou do governo no Antigo Regime, dos instrumentos de graça, comuns na época, tratados na parte inicial do trabalho.

Pode-se perceber pela análise das propostas iniciais que os portugueses conviviam com a hostilidade de seus governantes e com os excessos de sua polícia, muito embora de acordo com o senso comum os holandeses fossem governantes extremamente tolerantes e civilizados. Mas, ainda assim, tinham certo poder perante o governo que enfrentavam, talvez pelo seu número, pela sua ainda grande influência, pelas possibilidades que traziam aos holandeses de pacificação e pela sua importância para a economia e o comércio. Sua presença nas câmaras permaneceu após a invasão, ainda que com a criação do novo cargo de escabino. Com certeza houve algum interesse estratégico dos holandeses nessa manobra, pois conseguiam acalmar as elites, mantendo parte de seus privilégios e prestígio, e, consequentemente, acalmar a população geral, que obedeceria mais facilmente aos seus próprios semelhantes e se sentiriam representados no governo, possibilitando a manutenção da estabilidade na colônia.

³³² ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 199.

³³³ SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 48.

³³⁴ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 199/200.

Tem-se também a impressão de que os portugueses não se resignaram ao poderio e as ordens dos holandeses, simplesmente. Eles buscaram assegurar seu lugar ao sol, garantindo alguma forma de barganha. Isso também se engrandece pela pouca prática dos holandeses no manuseio dos aparatos dos engenhos, que com isso mantiveram-se nas mãos dos portugueses. Ainda, na oportunidade que lhes foi dada, fizeram também pedidos relativos a obtenção de cargos mais elevados nas câmaras e tribunais.

Deve-se ressaltar que a Assembleia não parece ser ato puramente democrático e de boa vontade dos holandeses para com os portugueses na colônia. Acredita-se que “a intenção real e oculta era outra”³³⁵: os batavos buscavam uma aliança, buscavam apaziguar as reclamações lusas para evitar levantes.

Para Boxer, a Assembleia foi uma tentativa de conter a corrupção e os abusos que se praticavam ainda depois de 1636, com a chegada do Conde e maiores esforços em organizar a colônia³³⁶. Acredita-se, no entanto, que os motivos da convocação da Assembleia não sejam altruístas com relação aos portugueses, mas sim algo relacionado com a famosa política da boa vizinhança e uma possibilidade de aumentar a estima dos holandeses no Brasil, o que poderia até mesmo evitar possíveis levantes.

Nesse sentido, no discurso de abertura da Assembleia, Nassau expõe os motivos que levaram a convocação da reunião, deixando claro que buscam a afeição dos portugueses:

[...] o fim da mesma guerra tem deixado nesse Estado alguns abusos, costumes insólitos, opressivas insolências, levantamento de ladrões, desordens de soldados, desobediência dos moradores, o que tudo supomos tirar a sua principal origem da pouca afeição que os portuguezes tem para com os neerlandezes, e querendo nos, pelo contrario, patentear a estima que lhes temos, havendo resolvido convocar esta reunião e assembleia dos principaes do povo para tratarmos convosco das dificuldades que, segundo vemos, a Republica sofre, e provel-as dos remédios mais eficazes com aprovação e aprazimento vosso, na qual matéria cada um de vos (quando foi interrogado) ha de advertir aquillo que o Senhor Deus lhe inspirar, procedendo e respondendo no temor do Senhor, com dedicação à Republica, e amor a Suas Altas Potencias os Snrs. Estados Geraes, à Sua Alteza, à Ilustre Companhia, a S. Excellencia e ao Conselho Supremo e Secreto, que em todos os tempos tem mostrado a sua muita afeição para convosco, e desejam por ultimo dar-lhe effectividade e tornal-a patente nesta Assembleia Geral, que para este fim fizeram reunir³³⁷.

³³⁵ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 302.

³³⁶ BOXER, C. R. **Os holandeses no Brasil 1624-1654**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1961 (Brasiliense, v.312), p. 166.

³³⁷ ACTAS da Assembleia Geral. In: **RIAP**, n. 31, Recife, 1886, p. 178.

Em relatório enviado ao Conselho dos XIX, os altos conselheiros afirmam expressamente que a Assembleia foi convocada como medida para tentar evitar represálias pelo incêndio dos engenhos da Bahia, ocorrido em maio e junho de 1640, provocado pelos holandeses:

Para resguardar este Estado, para que Vossas Nobrezas não focassem sem suas rendas e os habitantes sem o lucro de seu trabalho, e também para nos prevenirmos contra isso, convocamos, no fim de agosto, uma assembléia geral ou dieta, de alguns portugueses mais importantes das três capitanias de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba, para induzi-los àquilo, porque a defesa contra tal destruição e desastre em grande parte consistia na animação e inclinação dos habitantes portugueses em nosso favor, sem os quais nada podia ser feito. Para não mostrar-lhes tão claramente a nossa necessidade, outros assuntos foram incluídos na pauta³³⁸.

Afirmam ainda que

foi nos dada a esperança de que os moradores portugueses, percebendo o verdadeiro interesse que tínhamos pela sua prosperidade e oferecendo-lhes toda a necessária assistência para que ela fosse mantida, sobretudo agora que toda a expectativa da Armada espanhola se tinha desvanecido, haveria grande possibilidade de atrai-los a uma resolução em comum conosco, pois não viam a sua frente outro caminho para alcançar a posse pacífica dos seus bens e haveres³³⁹.

Conclui-se, com isso, que os portugueses tinham grande poder sobre os holandeses, justamente por que estes buscavam apaziguar a situação como forma de manter a hegemonia. Em certos momentos, houve mais escabinos portugueses do que holandeses por câmara e o que se percebe é uma adaptação dos holandeses aos portugueses maior do que o contrário. Exemplo emblemático disso é que os holandeses, muitas vezes, esforçavam-se em aprender português, quando a recíproca nem sempre era verdadeira.

3.3. A RESTAURAÇÃO, A INSTRUÇÃO DE 1645 E A QUESTÃO DOS ÍNDIOS

³³⁸ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 302.

³³⁹ MELLO, J. A. G. de. **FHBH**. v. II, 2 ed. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, p. 303.

Em 6 de maio de 1644, O Conde Nassau deixou o Brasil. Acredita a bibliografia recente que seu prazo como governador não foi prorrogado a contento³⁴⁰ devido a divergências suas com a WIC³⁴¹. Isso ocorria principalmente por que Nassau buscava a estabilidade da conquista e acreditava que isso só seria possível levando em consideração a comunidade, acuada por dívidas e antagonismos religiosos: “A Companhia buscava objetivos mercantis de curto prazo, enquanto Nassau considerava primordial encontrar uma conciliação entre os luso-brasileiros e a Companhia”³⁴².

Depois da partida de Nassau, a Instrução de 1636 tornou-se, em partes, ultrapassada, pois seu cargo não passou a ser preenchido por outro holandês, mas simplesmente deixou de existir. Por esse motivo, em 1645 os Estados Gerais aprovaram uma nova Instrução para servir de Regimento nas terras brasileiras sob domínio holandês. No entanto, a única grande mudança trazida pela nova legislação é uma diferente composição para o Alto Governo, que passa a ser formado por um presidente e cinco conselheiros³⁴³.

No mais, o Novo Regimento de 1645³⁴⁴ não traz modificações e inclusive afirma que, naquilo que não foi expressamente modificado, deve-se continuar a usar a Instrução de 1636³⁴⁵. No entanto, o que se percebe é a gradativa retomada das câmaras de vereadores nos moldes portugueses, que voltaram a funcionar logo após o início do levante português em 1645:

[...] é possível identificar nas diversas cartas e representações das Câmaras portuguesas de Pernambuco e demais capitanias do norte do Estado do Brasil – reativadas logo após o início do levante em 1645 – enviadas ao Rei D. João IV, diferentes assuntos relacionados a guerra contra os neerlandeses. Nesses documentos, que muitas vezes estão assinados por outros membros da elite local que não apenas os vereadores e juizes ordinários, os oficiais das Câmaras tratam de assuntos relacionados a reivindicação de cargos e ofícios para os moradores da terra, pedidos de reforços marítimos para a guerra e de isenção de

³⁴⁰ O prazo de seu governo foi, no entanto, prorrogado uma vez.

³⁴¹ MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 311/327.

³⁴² VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 386.

³⁴³ “*Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compangie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelve haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de Approbatie van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645*”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264, art. I. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

³⁴⁴ A versão traduzida dos artigos aqui utilizados encontra-se disponível no anexo II.

³⁴⁵ INSTRUÇÃO de 1645, art. XVI.

impostos, queixas do miserável estado em que se achavam os moradores, e pedidos de socorro de alimentos, armamentos, munições e gente de guerra³⁴⁶.

Praticamente todas as câmaras de vereadores existentes antes da invasão holandesa foram reestabelecidas após o levante. Não há maiores informações sobre como as duas espécies de câmaras conviviam, mas, pela presença do particularismo tão característico das sociedades de Antigo Regime, acredita-se que os vereadores atendiam aos casos portugueses, enquanto que os escabinos atendiam aos holandeses, restando aos últimos também as questões de utilidade pública, já que respondiam diretamente ao governo instaurado.

Wätjen vai além e relata que as câmaras de escabinos perderam completamente a importância após 1645, embora não tenham deixado de existir imediatamente: “no tempo da Revolução, os Collégios de Escabinos rapidamente se destruíram em consequência da atitude irreconciliável de oposição entre Holandeses e Portuguezes, - e mesmo a Corte de Escabinos da cidade Maurícia, depois de 1645, perdera inteiramente sua importância”³⁴⁷.

Sabe-se, no entanto, que o governo desse período de restauração foi bastante corrupto. O famoso panfleto “A bolsa do Brasil”, impresso na Holanda, discorre acerca da aplicação do dinheiro dos acionistas da Companhia das Índias Ocidentais: “Os membros deste governo, desde o princípio até o presente, não tem atendido a mais do que a encher os bolsos, servindo-se para este fim de todos os meios [...]. Não há um conselheiro de fazenda que não se apresente cada dia com um novo vestido, cada qual mais custoso”³⁴⁸.

Após a partida de Nassau, ganha força a conjura luso-brasileira. O levante e a insurreição tomam forma e ganham força, até que em 1654, após uma guerra de insurreição, o cerco de Recife e a batalha dos Guararapes, os holandeses partem das terras brasileiras.

Importante fato sucedido durante essa última fase da dominação holandesa é uma Assembleia de Índios, em 1645. Por meio da análise de suas atas, irá

³⁴⁶ LUCIANI, F. T. *Munícipes e Escabinos: Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)*. 2007. 181 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. p. 141.

³⁴⁷ WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938, (Brasiliana, v.123), p. 307.

³⁴⁸ MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010, p. 334/335.

proceder-se uma breve análise da condição indígena em meio a organização política, jurídica e administrativa do período.

Em 30 de março de 1645 haviam sido apresentadas propostas das tribos para o Conselho, todas posteriormente aprovadas. Dentre essas, a questão da proteção da liberdade dos nativos e até mesmo de fusão de aldeias, o que demonstra a grande influência holandesa com os brasileiros, já que conseguiam interferir em assuntos internos e de conflito entre tribos. Ainda mais interessante é a questão da formação de três câmaras de escabinos no território indígena, requisitada pelos seus líderes e aprovada pelo Conselho de forma a subordinar as aldeias de um território a sua câmara correspondente:

Para melhor comodidade da nossa nação e do governo solicitamos humildemente a V. E. Para fundar três câmaras, a saber:
Que nesta capitania seja aldeia Tapeçirica sede de uma, sob cuja jurisdição ficarão Tapeçirica, Tapucurama, Carace, Miagogy, Urutaquarum, S. Miguel e Nassau.
A segunda Câmara, a da capitania da Parahyba terá a sua sede na aldeia Maurícia, tendo sob sua jurisdição as aldeias Maurícia, Miarigeriba, Pontado Goaragoasu e Tapua.
A terceira Câmara, a da capitania do Rio Grande terá a sua sede na aldeia Orange tendo sob sua jurisdição as aldeias Pirapi, Jaragoa e Bopeba³⁴⁹.

De acordo com segunda parte da ata em questão, datada de 11 de abril de 1645, compareceram à Assembleia 144 índios, de forma que 3 foram eleitos regedores e 33 foram eleitos escabinos de três câmaras unicamente indígenas, havendo ainda a eleição de um escolteto.

Não foram encontradas informações acerca das fontes de direito que deveriam ser utilizadas em tais instituições, mas acredita-se que, na baila do que aconteceu com as câmaras de vereadores portuguesas convertidas em câmaras de escabinos, formalmente se exigiria o uso do direito holandês e do direito comum, mas, na prática, costumes e usos locais seriam aceitos e incorporados.

Pedro Souto Maior trata da relação entre holandeses e indígenas e lista motivos pelos quais estes últimos haveriam de preferir os batavos aos portugueses, o que pode-se resumir em “com os primeiros gozavam de muito mais liberdade e regalias do que os últimos”³⁵⁰. Para o autor, os nativos foram difamados pelos portugueses, que os apresentavam como ferozes e sanguinários, quando, em

³⁴⁹ SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 160-172.

³⁵⁰ SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 160.

realidade, foram os próprios lusos que oprimiram as tribos nativas “roubando-lhes as filhas e mulheres para deshonra-las, escravizando-os a torto e a direito e matando-os como feras. [...] os invasores começaram a considerar os aborígenes como escravos; e não se contentaram em lhes tomar as terras, mas cometeram muitas atrocidades contra eles”³⁵¹.

Devido a tais medidas portuguesas, os nativos brasileiros buscavam alianças com outros invasores para que pudessem juntos conseguir êxito na expulsão do inimigo em comum, caso dos holandeses. Os batavos aproveitaram-se da aliança, fazendo dela um trunfo na guerra contra os portugueses e explorando-a da melhor forma possível como jogada diplomática: levaram alguns índios para aprender holandês e costumes europeus na Holanda antes mesmo da invasão ao Brasil ser bem sucedida, empregavam nas aldeias ministros e educadores que falassem tupi e permitiam aos índios participar da organização administrativa da região por meio de câmaras de escabinos nas aldeias.

Deve-se ressaltar que a liberdade dos índios na escolha de seus representantes nas câmaras era ainda maior do que a das demais, já que não necessitava da autorização dos *Heeren* XIX, sendo a eleição dos nomes dos futuros oficiais realizada antes mesmo da aprovação dos diretores da Companhia.

Isso fortalece a visão dos povos indígenas como agentes históricos ativos, que estabeleceram complexas relações burocráticas com as elites, revelando um equilíbrio de forças, que ora pendia para os nativos, ora para as elites colonial e metropolitana³⁵².

A questão também engrandece os argumentos a favor da circularidade da cultura jurídica no período, não restando dúvida alguma de que os povos influenciaram uns aos outros reciprocamente.

Lodewijk Hulsman discorre acerca da Assembleia e acredita que após a reunião “os brasileiros voltaram para suas vilas depois de receber tarifas, tecido e dinheiro para si mesmos e seus vinte capitães”, sendo que depois de alguns meses Antonio Paraupaba, eleito capitão do Rio Grande, pronunciou-se acerca do fim da escravidão dos indígenas, medida que provou-se bastante impopular com os portugueses. Houve, com isso, a erupção de grandes hostilidades e até mesmo

³⁵¹ SOUTO MAIOR, P. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913, p. 143-144.

³⁵² ELIAS, J. L. Um documento quase inédito: participação dos povos indígenas na burocracia colonial. IN: **Revista Clio Arqueologica**, UFPE, 2002, N15.

retaliação por parte dos portugueses, que resultou em massacres, mortes e somou na conjuntura que levou a restauração portuguesa³⁵³.

³⁵³ HULSMAN, L. **Brazilian Indians in the Dutch Republic**: the remonstrances of antonio paraupaba to the states general in 1654 and 1656. Itinerario 29/1, 2005.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após uma análise das instituições jurídicas do período, conclui-se que o sistema holandês não foi aplicado de forma pura, em quaisquer momentos da dominação holandesa do Brasil. Não apenas por que seria complicado falar de um sistema único nas Províncias Unidas, mas também por que, mesmo durante a vigência da Instrução de 1636 e o auge do poderio holandês, o que se percebe é uma mistura de institutos neerlandeses e portugueses, evidenciando a circularidade da cultura jurídica no período. Enquanto em alguns momentos prevaleciam as influências batavas, não se pode negar que os costumes portugueses permaneceram arraigados a sociedade e em sua organização política, jurídica e administrativa.

Mesmo a divisão político-administrativa dos territórios feita pelos portugueses foi aproveitada pelos holandeses, já que, na maioria dos casos, uma câmara de escabinos apenas substituiu uma antiga câmara de vereadores que existia no mesmo local antes da invasão flamenga. Nesse sentido, observa a bibliografia que tal movimento é ainda mais reforçado com a análise das datas de criação das câmaras de escabinos

[...] já que as primeira câmaras criadas são aquelas que vieram a substituir imediatamente as câmaras portuguesas, como Olinda, Serinhaém, Igarassu, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande (todas criadas em 1637), as seguintes são aquelas cujas jurisdições haviam sido estabelecidas sob a soberania portuguesa, mas cujas câmaras não estavam representadas, como Porto Calvo, Alagoas (ambas criadas em 1638) e São Francisco (1639). A última câmara de escabinos criada, alterando a organização territorial estabelecida pelos portugueses, é a da Vila de Santo Antônio do Cabo (1642)³⁵⁴.

Vale ressaltar, ainda, que a própria utilização do vocabulário “câmaras” é uma clara demonstração da influência portuguesa, afinal é uma instituição tipicamente ibérica como destaca Raphael Bluteau em seu dicionário³⁵⁵. Como nas Províncias Unidas as instituições equivalentes eram sempre chamadas de conselhos ou colégios, pode-se perceber que a estrutura introduzida pelos batavos não foi

³⁵⁴ LUCIANI, F. T. **Municípios e Escabinos: Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654)**. 2007. 181 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. p. 99.

³⁵⁵ BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v.

simplesmente transplantada da República, mas muito mais provavelmente uma forma absorvida pelos batavos, de forma que os holandeses apenas lhes deram contornos adequados aquilo que vivenciavam na sua própria pátria. Enquanto que os escabinos vieram da Holanda, a ideia de câmara foi trazida de Portugal, resultando em uma amalgama de institutos e interculturalidade.

É importante lembrar que as Províncias Unidas eram um país novo, recente, ainda sem toda a tradição que permeava Portugal e sua monarquia. Ademais, os Estados Gerais vieram substituir o lugar simbólico de uma monarquia falida na Holanda, ladeados pela WIC nas colônias. No entanto, não conseguiram total êxito em sua tarefa. A WIC era uma empresa e tinha objetivos coerentes com esse status, que não podiam competir com a tradição da monarquia lusa e sua influência nos cidadãos, adjetivos que também faltavam aos Estados Gerais.

Tendo em mente esse caráter empresarial da WIC, uma de suas facetas, a influência que os portugueses exerciam na economia e sua relação com grande poder exercido pelos portugueses no governo holandês do Brasil fica mais evidente. Acredita-se que, em sua maioria, os holandeses não conseguiram dominar a arte da fabricação do açúcar e do manuseio dos engenhos³⁵⁶. Como sua empreitada no Brasil tinha também como finalidade o lucro, ponto nuclear para a Companhia, e este se daria principalmente pelo comércio do açúcar, os holandeses se encontraram bastante dependentes dos portugueses, que se viram, assim, com grande poder de barganha para tentar galgar cargos e privilégios.

As câmaras surgiram como contraponto a essa força portuguesa, quebrando um pouco de seu poder e autoridade³⁵⁷. Ainda assim, os portugueses tinham certa influência ali, o que não é de todo questionável, já que figuravam como partes na maioria dos casos, pois constituíam a maior parte da população.

Quanto ao Direito, o conjunto de regras e regulamentos a ser utilizado nas câmaras e conselhos não poderia ser mais impreciso, o que se aproxima bastante da lógica do Antigo Regime, em que o pluralismo jurídico é que era a regra. No

³⁵⁶ “A todo momento surgem da documentação provas de que, apesar de submetidos, os brasileiros e portugueses dos engenhos dominaram a vida rural do Brasil holandês. (...) Pode-se afirmar, também, que todo o vocabulário português referente a lavoura canavieira e outras lavouras e a fabricação do açúcar, permaneceu dominando a língua dos conquistadores” (MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Dep. de Cultura, 1979, p. 135).

³⁵⁷ MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, Dep. de Cultura, 1979, p. 136.

Brasil holandês utilizavam-se regulamentos holandeses, portugueses, e até mesmo permitia-se que os indígenas aplicassem suas próprias fórmulas. Tal pluralidade resultava em riqueza cultural e jurídica, de forma a aproximar o direito da população.

A presente pesquisa, do qual este trabalho é resultado, trouxe mais questionamentos do que respostas. Há ainda muitas lacunas a serem preenchidas, muitas dúvidas sem resposta. Como conviviam os diferentes direitos em uma mesma câmara? Como conviviam diferentes formatos de câmara em uma mesma organização administrativa e jurídica? Como funcionavam as câmaras dos escabinos indígenas? Quais influências do direito holandês permaneceram no Brasil após sua partida? Perguntas sem dúvida instigantes, que levarão a pesquisa para a frente e a outros patamares.

Não há dúvidas, no entanto, de que o período foi rico em trocas. Trocas de cultura, não apenas aquela jurídica, mas também desta, que resultaram em instituições tão características e tão especiais quanto as câmaras de escabinos, parte holandesas e parte portuguesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**: Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARLEUS, G. **História dos feitos recentes praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau (1647)**. (tradução) São Paulo, Edusp, 1974.

BICALHO, M. F.; FERLINI, V. L. A. (Orgs.). **Modos de governar**: ideias e práticas políticas no Império Português - séculos XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005. p. 91-105.

BICALHO, M. F. B. **Conquista, mercês e poder local**: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. Almanack Braziliense, [S.l.], n. 2, p. 21-34, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/alb/article/view/11616>>. Acesso em: 23/11/2015.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus

BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português (1415/1825)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2002

_____. **Os holandeses no Brasil, 1624-1654**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1961. (Brasiliana, v. 312)

CALADO, M. **O Valeroso Lucideno**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil. [2aed.integral segundo o apógrafo de Leiden, aumentada por José Antonio Gonsalves de Mello.] Recife, Imprensa Universitária, 1966.

Documentos Holandeses. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.

EBERT, C. **Between Empires**: Brazilian Sugar in the Early Atlantic Economy (1550-1630). Leiden: Brill Academic Publishers, 2008

ELIAS, J. L. Um documento quase inédito: participação dos povos indígenas na burocracia colonial. IN: **Revista Clio Arqueologica**, UFPE, 2002, N15.

FAORO, R. **Os Donos do Poder** – Formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre: Editora Globo, 1977

FONSECA, R. M. Vias da Modernização Jurídica Brasileira: a cultura jurídica e o perfil dos juristas do século XIX. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, vol. 8, 2008 (julho a dezembro).

GALINDO, M. (org.). **Viver e Morrer no Brasil Holandês**. Recife, Massangana, 2005.

GALINDO, M. e LODEWIJK, H. (org.). **Guia de fontes para a história do Brasil Holandês**: acervos de manuscritos em arquivos holandeses. Brasília / Recife, MinC / Massangana, 2001.

HESPANHA, A. M. **As Vésperas do Leviathan**: Instituições e Poder Político - Portugal - Séc. XVII. São Paulo: Almedina, 1994.

_____. **Cultura Jurídica Europeia**: síntese de um milênio. Coimbra: Almedina, 2012.

_____. **Poder e instituições na Europa do Antigo Regime**: coletânea de textos. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

HULSMAN, L. **Brazilian Indians in the Dutch Republic**: the remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1656. Leiden: Grafaria, 2005.

PEREIRA, José Higino. “Relatório sobre as pesquisas realizadas em Holanda”. RIAP, 30, 1886, p.7-110.

HULSMAN, L. **Guia para o estudo das Atas Diárias do Alto Conselho da Companhia das Índias Ocidentais no Recife (1635-1654)**. IN: Monumenta Hyginia. Recife, 2005.

ISRAEL, J. I. **The Dutch Republic**: its rise, greatness and fall, 1477-1806. Oxford. Claradon Press, 1995

LAET, J. de. **Historia ou Annaes dos feitos da Companhia Privilegiada das Indias Occidentaes, desde o seu começo até ao fim do anno de 1636**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916, Vol. 1,

LARA, S. H. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007,

LESAFFER, R. C. H. A short legal history of the Netherlands. IN: TAEKEMA, H. S. (Ed.). **Understanding Dutch Law**. Den Haag: Boom Juridische Uitgevers, 2004

LUCIANI, F. T. **Munícipes e Escabinos**: Poder local e guerra de restauração no Brasil Holandês (1630-1654). 2007. 181 f. Dissertação (mestrado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

“Machadão do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil entre Kees Jansx Schott, recém-chegado d’ aquelle país, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também alli estece com aquelle. Ano de Nosso Senhor de 1647.” RIAP, vol.8, n.72 (1908), p.125-170.

MAIOR, P. S. **Fastos Pernambucanos**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913

MATTOSO, J. (org). **História de Portugal**: Alvorecer da Modernidade, vol. 3. Lisboa: Estampa, 1993.

MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal**: O Antigo Regime, vol. 4. Lisboa: Estampa, 1997.

MELLO, E. C. de (Org.). **O Brasil Holandês**. São Paulo: Penguin Classics, 2010

MELLO, E. C. de. **O Negócio do Brasil**: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste. 3ª edição revista. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2003,

MELLO, J. A. G. de. **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a economia açucareira, vol. I. Recife: CEPE, 2004.

_____. **Fontes para a História do Brasil Holandês**: a administração da conquista, v. II. Recife: Secretaria da Cultura, 1985.

_____. **Tempo dos Flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. 2. ed. (2. tiragem). Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979

MEUWESE, M. **For the Peace and well-being of the country**: intercultural mediators and dutch-indian relations in New Netherland and Dutch Brazil (1600-1664). 2003. Tese (Doutorado em Filosofia) – Graduate Program in History, University of Notre Dame, Indiana, 2003.

MOERBEECK, J. A. **Motivos porque a companhia das Índias Ocidentais deve tirar ao Rei de Espanha as terras de Portugal (1624)**. Disponível em: <http://www.s4ulanguages.com/wic.html>. Acesso em maio/2013.

NEME, M. **Fórmulas políticas no Brasil holandês**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro: Ed. Univ. S. Paulo, 1971

NETSCHER, P. M. **Os holandeses no Brasil**: notícia histórica dos Países-Baixos e do Brasil no século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1942 (Brasiliana, v.220),

NIEROP, H. F. van. **The nobility of Holland**: from knights to regents, 1500-1650. London: Cambridge University Press, 1993,

NIEUHOFF, J. **Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil**. São Paulo: Liv. Martins, [1942].

PEREIRA, L. F. L. A circularidade da cultura jurídica: notas sobre o conceito e sobre o método. In: FONSECA, Ricardo Marcelo (org.). **Nova história brasileira do direito**: ferramentas e artesanias. Curitiba: Juruá, 2012.

_____. **O império português**: a centralidade do concelho e da cidade, espaço da cultura jurídica. Artigo. 2012.

_____. Súditos d'El Rey na América portuguesa: Monarquia corporativa, virtudes cristãs e ação judicial na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 452, p. 51-86, 2011.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**: colônia. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1965.

RAADSCHELDERS, J. C. N; TOONEN, A. J. **Waterschappen in Nederland**: een bestuurskundige verkenning van de institutionele ontwikkeling. 1ª Ed. Hilversum: Verloren, 1993.

RODRIGUES, J. H. **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1949.

ROWEN, H. H. **The Low Countries in Early Modern Times**: A Documentary History. New York: Harper & Row, 1972.

RUSSEL, P; RUSSEL, R. Qua patet orbis: het rooms-Hollands Recht in Nederlands Brazilië (1630-1654). Russel Advocaten Publicatie. Disponível em: <https://www.russell.nl/publicatie/Qua-patet-orbis-Het-Rooms-Hollands-recht-in-Nederlands-Brazili-1630-1654-2010-10-29>. Acesso em: 07/05/2014.

SALGADO, G. (Org.). **Fiscais e meirinhos**: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SCHALKWIJK, F. P. **Igreja e Estado no Brasil Holandês (1630-1654)**. São Paulo: Edições Vida Nova, 1989

SCHILTKAMP, J. A. On Common Ground – Legislation, Government, Jurisprudence, and Law in the Dutch West Indian Colonies: the Order of Government of 1629. IN: **HalveMaen**, vol, LXX, n 4.

SCHWARTZ, S. **Burocracia e sociedade no Brasil Colonial**: a Suprema Corte da Bahia e seus Juizes: 1609-1751. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes** (tradução). Bauru, Edusc, 2001.

SEELAENDER, A. A Polícia e as Funções do Estado: notas sobre a polícia do antigo regime. **Revista da Faculdade de Direito** - UFPR, Curitiba, n.49, p.73-87, 2009.

TEMPLE, W. **Observations upon the United Provinces of the Netherlands**. Londres: 1705. Disponível em: <https://archive.org/details/observationsupo00tempgoog>. Acesso em 30/08/2014.

VAINFAS, R. (Org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das Lutas com os Holandeses no Brasil**. Salvador, Progresso Editora, 1955.

VERMEIR, R. **De geheime raad in de Habsburgse Nederland**. Disponível em: <http://www.dutchrevolt.leiden.edu/dutch/begrippen/Pages/staatsinrichting-Geheime%20Raad.aspx>. Acesso em: 20/01/2015/

WÄTJEN, H. **O domínio colonial holandês no Brasil**: um capítulo da história colonial do século XVII. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1938 (Brasiliana, v.123).

WEHLING, A.; WEHLING, M. J. **Direito e justiça no Brasil colonial**: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro (1751-1808). Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

WESSELS, J. W. **History of the Roman-Dutch Law**. Grahamstown: African Book Company, 1908.

FONTES IMPRESSAS

ACTAS da Assembleia Geral. RIAP 31 (1886), p. 173/217.

BARLEUS, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do ilustríssimo João Maurício conde de Nassau (1647)**. São Paulo: Edusp, 1974.

BREVE discurso sobre o estado das quatro capitânicas conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil, escrito por J. M. de Nassau, Adriaen van der Dussen e M. van Ceullen (1638). FHBH, vol. I, p. 77/129.

BREVE relação do estado de Pernambuco. Dedicada à Assembléia dos XIX. Por Auguste de Queren. Em Amsterdam (1640). FHBH, vol. II, p. 417/459.

CALADO, Manuel. **O Valeroso Lucideno e o Triunfo da Liberdade** (1648). Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

DESCRIÇÃO das capitânicas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba, e Rio Grande do Norte. Memória apresentada ao Conselho Político do Brasil por Adriaen Verdonck, em 20 de maio de 1630. Tradução de Alfredo de Carvalho, RIAP 55, 1901, p. 215/227.

DESCRIÇÃO geral da capitania da Paraíba, escrita por Elias Herckmans em 1639. FHBH, vol. II, p. 59/112.

DIÁLOGOS das Grandezas do Brasil. Recife: Imprensa Universitária, 1966.

DIÁRIO de Henrique Haecx (1645-1654). ABN, vol. 69, p. 36-159.

DOCUMENTOS holandeses. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e da Saúde Pública, 1945.

GENERALE Missive ao Conselho dos XIX, datada do Recife, 5 de março de 1639. IN: MELLO, J. A. G. de. **Tempo dos flamengos**: influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do Norte do Brasil. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1979, p. 65-67.

“Instructie, vande Ho: Mo: Heeren Staten Generael deser Vereenighde Nederlanden, voor de hooge ende lage Regieringe der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, naer de welcke voorts aen beleyt ende gederigeert zullen worden alle het bewint ende zaecken, met den aenkleven van dien, vervallende, ende noch voor te vallen inde geconquesteerde Capitanien, Steden, Forten ende Plaetsen in Brazijl, ende die noch naemaels geconquesteert zullen worden. In date den 23 Augusti 1636”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

“Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compagnie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelfe haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de Approbatie van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645”. In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

LAET, Johannes de. *História ou Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais ate 1636 (1644)*. ABN, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, vol 41-42, 1919-1920.

MOERBEECK, Jan Andries. **Redenen Waeromme de West-Indische Compagnie dient te trachten het Landt van Brasilia den Coninck van Spangien te ontmachtigen, en dat ten eersten (1624)**. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/02113200#page/1/mode/1up>

MACHADÃO do Brasil ou Diálogo sobre a decadência do Brasil entre Kees Jansx Schott, recém chegado d’aquela pais, e Jan Maet, caixeiro de negociante, que também ali esteve com aquele. Ano de Nosso Senhor de 1647. RIAP 72, 1908, p. 125/170.

NIEUHOFF, Johan. *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil (1682)*. São Paulo: Itatiaia: Edusp, 1981.

NOTAS do que se passou na minha viagem, desde 15 de dezembro de 1641 ate 24 de janeiro do ano seguinte de 1642, por A. Van Bullestrate. FHBH, vol. II, p. 147/197.

REGIMENTO das Praças Conquistadas ou que forem conquistadas nas Índias Ocidentais de 1629. (tradução). RIAP 31, 1886, p.289-310.

RELATÓRIO oficial sobre o estado das quatro capitanias conquistadas. RIAP, 34, 1887, p. 139/196.

RELATÓRIO sobre a capitania da Paraíba em 1635, pelo Sr. Servaes Carpentier; Conselheiro Político e Diretor da mesma capitania. FHBH, vol. II, p. 41/52.

RELATÓRIO sobre a conquista do Brasil por H. Hamel, Adriaen van Bullestrate e P. Jansen Bas (1646). FHBH, vol. II, p. 205/300.

RELATÓRIO sobre o estado das quatro capitanias conquistadas no Brasil; apresentado pelo Senhor Adriaen van der Dussen ao Conselho dos XIX na Câmara de Amsterdam, em 4 de abril de 1640. FHBH, vol. I, p. 137/232.

ANEXO I:
TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1636

INSTRUÇÃO DOS ALTOS E PODEROSOS SENHORES DOS ESTADOS GERAIS DOS PAÍSES BAIXOS PARA O ALTO E BAIXO GOVERNO PELA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS, A QUAL SERA LÍDER E GOVERNANTE, EM TUDO AQUILO QUE DISSER E QUE VENHA AINDA A DIZER RESPEITO AOS ASSUNTOS DAS CAPITANIAS, CIDADES, FORTES E LUGARES CONQUISTADOS E QUE AINDA VENHAM A SER CONQUISTADOS NO BRASIL. NA DATA DE 23 DE AGOSTO DE 1636³⁵⁸:

I - O Alto Governo nas terras do Brasil pela Companhia das Índias Ocidentais conquistadas, e ainda por conquistar, deverá consistir em um governador e em três altos e secretos conselheiros, escolhidos pelos XIX Senhores. A comissão dos Estados Gerais dos Países Baixos Unidos, Sua Excelência o Senhor Príncipe de Orange e a Companhia das Índias Ocidentais serão respeitados e os juramentos a eles que lhes sejam convenientes serão feitos.

II - o governador terá, ao lado do Conselho supracitado, o nome e a autoridade de Governador, Capitão e Almirante General sobre as terras já citadas e suas dependências, bem como exclusivamente todo o poder sobre a terra e o mar que lá a companhia já possui ou vier a possuir.

III - [o governador] deverá, nessa qualidade, presidir as reuniões do Alto e Secreto Conselho, e deverá ali consultar-se e decidir sobre todos os assuntos do governo público e que dele decorram ou a ele sejam referentes, sobre toda a exploração de terra e água, construção de novos fortes, estabelecimento e deslocamento de tropas, exportação daquilo que foi produzido por eles mesmos ou por outros, sentenciar aquilo que exige uma decisão conjunta, posicionar Comandantes acerca de locais e fortalezas particulares, e em caso de empate deverá ter voto duplo.

X: [o governador] pode finalmente fazer tudo aquilo que um Governador, Capitão e Almirante General está acostumado a fazer e aquilo que é esperado que faça.

³⁵⁸ *"Instructie, vande Ho: Mo: Heeren Staten Generael deser Vereenighde Nederlanden, voor de hooge ende lage Regieringe der Geoctroyeerde West-Indische Compagnie, naer de welcke voorts aen beleyt ende gederigeert zullen worden alle het bewint ende zaecken, met den aenkleven van dien, vervallende, ende noch voor te vallen inde geconquesteerde Capitanien, Steden, Forten ende Plaetsen in Brazijl, ende die noch naemaels geconquesteert zullen worden. In date den 23 Augusti 1636".* In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

XI – Os três Altos e Secretos Conselheiros que se unirão ao Governador, serão escolhidos pelos XIX Senhores e sua comissão dos Estados Gerais e farão os convenientes juramentos a comitiva dos Estados Gerais, a Sua Graça o Príncipe de Orange e a Companhia das Índias Ocidentais.

XII: [os altos e secretos conselheiros] tem, nessa qualidade, a política mais alta, bem como o Senhor Governador Capitão e Almirante-General, em todos os assuntos que dizem respeito a polícia, finanças e milícia, e naquilo que depender do governo publico. Devem consultar e concluir sobre a exploração de agua e terr, sem contar vantagem um do outro e quando chegarem a um consenso devem fazer a comunicação, estabelecimento e deslocamento de tropas, construção de novos fortes, deslocamento e demolição dos velhos, escolha de um local de residência e seguir no mais os artigos 3 e 4 e, na ausência do Governador, utilizar e gozar de todas as preeminências de guardas da chave, de todos os vastos lugares e fortes, provendo a senha (palavra chave) nos lugares em que se encontrarem; os quais o governador, quando presente, poderá ter e gozar sem que ninguém o contradiga.

XX: O Colégio do Alto e Secreto Governo deverá nomear uma pessoa experiente, sob o nome de assessor, o qual será escolhido pela Assembleia dos XIX e a ela fará seu juramento.

XXI: Cada assessor terá suas atribuições e deverá morar próximo ao local das reuniões do Conselho, quando perguntado, deverá dar sua opinião, cuidará de todas as notícias e registros, despachará e assinará cartas e todos os atos que emanarem do Conselho, também cumprindo as funções de pensionário e secretário.

XXIII: O Conselho Político nas terras já conquistadas e ainda por conquistar no Brasil deverá consistir de nove conselheiros, cada qual escolhido por uma câmara respectiva da Companhia, reunida na Assembleia dos XIX, devendo ser pessoas honestas, nascidas nas Províncias unidas ou que lá tenham morado pelo período de 7 anos, adeptos da Religião Reformada e com experiência nos assuntos de polícia, justiça e comércio, devendo saber tudo aquilo que for possível de pelo menos um destes assuntos. A câmara de Amsterdam escolherá quarto, a Zelândia dois, Zona Norte, Frísia e Rotterdam um cada, sendo que todos deverão ser trazidos a uma

reunião dos XIX para aprovação no exercício da função, depois de feito o juramento receberão conveniente comissão e instrução, e assim cada um estará vinculado, sem dever receber nenhuma ordem de qualquer câmara em particular ou de fora.

XXVIII: O Colégio dos Conselheiros Políticos está sujeito ao Governador e ao Alto Conselho e deverá prestar contas de todas as suas ações (a exceção de assuntos da Justiça), aqueles que forem negligentes com sua função ou que o façam contra a ordem pública e sua Instrução, por eles serão multados e punidos de acordo com a exigência do caso.

XXV – O próprio Colégio deverá ter a direção e administração da Justiça, tanto em casos criminais quanto civis, para que os administrem e dirijam de acordo com as ordens e regulamentos, conforme daqui para frente será esclarecido.

XXVII – Cinco dos conselheiros deverão ter sua residência ordinária no mesmo local do Alto Conselho, para tomar conta da justiça quotidiana, seguir com os processos iniciados, sentenciar e executar as sentenças na forma de seu conteúdo; os outros quatro conselheiros deverão ser locados em locais diferentes, que deverão ser ordenados pelo Alto e Secreto Conselho e pelo Governador, e todos os nove deverão alternar e trocar de lugar a cada ano, e em sua nova colocação cumprir seus deveres, todas as questões que já foram completamente estipuladas e instruídas serão decididas e procedidas antes da mudança de local anual.

XLII – A justiça criminal será administrada pelo Colégio do Conselho Político, com os conselheiros residentes para organizá-la, ou Conselho Político e o subalterno Conselho de Justiça nas respectivas capitanias e demais lugares o substituirão, as tensões serão denunciadas pelo Escolteto ou fiscal, ou por seu substituto, com isso o colégio acaba por consistir em pelo menos 5 pessoas.

XLIII – Para a apreensão de criminosos, levar adiante a execução de sentenças, para administrar e aferir o cumprimento das Ordenações, tanto dos XIX Senhores, quanto do Governador e Alto Conselho, para corrigir aqueles que as ultrapassarem, o Governador e o Alto Conselho, aconselhados pelo Conselho Político, deverão escolher um Escolteto, ou substituto de fiscal, e, abaixo deste, mais três servidores,

e isso em cada lugar em que houver um tribunal de primeira instancia ou em que haja administração da justiça.

XLIII – Na política da justiça e processo criminal, tortura e execução referente aos crimes devem seguir o costume das Províncias Unidas e o direito comum escrito³⁵⁹.

XLV – As penitencias criminais devem ser anotadas pelo Escolteto ou fiscal de acordo com a Instrução, exceto no acontecimento de os XIX Senhores, pela interpretação e escrita, suprirem a atuação do Conselho Politico e possam dar provimento os casos a eles direcionados.

XLVI – O Colégio de Conselheiros Políticos deverá, em todas as cidades e locais em que haja numero suficiente de moradores, escolher e ordenar vinte pessoas, mais ou menos de acordo com as circunstâncias (ainda que não deva ultrapassar trinta) dentre os cidadãos qualificados, honestos e confiáveis, tanto holandeses quanto portugueses, a serviço da companhia ou não, para eleitores dos oficiais civis nos respectivos locais, mantendo esta qualidade por toda a vida, se lá permanecerem sem casos de infâmia.

XLVII – Estes deverão, todo ano, no começo do mês de junho, se reunir e reportar ao Conselho, para escolher dentre os cidadãos o triplo de nomes do que necessário, das quais o Governador e o Alto Conselho, ou na ausência do Governador apenas o Alto Conselho, escolherão o número necessário de pessoas.

XLVIII – Os escabinos ou Administradores da Justiça Civil e Criminal deverão ser pelo menos 5, ou mais, dependendo do tamanho da cidade ou localidade, e caso um conselheiro político esteja presente, este poderá presidi-los se assim julgar necessário.

XLIX – Estes deverão seguir, em seus procedimentos e expedições, o estilo e a maneira de proceder determinada no Regimento da Holanda de 1580, sobre a organização das cidades e planícies, ou deverão buscar algo semelhante com os

³⁵⁹ Forma a que se referem ao Direito Romano, por mais de uma vez durante a lei.

XIX Senhores, com aprovação dos Estados Gerais, e deverão tornar os procedimentos tão curtos quanto possível pela natureza do caso, sem que possa levar a prejuízo das partes.

L – Aqueles que tiverem objeção a sentença ou decisão interlocutória proferida pelos escabinos, em casos por eles conhecidos, podem apelar ao Colégio dos Conselheiros Políticos, os quais deverão também proceder de acordo com os costumes, dar conhecimento a causa e sentenciar, de forma que julguem condizente com o direito, sem isso, a mesma sentença poderá cair nas implicações da provocação. Nesse caso, o Governador e o Alto Conselho devem ser procurados pelas partes que se julgarem agravadas e aconselhadas pelo Mandamento de Revisão, para que lhe concedam uma proposição de erro. Os revisores e adjuntos devem ser em mesmo numero dos Conselheiros Políticos que deram a sentença.

LI – Os conselheiros e escabinos cuidarão da administração judiciária das justiças civil e criminal, sem nenhum ódio, troca de favores ou parcialidade, sem prestigiar pessoas de qualidade, também para e entre os portugueses e outros moradores, bem como para aqueles da nossa ou de outras terras e nações, também em negócios da companhia, que por sua natureza e conveniência sejam assunto da justiça comum.

LII – Em matéria de casamento, de direitos entre o marido e a esposa, de sucessões *ab intestato*, da escrita de testamentos e do que disso depender, para tudo será observada a ordenação da Holanda de 1582, que terá força de lei e de direito.

LIII – Todas as alienações e encargos, hipotecas, gerais ou particulares, herança de casas, terrenos e terras, para poder usufruir da propriedade ou do direito realizado, devem passar pelos escabinos nomeados e pelos seus secretários.

LIII – Em outros assuntos de contratos entre cidadãos e outras operações, deverá ser seguido o direito comum escrito.

LV – O Governador e o Alto Conselho estão autorizados a fazer, publicar e fazer cumprir censuras e ordenações acerca de mercados, hospedarias, pequenos

negócios, profissões e ofícios e outros, quando a polícia e a boa ordem forem necessários.

LVI: Se os portugueses vivendo sob o domínio dos Estados Gerais e da WIC desejarem confirmar seus próprios costumes e praticas, eles deverão notificar os XIX Senhores e pedir sua aprovação

ANEXO II:
TRADUÇÃO DA INSTRUÇÃO DE 1645

INSTRUÇÃO DOS COMISSIONADOS EM VIRTUDE DA COMPANHIA DAS ÍNDIAS OCIDENTAIS, EM REUNIÃO DOS XIX SENHORES, PARA O ALTO GOVERNO DO BRASIL, PELA QUAL OS MESMOS DEVERÃO SE COMPORTAR. NA DATA DE 12 DE OUTUBRO DE 1645. COM A APROVAÇÃO DOS ALTOS E PODEROSOS EM 6 DE NOVEMBRO DE 1645³⁶⁰:

I - O Alto Governo nas terras do Brasil que foram, pela palavra de Deus, conquistadas pela Companhia das Índias Ocidentais, ou aquelas ainda por conquistar, consistira e será representado por um presidente e quatro conselheiros, os quais serão escolhidos pelos XIX Senhores e farão os seus convenientes juramentos (...)

II - Estes deverão, em todos os assuntos de Terra como de agua, aos serviços públicos, e aquilo que seja concernente a Companhia, ter o comando superior, de primeira autoridade e direção. Todos os moradores das Terras e Portos do Brasil deverão, sem exceções, quando frente ao Presidente ou aos Conselheiros, trata-los com respeito e honras que sejam convenientes e reconhecer sua obediência.

III – O presidente e os Conselheiros irão, em primeiro lugar e principalmente, assegurar que o Senhor Deus seja honrado, temido e servido de acordo com as sagradas escrituras e a constituição da Igreja Reformada Holandesa, e irão reprimir todas as coisas que causem escândalos e sejam ofensivas.

IIII – E deverão, em todos os lugares, sem exceções, no todo ou na parte, receber a senha e a guarda das chaves; igualmente no Conselho de Justiça, com os contadores e todos os outros colégios ou reuniões que achem devido, deverão receber o primeiro lugar de cabeça-superior.

V – Deverão conjuntamente deliberar e consultar e concluir com pluralidade de votos acerca de todos os assuntos, da policia, finanças e milícia e o que mais disser

³⁶⁰ *"Instructie vande Gecommitteerde wegen de generaele geoctroyeerde West-Indische Compangie ter Vergaderinge vande Negenthiende, voor die vande Hooge Regieringe van Brazil, waer naar de zelfe haer zullen hebben te gedragen. In date den 12 October 1645. Met de Approbatie van haer Ho: Mo: vanden 6 November 1645".* In: CAU, C. *Groot-Plackaet Boeck*. Boeck 5, Titel 5, 9 Deel, cols. 1247/1264. Disponível em: <http://dspace.library.uu.nl/handle/1874/44885>. Acesso em: 17/05/2014.

respeito ao governo público e dele depender, sobre todos os assuntos de defesa de agua e terra se comunicar com o Comandante da milícia, construção de novas fortificações, locação e mudança de guarnições , exportação de explorações já concluídas, posicionamento de Comandantes em determinados lugares e fortificações, abandono e demolição de antigas.

VI – deverão cuidar para que a justiça seja bem administrada, a paz pública de todos os seus inferiores e outros que ali se encontrem ou utilizem os serviços da Companhia, e particulares ou que sejam pessoas livres, seja cultivada, defender e fazer defender todas as pessoas, relatar as irregularidades contra o bem estar dessas terras, (...)

**ANEXO III:
TABELA**

BRASIL HOLANDÊS	GOVERNO	JUSTIÇA		ADMINISTRAÇÃO LOCAL
1630-1636 → <u>REGIMENTO DE 1629</u> (válido para todas as colônias da WIC)	<ul style="list-style-type: none"> • CONSELHO POLÍTICO 9 conselheiros escolhidos pelas câmaras da WIC • GOVERNADOR • ASSESSOR 	<u>CRIMINAL</u> - ESCOLTETO - Conselho Político convertido em Tribunal: andamento do processo e 2ª instância.	<u>CIVIL</u> - 3 conselheiros políticos - Conselho Político em tribunal pleno para 2ª instância.	Sem menção no Regimento → Permanecem existindo as câmaras de vereadores portuguesas. - ESCOLTETO assume funções de polícia localmente.
1636-1644 → <u>INSTRUÇÃO DE 1636</u> (feita especialmente para o Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • GOVERNADOR GERAL (Mauricio de Nassau) • ALTO E SECRETO CONSELHO (3 membros) → juntos, estes dois formam o Alto Governo. • CONSELHO POLÍTICO (9 membros, como em 1629) 	- CONSELHO POLÍTICO assume administração da justiça (em 1640 passa a se chamar C. de Justiça) → 5 membros em Recife e 4 percorrendo outros postos. - MAGISTRADOS LOCAIS: ESCABINOS (1ª instância)		→ CÂMARAS DE ESCABINOS 5 escabinos, depois 9, entre holandeses e portugueses. -1640: com a restauração portuguesa, inicia-se a retomada das câmaras de vereadores portuguesas.
1644-1654 → <u>INSTRUÇÃO DE 1645</u> - remete a de 1636, alterando principalmente a forma de governo. (especialmente para o Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> • PRESIDENTE • ALTO CONSELHO (5 membros) 	- CONSELHO DE JUSTIÇA atuando como 2ª instância, principalmente, nos mesmos moldes da Instrução de 1636. -MAGISTRADOS LOCAIS: ESCABINOS E VEREADORES		→ CÂMARAS DE ESCABINOS (aos poucos perdem número e prestígio) → CÂMARAS DE VEREADORES (aumentam em número e poder conforme aumenta a insurreição contra os holandeses)